

Educação superior:
reforma, mudança e
internacionalização.
Anais.

Brasília, junho de 2003

© UNESCO 2003 Edição brasileira pelo Escritório da UNESCO no Brasil

Education Sector

Division of Higher Education

Educação superior:
reforma, mudança e
internacionalização.
Anais.



Edições UNESCO **BRASIL**

Conselho Editorial da UNESCO no Brasil

Jorge Werthein
Cecilia Braslavsky
Juan Carlos Tedesco
Adama Ouane
Célio da Cunha

Comitê para a Área de Educação

Angela Rabelo Barreto
Célio da Cunha
Candido Gomes
Marilza Machado Regattieri

Tradução: Sérgio Bath
Revisão Técnica: Sérgio Bath
Diagramação: Paulo Selveira
Assistente Editorial: Rachel Gontijo de Araújo
Capa: Edson Fogaça

© UNESCO, 2003

Educação superior: reforma, mudança e internacionalização. Anais.
– Brasília : UNESCO Brasil, SESU, 2003.

208p.

Conferência Mundial sobre Educação Superior +5
Paris, 23-25 de junho de 2003.

1. Educação Superior 2. Reforma Educacional I. UNESCO

CDD 378



Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Representação no Brasil

SAS, Quadra 5 Bloco H, Lote 6, Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar.

70070-914 – Brasília/DF – Brasil

Tel.: (55 61) 2106-3500

Fax: (55 61) 322-4261

E-mail: UHBRZ@unesco.org.br

BR/2003/PI/H/2

SUMÁRIO

Apresentação	07
Discurso do senhor Koichiro Matsuura	11
A Universidade na Encruzilhada – Cristovam Buarque	21
Discurso da sua Alteza Sheika Mozah Bint Nasser Abdallah Al-Misnad	75
A nova missão da universidade: a inclusão social – Carlos Antunes dos Santos	83
Relatório sintético sobre as tendências e desenvolvimentos na educação superior desde a Conferência Mundial sobre a educação superior (1998-2003)	93
Internacionalização da educação superior – Tendências e desenvolvimento desde 1998	151
Reunião dos parceiros na educação superior – Conferência Mundial sobre Educação superior +5 (Relatório Geral)	195

APRESENTAÇÃO

Desde quando foi aprovada a Declaração Mundial sobre o Ensino Superior para o Século XXI, em Paris, em 1998, que a UNESCO no Brasil tem procurado dar seguimento a esse histórico documento. Inicialmente, em parceria com o Conselho de Reitores e o apoio da Capes, editou os Anais da Conferência e, em seguida, ajudou a promover debates e discussões públicas sobre as implicações da Declaração para a universidade brasileira.

Tinha-se clareza quanto ao alcance da Declaração como referência e marco para impulsionar mudanças que haviam-se tornado necessárias em decorrência do novo quadro econômico e social que se desenhava em escala mundial. O modelo da reforma universitária brasileira de 1968, em que pese seus efeitos positivos na educação superior, sobretudo em relação à pós-graduação *stricto sensu*, estava-se esgotando e não conseguia mais dar as respostas exigidas por uma sociedade em ritmo de mudanças sem precedentes. Era preciso mudar, e as pistas oferecidas pela Declaração Mundial alimentavam possibilidades e indicavam alternativas.

Todavia, as mudanças em educação não percorrem o mesmo caminho das mudanças que se operam em outras áreas. De modo especial, isso ocorre nas universidades. As tensões geradas entre as demandas do mundo prático e as de natureza acadêmica não podem ser reduzidas a esquemas simplistas. E se a universidade se mantém, depois de quase 900 anos de sua criação, como uma das instituições culturais de maior credibilidade e relevância, isto deve ser creditado ao compromisso que ela tem com a verdade, ainda que isso, em algumas ocasiões, possa parecer pouco prático.

Daí a necessidade de debates públicos e transparentes. Daí a importância da Declaração como referência a esses debates, pois ela encerra o consenso de centenas de especialistas e intelectuais reunidos em Paris, em 1998. Os debates, quando bem organizados, possuem a missão de sedimentar tendências e pavimentar os novos caminhos que se abrem. As reformas, para

obterem êxito, precisam de alguns consensos e, certamente, de espaços políticos para prosperar.

Com a ascensão de Cristovam Buarque ao posto de Ministro da Educação, criou-se um clima favorável para fazer avançar no Brasil algumas idéias norteadoras da Declaração de Paris. Ele não apenas colocou a reforma da universidade na agenda de suas prioridades, como desencadeou um processo de debates com o objetivo de obter consensos sobre algumas questões consideradas fundamentais para inserir a universidade brasileira no circuito contemporâneo de intensa e rápida produção e aplicação do conhecimento. Com razão observou M. Castells, pela primeira vez na história, a mente humana é uma força direta da produção e não apenas um elemento decisivo do sistema produtivo. Em sua longa trajetória, a universidade ainda não havia-se defrontado com um desafio dessa natureza e magnitude.

Como contribuição a esse debate, a UNESCO Brasil, ao instante da realização do Seminário Internacional Universidade XXI, considerou oportuno colocar à disposição da comunidade universitária brasileira o livro Educação Superior: Reforma, Mudança e Internacionalização, que reúne os principais documentos apresentados e discutidos durante o Encontro Parceiros do Ensino Superior, realizado em Paris, em junho deste ano, especialmente organizado para avaliar os progressos da Declaração Mundial.

A educação superior, como bem lembrou Koichiro Matsuura, Diretor-Geral da UNESCO, se encontra em estado de fermentação, sendo que no centro desse processo há um amplo debate sobre o seu papel hoje e no futuro. Não há dúvida de que, nessa nova etapa de sua evolução num mundo que se globaliza e deixa transparente a magnitude das injustiças, a universidade deverá ter a sua responsabilidade ética e social ampliada, de modo a colocar a sua inteligência e criatividade a serviço dos que não atingiram ainda condições mínimas de vida.

Inteligência, ética e criatividade, eis alguns vocábulos-chaves para nortear as mudanças reclamadas. A história do conhecimento humano revela que, em cada avanço alcançado, estão embutidas contribuições dos que nos precederam. Por isso mesmo, pode-se falar em acervo comum de conhecimentos. Disso decorre a dimensão coletiva do conhecimento e a responsabilidade ética em sua utilização. A nova universidade precisa ter consciência profunda dessa responsabilidade. Os profissionais por ela formados, bem como os seus programas de pesquisa e extensão, deverão refletir sempre esse compromisso.

Nessa linha de abordagem, importa salientar que uma das conclusões mais importantes do Relatório Geral do Encontro de Junho já referido, afirma que o próprio conceito de universidade precisa ser alterado. As universidades precisam mudar sua natureza elitista e isolada: precisam deixar a sua torre de marfim para aproximar-se da maioria da população. As universidades precisam ser globais e regionais, assim como nacionais em suas preocupações; seu ambiente é a totalidade do planeta.

Para construir essa nova universidade, diz o Relatório, o mundo espera muito da juventude, não uma juventude conservadora, mas uma juventude inconformada que pode alimentar e promover a renovação. A participação dos jovens é indispensável, até mesmo por serem esses as vítimas maiores de um mundo fragmentado e incerto.

Todavia, em tempos de mudanças e de transição para o novo, é sempre oportuno perguntar para onde se quer ir e fazer dessa reflexão um componente contínuo de todas as etapas a serem percorridas. Afinal, a universidade é uma das instituições mais éticas da história da cultura humana. A sua crise atual deve ser entendida sob o ângulo pedagógico, isto é, como uma oportunidade de fortalecer a sua dimensão moral e ética e, dessa forma, continuar a sua histórica inquietação em busca da verdade. Essa é uma condição imprescindível para que ela possa renovar-se e colocar-se à altura de seu tempo.

Jorge Werthein

Representante da UNESCO no Brasil

DISCURSO DO SENHOR KOICHIRO MATSUURA,

Diretor-Geral da UNESCO, no segundo encontro dos parceiros da Educação Superior, Conferência Mundial sobre Educação Superior, em 23 de junho de 2003.

*Sua Alteza a Primeira Dama de Qatar,
Ministros, Embaixadores e Delegados Permanentes,
Pontos Focais da Conferência Mundial sobre Educação Superior,
Senhoras e Senhores,*

É uma honra e um privilégio dar-lhes a todos as boas-vindas e agradecer-lhes sinceramente pela resposta estimulante com que aceitaram o convite da UNESCO para este segundo encontro dos Parceiros na Educação Superior, depois do primeiro encontro, realizado há três anos.

Nosso objetivo principal, nos próximos três dias, é proceder à avaliação intermediária resultante do acompanhamento da Conferência Mundial sobre Educação Superior, ao longo de um período de cinco anos. No entanto, nossa perspectiva está voltada para o futuro, e nosso objetivo deve ser que todos os Parceiros na Educação Superior estejam preparados, o melhor possível, para enfrentar os desafios dos próximos cinco anos e mais ainda. No fluxo e redemoinho de uma rápida mudança, ainda há escolhas e decisões a serem feitas, e é aqui que a Conferência Mundial e os seus desafios são especialmente importantes. O objetivo é ajudar a esclarecer as opções disponíveis mediante um processo vigoroso entre os muitos Parceiros, abrangendo sistemas e instituições, assim como os contextos locais, nacionais, regionais e internacional da educação superior.

Apresento meus agradecimentos especiais à nossa Convidada de Honra, Sua Alteza Sheika Mozah Bint Nasser Abdallah al Misnad, Primeira Dama de Qatar, aqui presente hoje na condição de Enviada Especial da UNESCO para a Educação Básica e Superior, bem como ao Professor Cristovam Buarque, Ministro da Educação do Brasil, nosso conferencista principal na sessão de abertura. Estou encantado com o fato de que ambos tenham encontrado entre os seus muitos compromissos uma oportunidade de contribuir para a nossa conferência, que é o evento mais importante da UNESCO no campo da educação superior desde a Conferência Mundial de 1998.

A maioria de vocês ainda se lembra bem daqueles dias, em 1998, quando a Conferência Mundial sobre Educação Superior, com a participação de 130 Ministros da Educação e mais de 4.000 interessados, adotou unanimemente a Declaração Mundial sobre a Educação Superior para o século XXI, bem como o Quadro de Ação Prioritária para a Mudança e o Desenvolvimento na Educação Superior. Esses documentos incorporam as aspirações e a visão compartilhada dos delegados de todas as regiões, e definem o itinerário da ação pelo qual os objetivos da Conferência devem ser implementados. Nos anos que se seguiram, esses objetivos – que incluem a ampliação do acesso, com base no mérito; a modernização de sistemas e instituições; o fortalecimento da relevância social; e a criação de melhores vínculos entre a educação superior e o mundo do trabalho – nada perderam da sua importância ou força de convicção. Na verdade, eles se tornaram ainda mais relevantes.

Senhoras e Senhores,

A agenda da reunião é extremamente rica e completa, o que me leva a pensar de que forma poderão digerir esse verdadeiro banquete de idéias em apenas três dias. Nesse processo intensivo de discussão e debate, eu lhes recomendaria focalizar sua atenção nas tarefas à frente – em primeiro lugar, ampliar, aprofundar e compartilhar o seu conhecimento e a compreensão dos desenvolvimentos impor-

tantes que estão ocorrendo na educação superior; em segundo lugar atualizar, sob essa luz, o Quadro de Ação Prioritária.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para propor algumas reflexões e observações que me ocorreram ao examinar a agenda desse encontro, e alguns dos seus documentos básicos. Tendo em vista o tempo disponível, vou ser seletivo, não compreensivo, e abordar três temas principais. O primeiro é a questão da continuidade e mudança na educação superior; o segundo, a relação da educação superior com outros tipos e níveis de educação; o terceiro, a relação entre a educação superior e o desenvolvimento. Com respeito a cada um desses temas, pretendo ilustrar a forma como o trabalho e o pensamento da UNESCO estão empenhados com a situação em apreço.

Em primeiro lugar, o que me impressiona mais fortemente é o modo como, no início do século XXI, o mundo da educação superior está marcado por uma complexa disputa entre continuidade e mudança. O discurso prevalecente diz respeito à mudança. Fala-se sobre os novos desafios, as novas oportunidades, as novas fontes e a renovação de tudo – desde as instituições até os currículos, dos sistemas às formas de aprendizado. A terminologia da reforma, inovação, transformação e até mesmo da revolução me revela que a educação superior se encontra em estado de fermentação e no centro desse processo há um amplo debate sobre o seu papel, hoje e no futuro. Cada vez mais, esse papel é definido em relação à globalização, à formação das sociedades de conhecimento e aos problemas, tensões e divisões que ocorrem entre as sociedades e no seu interior.

Evidentemente, os sistemas e as instituições da educação superior não podem se manter isolados dos dilemas e das contradições da globalização. Ao contrário, como a geração, transmissão e aplicação do conhecimento são fundamentais para a sua missão, as universidades representam um elemento formativo da globalização, e são influenciadas também pelas forças da globalização. O modelo da “torre de marfim” entrou em colapso, mas o que exatamente assumiu o seu lugar? Em termos ideais e práticos, o que deveria tomar o seu lugar?

Hoje, no centro dessas questões relacionadas com a educação superior, temos não só o impacto da mudança, mas também a obrigação da continuidade. Esses dois aspectos são vitais e, contudo, há entre eles uma tensão inevitável. Em alguns períodos ou circunstâncias, o equilíbrio entre esses dois pólos tende em favor da continuidade; no entanto, neste momento histórico, as forças da mudança estão em ascensão. Em conseqüência, a importância da continuidade pode ser obscurecida ou desvalorizada.

A continuidade da educação superior é essencial. Muito depende, naturalmente, da natureza dessa continuidade. No contexto da resposta da educação superior à globalização, ela pode dirigir-se para a preservação do propósito e da identidade institucionais, ou para a manutenção do caráter específico e distintivo dos sistemas nacionais de educação superior. Alternativamente, pode referir-se a aspectos fundamentais das tradições e identidades culturais, nos níveis local e nacional. Ou pode ainda dizer respeito aos valores fundamentais e aos princípios básicos que deram forma ao desenvolvimento histórico da educação superior. Sob este último aspecto, em certas circunstâncias, as mudanças que varrem a educação superior podem ameaçar a prática da liberdade acadêmica, da autonomia universitária ou a independência da pesquisa. Por favor, notem que, embora esses princípios e valores sejam importantes por si mesmos, pode haver outras considerações a serem ponderadas. Por exemplo: limitações à liberdade acadêmica podem induzir a “evasão de cérebros” ou provocar um êxodo em certos campos da investigação acadêmica.

Portanto, no esforço para se adaptar, modernizar e reformar, a educação superior precisa cuidar de não induzir discontinuidades indesejáveis ou provocar sacrifícios desnecessários. Possivelmente, a preocupação mais difundida, originada na corrente onda de mudanças na educação superior, tem a ver com a qualidade. É uma preocupação que pode focalizar como a qualidade da pesquisa e do ensino talvez esteja ameaçada, ou declinando, devido ao próprio

processo de mudança, ou a mudanças particulares, tais como a rápida expansão ou massificação. A adoção de novas modalidades de fornecimento, a emergência de novas fontes e o aumento da comercialização e do comércio nesse campo dos serviços educacionais estão também estimulando ansiedade a respeito da qualidade.

De diferentes modos, a UNESCO está empenhada na interação entre continuidade, mudança e qualidade. O motivo da continuidade e da mudança talvez seja mais evidente na área da garantia de qualidade, da validação de créditos e do reconhecimento de qualificações. Eis aí uma mistura complexa de longa experiência e de mudanças sem precedente. Organizando o Fórum Global sobre a Garantia de Qualidade, Validação de Créditos e Reconhecimento de Qualificações na Educação Superior, a UNESCO entrou no turbilhão de mudanças, onde o debate é incisivo e, às vezes, tempestuoso. Consistente com o papel que desempenhamos dentro do sistema das Nações Unidas como a organização intergovernamental responsável pela educação superior, nosso papel é promover o diálogo e a cooperação internacional nessa área contestada. Ao mesmo tempo, continuamos nosso trabalho com base nas convenções regionais existentes sobre o reconhecimento dos estudos, que proporcionam um foco para a colaboração prática e para a ação concreta.

Uma segunda área de reflexão tem a ver com a relação entre a educação superior e outros tipos e níveis de educação, tema que será considerado por uma das comissões. É de extrema importância que a educação superior se expanda na busca de novos parceiros e novas formas de cooperação; mas, ao fazê-lo, não deve negligenciar sua própria família e seus parentes educacionais mais próximos. O que tenho em mente aqui é o fato de que a educação superior precisa dar maior atenção a outros níveis de educação e a outras formas de aprendizado, para que se empenhe efetivamente em seus próprios problemas, e preencha suas responsabilidades sociais com respeito a desafios importantes, tais como a pobreza, a desigualdade e a injustiça sociais, o desenvolvimento sustentável e a boa governança.

Conseqüentemente, a educação superior deveria buscar parcerias não só com a sociedade civil, os setores público e privado da economia e as redes internacionais, mas também com os ensinos fundamental, médio e técnico, com o treinamento vocacional e as várias formas assumidas pela educação de adultos e pela educação permanente.

Não estou afirmando que essas parcerias não existem, mas que o novo desafio de construir sociedades de conhecimento inclusivas e equitativas exige uma abordagem mais integrada com relação aos estágios, às vinculações e às seqüências do aprendizado organizado. Basta pensar na importância do papel que a educação superior deve desempenhar no treinamento e na educação dos professores para que o aumento da demanda, derivado do esforço do programa da Educação para Todos, seja atendido nos próximos anos. Basta pensar na contribuição que a educação superior pode dar, por exemplo, à reforma curricular e às aplicações da ciência e da tecnologia no campo da educação. Basta pensar como a educação superior precisa ajustar-se à crescente diversificação da educação secundária e pós-secundária, e no impacto que as reformas e inovações que estão ocorrendo podem ter sobre todos os outros aspectos do sistema educacional.

A UNESCO, como a agência das Nações Unidas com um mandato para educação, de modo geral, se interessa naturalmente pela forma como todos os diferentes tipos e níveis de educação se inter-relacionam, formando um quadro coerente. Hoje, estamos interessados particularmente em estimular um maior envolvimento da educação superior com o programa Educação para Todos, que tem a mais alta prioridade na nossa Organização. Registro com prazer que essa questão figurou de forma preeminente na Oitava Consulta Coletiva UNESCO/ONG sobre a Educação Superior, em janeiro último. A contribuição da educação superior à pesquisa e à análise, à capacitação (em especial o treinamento de professores) e ao planejamento e implementação de projetos foi suficientemente enfatizada.

Minha terceira reflexão estimulada pela agenda desta reunião está voltada para a relação entre a educação superior e o desenvolvimento, que será o tema principal de uma das comissões. Quer olhemos as relações recíprocas entre o local, o regional e o global, dentro do processo de globalização, quer nos interessemos pelos padrões de internacionalização que afetam a educação superior, ou o próprio sentido da sustentabilidade com respeito ao desenvolvimento, a realidade da interdependência fica clara. Não se trata apenas de uma questão de interação e troca, nem se nega a existência de desequilíbrios e iniquidades. Mesmo onde essas relações envolvem desigualdades de poder, recursos e status, a perspectiva da interdependência proporciona uma base para reexaminar e, quem sabe, renegociar essas relações.

Este reconhecimento da nossa mútua dependência deve informar a compreensão do padrão mundial de relações entre o “Norte” e o “Sul”, e influenciar também os vínculos específicos entre instituições e sistemas que desejamos promover. Além disso, devemos aplicar a noção de interdependência não só às relações de cooperação internacional, como também às muitas formas com que o conhecimento é criado, apreciado e compartilhado. Afinal de contas, o processo de abertura do potencial da globalização e difusão dos seus benefícios, de forma mais equitativa, exige modos de desenvolvimento que respeitem a diversidade cultural, o conhecimento nativo e as soluções locais, o que implica relações de reciprocidade, diálogo e respeito mútuo: em outras palavras, o reconhecimento dessa interdependência.

Na prática, contudo, concepções estreitas do interesse nacional e institucional, assim como as exigências de um ambiente competitivo, podem obscurecer o fato da nossa crescente interdependência e o seu significado. Não obstante, debates sobre o papel da educação superior no desenvolvimento se empenham nesses temas, direta e indiretamente.

O exemplo mais óbvio talvez seja a contribuição da educação superior para o desenvolvimento sustentável, onde a importância da

interdependência é bem conhecida. A este respeito, uma iniciativa importante é a Parceria Global da Educação Superior para a Sustentabilidade, lançada no ano passado na Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada em Johannesburg, na África do Sul. Essa parceria foi formada pela UNESCO com a CRE-Copérnico, os Líderes Universitários para um Futuro Sustentável e a Associação Internacional de Universidades.

Também digna de nota é a Declaração UBUNTU, proclamada em Johannesburg no último mês de setembro, pela qual a UNESCO e outras organizações educacionais e científicas propuseram “um novo espaço de aprendizado sobre educação e sustentabilidade que promova a cooperação e o intercâmbio entre instituições em todos os níveis e em todos os setores da educação, em todo o mundo”. Por favor, observem que, ao exercer o seu papel como iniciadora e coordenadora da próxima Década Internacional da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), a UNESCO estará buscando uma cooperação estreita com parceiros no campo da educação superior.

Entrementes, o Programa de Cátedras UNITWIN/UNESCO está radicado na construção de relações recíprocas de colaboração internacional no campo da educação superior. Os vínculos entre instituições, tanto Sul-Sul como Norte-Sul, se baseiam no interesse e necessidade mútuos, assim como em um compromisso de princípio com o diálogo e a cooperação. Esse Programa, que celebrou em novembro último seu décimo aniversário, é flexível, adaptável, e se desenvolve continuamente à medida que responde a novos desafios.

Outras atividades da UNESCO na interface entre a educação superior e o desenvolvimento incluem iniciativas recentes, tais como o Fórum sobre a Educação Superior, Pesquisa e Conhecimento, desenvolvido em estreita associação com a Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (SIDA). Esse Fórum é uma oportunidade ímpar, sem precedentes, para que os pesquisadores, especialistas e responsáveis pelas políticas educacionais,

em âmbito internacional e regional, abordem criticamente temas e resultados da pesquisa. Além disso, temos a iniciativa do OER – Open Educational Resources, ou seja, Recursos Educacionais Livres – lançada depois de discussões com o MIT e uma série de outras instituições, empresas e fundações, tendo em vista ampliar a disponibilidade de materiais para cursos abertos, em benefício particularmente dos países em desenvolvimento e dos países em transição. Além disso, a iniciativa “Acadêmicos sem Fronteiras”, juntamente com um esquema de “voluntários universitários”, promete reduzir o chamado brain drain “evasão de cérebros” e fortalecer as instituições de educação superior dos países em desenvolvimento.

Na UNESCO, temos cada vez mais a sensação de que todo o problema do desenvolvimento e cooperação na educação superior, considerado à luz das necessidades dos países em desenvolvimento e transição, pode exigir alguma forma de quadro de integração ou uma nova síntese programática. A idéia de interdependência proporciona uma contribuição temática útil, mas precisamos trabalhar mais este assunto e, certamente, apreciaríamos ouvir a opinião dos nossos Parceiros na Educação Superior.

Senhoras e Senhores,

Os três temas que focalizei – a continuidade e mudança na educação superior; a relação entre educação superior e outros tipos e níveis educacionais; a educação superior e o desenvolvimento – estão profundamente associados. Espero que esta breve reflexão seja útil para os objetivos desta reunião. Vocês têm à sua frente uma agenda estimulante. Há cinco anos a Conferência Mundial sobre Educação Superior sinalizou que a educação superior está se transformando de forma notável, com velocidade extraordinária; desde então, o processo de mudança se intensificou, mas, embora muito ainda permaneça em fluxo, hoje há maior clareza sobre o que está acontecendo e por quê. A tarefa diante de nós, neste começo do século XXI, consiste em utilizar o nosso conhecimento e a nossa compreensão para atribuir forma e

sentido às nossas políticas, decisões e ações. Esta revisão intermediária é uma oportunidade para elaborar um entendimento compartilhado do que se faz necessário e do que é desejável. Auguro-lhes todo sucesso nas suas deliberações. Em nome da UNESCO, agradeço a todos antecipadamente os seus esforços, e espero com grande interesse os resultados da reunião.

Obrigado.

A UNIVERSIDADE NA ENCRUZILHADA

*Cristovam Buarque**

Ministro da Educação do Brasil

1. A UNIVERSIDADE GLOBAL

Ao longo de seus quase mil anos de história, a Universidade representou:

- um estoque de conhecimentos que o graduado adquiria para durar por toda a vida. Hoje, esse conhecimento está em fluxo contínuo, e tem de ser constantemente atualizado pelo ex-aluno;
- conhecimento como propriedade específica dos alunos em salas de aula ou bibliotecas, transmitido por professores ou por livros. Hoje, o conhecimento é algo que está no ar, alcançando pessoas de todos os tipos, por toda parte, pelos canais mais diversos. A universidade é apenas um desses canais, lado a lado com a internet, a televisão educativa, revistas especializadas, empresas, laboratórios e instituições privadas;
- o conhecimento como um passaporte seguro para o sucesso do aluno já formado. Hoje, isso já não basta, em razão da alta competitividade do mercado profissional, que exige atualização constante, reciclagem e reformulação, para que o conhecimento adquirido não se torne obsoleto; e o conhecimento como algo que servia a todos, porque, ao aumentar o número de profissionais, o produto da universidade se difundia. No

mundo de hoje, o conhecimento de um profissional recém-formado serve, basicamente, aos desejos e interesses daqueles que podem pagar por seus serviços, fazendo uso de equipamentos caros, que não permitem a distribuição do conhecimento. Não ocorreram grandes mudanças estruturais na universidade, nos últimos mil anos. O papel da universidade pouco mudou. No entanto, a realidade da situação social do mundo, bem como os avanços dinâmicos em termos de informação, conhecimento e novas técnicas de comunicação e educação evidenciam a necessidade de uma revolução no conceito de universidade.

1. A Esperança na Universidade

O mundo, no início do século XXI, passou por uma imensa desarticulação ideológica, que incluiu uma enorme dissociação política e uma desigualdade social maciça. Frente a essas transformações radicais, a universidade ainda representa patrimônio intelectual, independência política e crítica social. Graças a essas características, a universidade é a instituição mais bem preparada para reorientar o futuro da humanidade.

As últimas décadas do século XX causaram grande desorientação:

- a economia, que foi o orgulho do século XX, entrou em desaceleração; essa economia, que, a princípio, aumentou o número dos que se beneficiavam do progresso, passou a ser instrumento da mais brutal desigualdade entre os seres humanos já vista na história;
- os partidos políticos, quer de direita quer de esquerda, deixaram de gerar esperança;
- a democracia, que havia sido criada para os estados-cidade, tendo resistido por mil anos, passou a se mostrar saturada e incompetente. Isso se deu num tempo em que um presidente eleito em um país, pequeno ou grande, tem poder sobre todo

o planeta e sobre os séculos futuros, em termos das decisões tomadas por ele;

- as religiões, que sempre foram guardiãs da cultura, sentem-se agora incapazes de frear o avanço brutal do individualismo;
- as empresas, que antes criavam empregos, passaram a destruir empregos;
- a ciência e a tecnologia, que foram o orgulho da humanidade durante trezentos anos, chegaram ao século XXI tendo a imoralidade como uma de suas opções, uma vez que agora são capazes de manipular a vida e de destruir o planeta. Isso se aplica, sobretudo, ao fato de a ciência e a tecnologia serem usadas em benefício de uma minoria e, se continuarmos nesse rumo, não tardará para que a maioria, que deixará de ser vista como parte da humanidade, seja de todo excluída; e as ideologias se enfraqueceram. É agora evidente que o socialismo foi incapaz de construir utopias, de assegurar a liberdade e de proteger o planeta. O capitalismo exhibe a desumanidade que lhe é inerente diante das exigências de equilíbrio ecológico e de respeito pelo bem comum de todos os seres humanos.

Resta pouca esperança de que um novo sistema global de idéias venha a ser criado para renovar a crença na utopia de um mundo em que o sonho humano de progresso tecnológico se alie à liberdade e à igualdade. Essa crença implicava confiança nos políticos, nos líderes religiosos e nos juízes, de quem se esperava a invenção de meios para a criação de coalizões entre os seres humanos. No entanto, se examinarmos as instituições que sobreviveram ao longo desses últimos mil anos, ainda podemos nos permitir ter esperanças, se voltarmos nosso olhar para a universidade.

Para que a universidade seja um instrumento de esperança, entretanto, é necessário que ela recupere a esperança nela própria. Isso significa compreender as suas dificuldades e limitações, bem como formular uma nova proposta, novas estruturas e novos méto-

dos de trabalho. Lutar pela defesa da universidade significa lutar pela transformação da universidade.

A Hora Certa é Agora

De todas as realizações brasileiras da última metade do século XX, talvez a maior seja a fundação de sua universidade, em especial da universidade pública federal. Essa inovação foi, no mínimo, tão importante quanto a industrialização, o sistema de telecomunicações, a rede de transportes e a infra-estrutura energética. A universidade é um símbolo da nação brasileira e da força do povo brasileiro.

De início, nas primeiras décadas de seu desenvolvimento, a universidade foi produto do apoio estatal. Ao longo das últimas décadas, contudo, sua sobrevivência e seu crescimento foram o resultado da resistência da comunidade universitária, no contexto de um país que enfrentava enormes dificuldades. Com o fim do protecionismo estatal, as estradas se esburacaram, a energia foi racionada e o crescimento industrial estancou, causando a falência de empresas. No entanto, os professores, alunos e funcionários das universidades continuaram a crescer, abrindo cursos, ampliando vagas, pesquisando, formando, publicando e inventando. O universitário brasileiro de fins do século XX foi, simultaneamente, um intelectual criador e um militante da sobrevivência em meio ao desânimo.

Por essa razão, é possível ser otimista diante do futuro.

O século XXI chegou, e já existe uma massa crítica consolidada, pronta a seguir adiante, embora depredada e desanimada; disposta a lutar, apesar da baixa auto-estima; pronta a enfrentar situações de emergência, mesmo sabendo que a crise é mais profunda, atingindo o propósito, a estrutura, os métodos operacionais e o financiamento da atividade universitária. E o que é mais importante, chegamos ao início do século XXI com um governo comprometido com a educação, ainda que sem recursos suficientes para atender a toda a demanda. Sobretudo, estamos vivendo um momento único na história, quando a sociedade brasileira parece ter despertado para a

importância da educação, mesmo que não confiando no papel da universidade, que o povo vê como uma entidade de acadêmicos aristocráticos em meio ao mar do baixo nível educacional da população.

Tudo indica que, apesar de todas as dificuldades, ou graças a elas, a hora certa é agora.

A Encruzilhada da Universidade

A crise da universidade brasileira coincide com a crise global da instituição universitária. A humanidade encontra-se numa encruzilhada, preparando-se para escolher entre:

- a continuação de sua modernidade técnica, desenvolvida ao longo de duzentos anos, que culminou com a brutal divisão da humanidade em dois grupos dessemelhantes em termos do acesso à ciência e à tecnologia. Essa divisão diferencia os seres humanos, não apenas em termos desse acesso, mas até mesmo de suas características biológicas; ou
- a construção de uma modernidade ética alternativa, capaz de manter as similaridades da raça humana e de assegurar a todos o essencial do progresso científico e tecnológico. Essa escolha terá de ser feita também pela universidade. Diante da encruzilhada de um mundo em mutação, a universidade terá de escolher entre:
- o conhecimento, que antes representava capital acumulado, passa a ser algo que flutua e que é permanentemente renovado ou ultrapassado por obsolescência;
- o ensino, que antes se dava por meio de canais bilaterais diretos, entre aluno e professor, e em locais definidos, como a universidade, agora acontece por outros métodos reconhecidos, como espriamento em todas as direções, em meio ao oceano das comunicações;
- a formação profissional, que antes representava uma base firme na luta pelo sucesso, é agora, na melhor das hipóteses,

um colete salva-vidas a ser usado no conturbado mar em que se chocam as ondas do neoliberalismo, da revolução científico-tecnológica e da globalização.

Neste momento de encruzilhada, a esperança está na universidade. É necessário que ela se transforme e reinvente a si própria, para servir a um projeto alternativo de civilização. Quase oito séculos e meio se passaram desde a criação da universidade e, hoje, ela se encontra bem no meio da encruzilhada civilizatória que irá definir os rumos do futuro. A escolha será entre uma modernidade técnica, cuja eficiência independe da ética, ou uma modernidade ética, na qual o conhecimento técnico estará subordinado aos valores éticos, dos quais um dos principais é a manutenção da semelhança entre os seres humanos.

A universidade tem de entrar em sintonia com esse novo rumo, corrigindo o descompasso gerado por esta turbulenta virada de século.

A Crise de Recursos e os Recursos da Crise

Não há dúvida de que a universidade foi duramente maltratada pelo neoliberalismo das últimas décadas. O Brasil é um exemplo trágico dessa realidade. Durante esse período, as universidades públicas brasileiras perderam poder, recursos financeiros e professores, não tendo crescido o suficiente para atender à demanda por vagas. Em 1980, havia 305.099 alunos matriculados e, em 2001, 502.960.

O crescimento das universidades particulares, por outro lado, foi espantoso: em 1981, o número de alunos matriculados era de 850.982, número esse que passou a ser de 2.091.529, em 2001, representando um aumento de mais de 56%. Em 1980, havia, nas instituições públicas, 49.451 professores e, em 2001, esse número foi 51.765. Nas universidades particulares, entretanto, o número de professores, nesse mesmo período, aumentou de 49.541 para 128.997. Se compararmos o crescimento desses dois sistemas,

veremos que, enquanto o sistema privado cresceu 62%, o público teve um aumento de apenas 19%.

A falta de recursos é um indicador de crise nas universidades, e o Brasil não é um caso isolado. Muitas regiões do mundo assistiram a uma mudança no tratamento dado às universidades. A universidade pública passou de protegida a abandonada. Verificou-se uma tremenda expansão das universidades particulares, financiada por recursos privados e por recursos públicos indiretos. É freqüente que esses financiamentos estejam claramente vinculados a interesses econômicos, e não à liberdade de espírito que cabe à universidade promover.

No entanto, em vez de perceber a crise em toda a sua profundidade, as universidades, em sua maioria, vêm-se convertendo em prisioneiras de suas necessidades imediatas. Elas tratam da crise como quem conserta goteiras no telhado, sem perceber que o céu está desabando. A universidade tem de transformar sua crise de recursos num recurso para entender a crise maior do conhecimento humano e de sua relação com o destino da humanidade.

As dimensões da crise têm de ser entendidas a partir da realidade histórica de como a universidade nasceu, enfrentou crises anteriores e, mais uma vez, será capaz de se transformar.

A Perda de Sintonia

Esta não é a primeira vez que a universidade se vê confrontada com a necessidade de mudar, mas nunca ela precisou mudar tanto quanto agora. Tampouco é a primeira vez que a universidade parece não se dar conta de sua própria crise, mas também não será a primeira vez que ela irá superar suas dificuldades e se reorganizar para servir à humanidade.

A universidade brasileira é um local privilegiado para a compreensão da crise universitária do mundo de hoje. O Brasil é diferente dos países ricos, que não sofrem as mesmas dificuldades financeiras, nem estão rodeados tão proximamente pela exclusão social. O Brasil difere também dos países pobres, onde o importante

são as condições de sobrevivência, e a universidade também é parte da pobreza. O Brasil é um país intermediário, em que uma riqueza semelhante à das melhores universidades do mundo convive com uma pobreza próxima à dos mais pobres. O Brasil não é nem a Europa nem a África, é um pouco de cada um desses dois continentes. O Brasil é um retrato do planeta e da civilização contemporânea, e o melhor indicador do rumo tomado pelo mundo e também do rumo que o mundo pode vir a tomar. No Brasil, temos a sorte de ter todas as crises, mas também de contar com a força que vem da adversidade.

Temos todos os tipos de tragédias, mas também todos os recursos para superá-las. Acima de tudo, temos a urgência que vem de saber que ou encontramos saídas ou iremos naufragar. É por essa razão que a universidade brasileira, juntamente com todas as outras universidades do mundo, tem de despertar para uma crise que vai além da crise financeira, consistindo numa crise de propósitos muito mais ampla, num mundo em rápida transformação. A universidade, neste início do século XXI, deixou de ser a vanguarda do conhecimento, tendo perdido também a capacidade de assegurar um futuro exitoso a seus alunos. Ela deixou de ser um centro de disseminação do conhecimento, e não é mais usada como instrumento na construção de uma humanidade coesa. A universidade flutua em meio às correntes da globalização, e corre o risco de um naufrágio ético, caso aceite a imoralidade de uma sociedade cindida.

Quase oitocentos anos depois de sua criação, as universidades precisam entender que mudanças têm de acontecer em cinco grandes eixos:

- a) voltar a ser a vanguarda crítica da produção do conhecimento;
- b) firmar-se, novamente, como capazes de assegurar o futuro de seus alunos;
- c) recuperar o papel de principal centro de distribuição do conhecimento;

- d) assumir compromisso e responsabilidade ética para com o futuro de uma humanidade sem exclusão; e
- e) reconhecer que a universidade não é uma instituição isolada, mas que ela faz parte de uma rede mundial.

O conhecimento murado: mosteiros e universidades

A universidade nasceu, há oito séculos e meio, porque os mosteiros medievais perderam a sintonia com o ritmo e o tipo de conhecimento que vinha surgindo no mundo ao seu redor. Por serem murados, esses mosteiros não foram capazes de atrair esse mundo externo para dentro de suas preocupações e de seus métodos de trabalho. Prisioneiros de dogmas, defensores da fé, intérpretes de textos, os mosteiros foram insensíveis à necessidade de incorporar os saltos do pensamento da época. Muitas vezes, eles preferiram retornar ao pensamento clássico grego, que havia sido interrompido alguns séculos antes.

As universidades surgiram como um espaço para o novo pensamento livre e vanguardeiro de seu tempo, capaz de atrair e promover jovens que desejavam se dedicar às atividades do espírito num padrão diferente da espiritualidade religiosa.

Ao longo dos séculos seguintes, a universidade floresceu como um verdadeiro centro de geração de alto conhecimento nas sociedades. Mas, para tal, ela teve de se reciclar, mudar e se adaptar, em diversos momentos, à realidade a seu redor.

Em fins do século XIX, os centros de pesquisa para inventores funcionavam independentemente das universidades, sendo inclusive menosprezados por professores e estudantes universitários. Ford, Bell e Edison não foram universitários. Além disso, as universidades não reconheciam o trabalho dessas pessoas como possuindo nobreza intelectual. As universidades perderam ritmo e se atrasaram, enquanto o conhecimento técnico avançava indiferente a elas.

Em inícios do século XX, contudo, as universidades tiveram a sabedoria de perceber que estavam se transformando em mosteiros

modernos. Em vez de monges, havia estudantes universitários. No lugar dos dogmas, o debate restrito às disciplinas clássicas tradicionais. No lugar da participação no mundo do consumo de massa, o esnobismo aristocrático do saber bacharelesco. Não tardou para que as universidades se reciclassem, trazendo para dentro de si áreas do conhecimento técnico, como a engenharia e as ciências aplicadas. Já em meados do século, a universidade estava tão transformada que os campos tecnológicos eram agora dominantes em relação aos campos tradicionais da filosofia, das artes e da literatura. Os estudos clássicos, que por tantos séculos foram o cerne do saber universitário, viram-se relegados a departamentos muitas vezes menosprezados e tratados como reservas biológicas de conceitos e interesses pré-históricos. Os estudos clássicos tornaram-se coisa do passado.

O começo do século XXI mostra que essa primazia do conhecimento tecnológico, mais uma vez, volta a cercar o conhecimento de nível superior, impedindo os livres saltos do espírito humano em direção a um futuro libertário, rico em termos estéticos e éticos, eficiente em termos epistemológicos, abrangente em termos de comunicação de massa, socialmente legítimo e universal em seu alcance.

O conhecimento universitário, mais uma vez, se vê murado e defasado, perdendo sintonia com o conhecimento e as demandas da realidade social externa a esses muros. A universidade sofre hoje do mesmo problema que afligiu os mosteiros há mil anos, e ela própria, há um século.

As perdas de sintonia

a) Com o avanço do conhecimento – perda de eficiência epistemológica.

A primeira perda de sintonia na universidade ocorre na velocidade com que o conhecimento avança no mundo atual. Até tempos recentes, o conhecimento universitário atravessava gerações sem grandes modificações. O conhecimento médico e as teorias científicas progrediam tão lentamente que um aluno formado numa universidade poderia carregar pelo resto da vida, sem qualquer perda de

eficiência, os instrumentos de saber lá adquiridos. Um diploma tinha a validade de, pelo menos, o tempo de uma vida profissional e, muitas vezes, uma validade ainda mais longa.

Essa situação mudou radicalmente.

A velocidade atual do avanço do conhecimento não permite que um ex-aluno permaneça preparado, a não ser que ele se atualize constantemente. Nenhum profissional continua fazendo pleno jus a seu diploma depois de cinco anos de formado. Em alguns casos, essa desatualização ocorre até mesmo ao longo do curso, quando muito do que foi aprendido rapidamente se torna obsoleto, sendo substituído por novas teorias, novas informações, novos conhecimentos. O saber avança rapidamente não apenas dentro dos campos específicos, e novos campos surgem a cada dia.

A universidade vem-se esforçando por incorporar essas transformações, mas sem sucesso. A estrutura dos cursos, a duração dos doutorados e as limitações dos departamentos vêm impedindo que o conhecimento, dentro da universidade, avance tão rapidamente quanto fora.

Isso faz com que muitos procurem produzir conhecimento fora dela, para surpresa de todos os que se lembram da força que a universidade tinha até pouco tempo atrás. No passado, poucos eram os professores ou pesquisadores que trabalhavam além dos muros da universidade. Era impossível para um jovem criar saber de ponta sem a orientação de um professor universitário. Isso mudou, em décadas recentes. Diversos campos do conhecimento se desenvolveram fora das universidades: em centros de pesquisa públicos que se distanciam e até evitam contato com a universidade, dentro de empresas que mantêm seus próprios centros de pesquisa e em instituições de ensino superior que se autodenominam “universidades corporativas”, como forma de indicar que oferecem ensino superior sem ensinar o mesmo que as universidades tradicionais.

Essas parauniversidades existem porque as universidades tradicionais fracassaram no cumprimento de seu papel, atrasando-se em

termos da geração de conhecimento e perdendo a sintonia com os tipos e a qualidade dos temas desenvolvidos ou ensinados. Se as universidades não reconhecerem essa situação e alterarem seu rumo, deixarão de ter utilidade. Foi o que aconteceu com os mosteiros, há um milênio.

A crise de recursos deve-se, em parte, à indiferença dos governos, e tem muito a ver com a perda de sintonia da universidade. O inverso também é verdadeiro, entretanto. Se as universidades continuassem, de forma clara, a cumprir seu papel de vanguarda de todas as formas de conhecimento, essas parauniversidades não estariam surgindo e proliferando tão rapidamente quanto hoje acontece, e o Estado não teria retirado apoio às universidades públicas.

b) Com a disseminação do conhecimento – perda de abrangência na comunicação de massas.

Quando a América foi descoberta, as universidades tiveram décadas para desenvolver e ensinar os novos mapas do mundo. Hoje, quando qualquer fenômeno novo é criado ou descoberto, todos tomam conhecimento dele quase que simultaneamente. No mundo atual, os mapas são criados no minuto em que a geografia se altera. Isso faz com que a universidade se defase em termos da disseminação do conhecimento.

O jovem atento que navega na internet, assiste a programas especiais na televisão e freqüenta grupos de chat especializados pode tomar conhecimento de certo tipo de informações antes mesmo que seus professores.

O conhecimento tornou-se urgente e simultâneo: urgente devido à velocidade de sua criação e simultâneo devido à rapidez de sua divulgação. O mundo inteiro se converteu em uma grande escola para aqueles que estão atentos e se comportam como eternos alunos.

Na universidade pré-socrática, o professor era o tutor praticamente individual de um pequeno grupo de alunos. Mesmo quando gregos, romanos e bizantinos se reuniam numa sala de debates, o

número de alunos era reduzido, restrito ao alcance da voz do professor, sem qualquer outro suporte. Séculos mais tarde, o uso do quadro-negro provocou uma revolução, permitindo, pela primeira vez, o uso de recursos visuais e ampliando o número de alunos. Mesmo com essa inovação, o aluno, para aprender, tinha de comparecer às aulas, estar presente, olhar nos olhos do mestre e ver os desenhos e palavras usados por ele. O uso do microfone ampliou ligeiramente o número de alunos, mas o ensino continuou a se dar em sala de aula, em prédios destinados especificamente às universidades.

Em tempos bem mais recentes, surgiram os recursos modernos da mídia eletrônica, permitindo o ensino a distância. Quase todas as formas de conhecimento, principalmente para adultos universitários, podem hoje ser ensinadas sem a presença física de um professor. A sala de aula deixou de ser um espaço quadrado, cercado de paredes. Ela é aberta e tem uma dimensão einsteiniana: seu tempo e seu espaço se misturam, o aluno podendo estar em qualquer lugar e o professor, em qualquer outro, sintonizados simultaneamente ou em tempos diferentes.

Algumas universidades vêm-se esforçando para incorporar essa nova realidade, embora ainda não tenham conseguido entender ou aceitar a realidade de que os muros de cada campus cercam o mundo inteiro. As universidades ainda não deram um salto compatível com a realidade técnica de hoje, capaz de demolir os muros da universidade e conectá-la on-line para, em tempo real, distribuir os conhecimentos para o mundo inteiro.

c) Com a eficiência do diploma – a perda de promoção social

Não faz muito tempo, as universidades tinham o papel de funcionar como promotoras de seus alunos. O diploma era um passaporte seguro para o futuro de qualquer jovem. A situação mudou.

Nas duas últimas décadas, o diploma universitário, apesar de continuar sendo útil, deixou de ser um passaporte seguro para o

sucesso. Milhões de jovens graduados, em todo o mundo, não encontram emprego, ou porque há um excesso de profissionais ou devido à rápida obsolescência do que eles aprenderam.

A universidade, contudo, não assumiu de forma plena essa realidade: ela critica o mercado, em vez de entender que ele é decorrência da realidade e exige novos campos de conhecimento e novos conhecimentos dentro dos campos antigos e, sobretudo, requer rapidez na formação e reciclagem dos alunos.

A universidade de hoje vive a mesma crise do início do século XX, quando ela se recusava a entender que a realidade exigia profissionais graduados nas áreas tecnológicas, mais do que nas áreas bacharelescas.

d) Com os excluídos – perda do papel de construtora de utopia.

No decorrer do século XIX, os centros brasileiros de ensino superior coexistiram com o regime escravocrata, e eram poucas as demonstrações de insatisfação ou de protesto, e mais rara ainda a luta pela abolição. Grande parte da comunidade universitária assistiu com naturalidade ao absurdo da escravidão, usando seus conhecimentos de direito, economia e engenharia para manter o sistema funcionando de forma eficiente.

No século XX, a universidade brasileira permanece impassível e colabora para tornar o Brasil um país dividido entre os que se beneficiam dos produtos da modernidade e os que são excluídos desses benefícios. Hoje, a universidade se comporta diante da pobreza de forma tão alienada quanto o fez, no século XIX, com relação à escravatura.

A universidade brasileira é um retrato da universidade mundial. Da mesma forma que a universidade brasileira se aliena frente à pobreza que a cerca, a universidade européia se aliena diante da tragédia global.

No século XXI, o século da globalização, a universidade convive com a tragédia de uma humanidade cindida em duas. De

um lado, estão os incluídos nos benefícios técnicos do mundo moderno e, de outro, os excluídos. A cortina de ferro foi derrubada e o mundo passou a ser dividido por uma cortina de ouro, erigida, em parte, graças ao saber universitário que beneficia apenas um dos lados. O ritmo atual da evolução do projeto civilizatório deixará a humanidade cindida em duas partes, e não tardará muito, apenas algumas décadas, para que essas partes se diferenciem tanto, a ponto de não mais se sentirem relacionadas, e isso graças ao trabalho daqueles que passaram por nossas universidades. O direito defende uma parte, a economia beneficia uma outra parte e a biologia pode ser usada para criar os instrumentos que poderão provocar mutações induzidas nos seres humanos, beneficiando apenas uma parte da raça humana e destruindo as características comuns ainda existentes.

A universidade ocupa-se agora do conhecimento técnico, tendo deixado para trás a ética, e pode ser usada como um dos instrumentos para a construção de uma divisão global.

Até tempos recentes, as universidades formavam profissionais que, direta ou indiretamente, promoviam o crescimento econômico e o aumento do bem-estar social, além de serem instrumentos de distribuição da renda e dos benefícios sociais.

A partir da década de 90, o modelo civilizatório excludente fez com que os profissionais formados pelas universidades passassem a servir quase que exclusivamente a um dos lados da sociedade: o lado dos incluídos nos benefícios sociais. A sociedade passou a se dividir internacionalmente, e dois setores passaram a se distinguir claramente em todos os países do mundo. Um dos setores é formado pelos incluídos nos bens e serviços oferecidos pelos avanços tecnológicos modernos e o outro, pelos excluídos.

O produto dos avanços científicos e tecnológicos das universidades foi posto a serviço das minorias privilegiadas também em outras áreas. O uso e o consumo desses conhecimentos também ficou restrito às elites minoritárias. As universidades passaram a servir a uma parte específica da sociedade, ignorando a outra.

Os cursos oferecidos nas universidades pouco têm a ver com os interesses das grandes massas. Os cursos de Economia buscam maneiras de aumentar a riqueza e, em raros casos, estudam a superação da pobreza. Os cursos de Medicina estão mais interessados em não deixar que os ricos morram ou envelheçam do que em evitar a mortalidade infantil. Os arquitetos se preocupam em construir mansões e edifícios para os ricos, e quase nunca pensam em soluções para os problemas habitacionais dos pobres. Os cursos de Nutrição dão mais ênfase a emagrecer os ricos do que a engordar os pobres.

Todos os campos da educação superior ignoram a grande massa da população, tanto por omissão quanto pela ação. A sociedade optou pela exclusão.

Essa situação não diz respeito apenas ao produto do conhecimento, podendo ser vista também nas lutas em que a universidade se empenha. Na década de 60, a universidade era uma instituição revolucionária, que buscava mudar a sociedade e construir a justiça. Hoje, os universitários lutam basicamente por seus próprios interesses: mais verbas para as universidades públicas, mensalidades menores para as universidades particulares e isenção de impostos para os ex-alunos.

Esta não é a primeira vez, na história brasileira, que os cursos universitários demonstram estar alienados em relação aos pobres. É triste reconhecer que foi mínima ou nenhuma a contribuição das universidades do século XIX para a abolição da escravatura. No Brasil, a abolição foi resultado dos esforços de políticos, poetas, jornalistas e até mesmo da nobreza, mas foram raros os movimentos abolicionistas nas escolas de Direito, Medicina ou Engenharia da época.

Isso mudou no século XX, com a promessa social de que a riqueza poderia beneficiar a todos, e que o crescimento de seu produto se distribuiria, aumentando o número dos empregos. A luta utópica por uma sociedade rica ingressou na agenda das universidades, que então lutavam pela riqueza de todos. A universidade tornou-se revolucionária.

A realidade do final do século XX e do início do século XXI resultou bem diferente. Os limites ecológicos ao crescimento, as características desempregadoras da tecnologia e a tipologia dos produtos valorizados pela sociedade moderna mostraram que apenas uma pequena parcela da população será beneficiada pelo crescimento econômico, e a universidade retornou à alienação do século XIX, tratando os pobres de hoje como antes tratava os escravos.

Mesmo quando afirma assumir os problema dos excluídos, a universidade, muitas vezes, apenas finge. Os exames vestibulares favorecem os incluídos, os ricos e a classe média, mesmo os que não têm condições acadêmicas suficientes, cujo acesso é facilitado por meio do aumento de vagas e de cotas para “minorias”. Os excluídos não têm acesso aos cursos preparatórios e não passam nos exames de seleção. A universidade não pensa em reformar a estrutura e o conteúdo de seus cursos, de forma a beneficiar os excluídos, que nela não ingressarão por falta de condições econômicas, defendendo apenas as reformas que beneficiam os que concluíram o ensino médio, mas que não conseguem ser aprovados nos exames vestibulares, em lugar de comprometer a universidade com a melhoria do ensino na escola fundamental.

É como se a universidade tivesse tomado o claro partido de um dos lados da sociedade, pensando apenas nos excluídos que estão convenientemente próximos a ela, que nunca são os verdadeiros excluídos. É como se beneficiar, a título simbólico, uns poucos representantes dos excluídos, incluindo-os no mundo universitário, bastasse para desonerar a universidade do compromisso de lutar pela verdadeira abolição da exclusão.

Essa realidade sufoca a universidade. Os universitários a negam, por vergonha, ou demonstram desconforto sem nada fazer para mudar a situação. É por essa razão que a universidade tem de recuperar a sintonia ética com os verdadeiros interesses da população.

e) Com o mundo – não-incorporação na globalização

Na Europa, a universidade foi uma das primeiras instituições

globais. Seus profissionais viajavam e trocavam informações. Desde seus primórdios até o presente, as universidades européias constituíram uma das mais formidáveis redes de conexões internacionais, embora, atualmente, elas não estejam conseguindo atuar da mesma forma diante da realidade do mundo globalizado. Os diplomas universitários são protegidos nacionalmente, os professores pertencem a universidades específicas e suas bibliotecas são mais integradas que os conhecimentos por elas divulgados, uma vez que são automaticamente interconectadas pela tecnologia que empregam, que, muitas vezes, passa por cima dos processos decisórios e, em alguns casos, da própria vontade de seus dirigentes.

É comum que os professores confundam viagens com integração, quando, na realidade, a universidade do século XXI terá de ser totalmente integrada em bases universais.

A universidade do século XXI não conseguiu entender como ser global sem perder a própria nacionalidade. Elas se sentem divididas entre abrir-se por completo, negando sua singularidade nacional, e defender-se das interferências externas a ponto de negar a realidade atual do saber global.

A Refundação da Universidade

Mais de oito séculos após sua fundação, a universidade se encontra em meio a uma revolução tecnológica, num mundo dividido, precisando agora fazer sua própria revolução. Pelo menos sete vetores deverão nortear essa revolução:

a) Universidade Dinâmica

A universidade não pode mais encarar o conhecimento de forma estática, como se o saber tivesse longa duração, compatível com o horizonte de vida de seus professores. Hoje, o conhecimento começa a mudar no instante em que é criado, e a universidade tem de incorporar essa dimensão ao papel desempenhado por ela.

Para tal:

- *o diploma deve ter prazo de validade*

A Universidade do século XXI não pode se responsabilizar pelos conhecimentos de um ex-aluno formado há alguns anos. É por essa razão que um diploma universitário deve implicar a exigência de reciclagem do conhecimento ao longo de toda a vida profissional;

- *a universidade deve ser permanente*

Na verdade, a universidade deve extinguir o conceito de ex-aluno. O estudante já formado deve manter um vínculo permanente com sua universidade, conectando-se com ela on-line e recebendo conhecimentos ao longo de toda a sua vida profissional, de forma a evitar a obsolescência;

- *os doutorados devem ser atualizados*

Todos os diplomas devem ser atualizados, e não apenas os de graduação. O que acontece hoje é que os alunos de doutoramento concluem suas teses e carregam pelo resto da vida um título que demonstra apenas que um trabalho de mérito foi realizado no passado. Possuir um doutorado é como ostentar uma medalha por feitos heróicos numa guerra, pouco servindo como prova de conhecimento em áreas que mudam a cada instante;

- *os professores devem ser submetidos a concursos periódicos*

Se os diplomas de graduação e de pós-graduação necessitam de revalidação, os professores não podem manter seus cargos com base em concursos antigos. A coerência exige que os professores universitários prestem novos concursos, em prazos que permitam demonstrar a atualidade de seu conhecimento;

- *flexibilidade no tempo de duração dos cursos*

Se, por um lado, um aluno não deve jamais chegar ao término definitivo de seu curso, por outro, é impossível definir, em termos de

um período fixo, o tempo necessário à obtenção dos conhecimentos básicos para a prática de uma profissão. As universidades do século XXI não podem mais fixar a duração dos cursos. Os alunos poderão se submeter a concursos que determinem sua habilitação para a prática da profissão, de acordo com sua própria capacidade e com o tempo que lhes seja necessário. Com o uso dos novos métodos de ensino e de pesquisa, o tempo exigido para a formação pode variar muito, de acordo com a capacidade de cada aluno. Graças aos novos métodos pedagógicos e aos equipamentos de comunicação e informática, a formação de um profissional tem de levar menos tempo do que levava há algumas décadas.

Alguns alunos vão mais rápido, outros, mais devagar, mas nenhum deles precisará de todo o tempo que seus pais precisaram. Isso vale ainda mais para os cursos de pós-graduação. Simplesmente não é possível manter-se sintonizado com a velocidade do avanço do conhecimento e, ao mesmo tempo, levar anos para concluir um doutorado. Hoje em dia, muitas teses de doutorado já estão superadas no dia em que são defendidas. São tantas as fontes computadorizadas de informação acessíveis às pesquisas, que não há razão para os cursos de doutorado terem a mesma duração de antes.

A dinâmica atual do avanço do conhecimento significa também que um doutorado excessivamente longo pode significar um doutorado tornado obsoleto pelo trabalho de outros alunos, em outras partes do mundo, ou então, um doutorado sempre inacabado, em face da impossível tarefa de manter-se constantemente em sintonia com o que há de mais novo naquela área de conhecimento.

Os estudos de pós-graduação não exigem o mesmo tempo que antes, e tampouco seu produto ganha em qualidade em decorrência direta do tempo dedicado a ele;

• *as referências bibliográficas devem ser indicadas on-line, com a própria elaboração do livro pelos autores*

Hoje em dia, a elaboração de muitos livros demora mais que o desenvolvimento das teorias neles contidas. Uma universidade que se baseie em livros impressos é uma universidade que se atrasa em termos do conhecimento de ponta. Embora a leitura e o estudo dos textos clássicos de cada área devam ser incentivados, o estudo dos textos ainda em desenvolvimento deve acontecer por meio do diálogo permanente entre alunos e autores.

b) Universidade Unificada

A globalização irá eliminar as fronteiras entre as universidades. As universidades não apenas trocarão professores e alunos, como também terão acesso a todos os professores e a todos os alunos. Segundo o Relatório Anual da UNESCO de 1997, a universidade global possui 88,2 milhões de alunos e 7 milhões de professores. Hoje, há milhares de universidades mas, em breve, haverá apenas uma única, integrada por todos os meios disponíveis à comunicação moderna. Não haverá mais barreiras lingüísticas, graças aos mecanismos de tradução automática já existentes na internet.

Com essa rede mundial, a idéia de limitar um aluno a um curso específico na sua universidade de origem tornou-se antiquada e ineficiente. Cada aluno pode formular seu próprio programa de curso, escolhendo professores e disciplinas em escala global, numa rede que abrange o mundo inteiro.

A universidade tornou-se uma entidade única.

c) Universidade para Todos

A universidade tornou-se uma entidade única, devendo estar aberta a todos. Deixou de haver razão para exigir exames de ingresso, e até mesmo os diplomas de segundo grau não são mais necessários. Se, para os alunos que estão fisicamente presentes no campus, o exame vestibular é uma necessidade imposta pela limitação do espaço físico e pelos custos elevados, os novos métodos de ensino a distância podem alcançar um imenso número de alunos e acompanhar

seu desempenho. Os alunos serão excluídos em razão de sua incapacidade de acompanhar o curso, não por sua incapacidade de neles ingressar.

O sistema de ingresso deve mudar também para os alunos que estão fisicamente presentes às aulas. O que um aluno conseguiu decorar na escola secundária não é bastante para garantir que ele será um bom universitário. Os atuais exames não medem a capacidade de um aluno de captar conhecimento ou de navegar pelo conhecimento existente no mundo, transformando as informações recebidas em conhecimento que possa ser usado de novas maneiras e em outros contextos. Por essa razão, é de importância fundamental acompanhar o desempenho dos alunos na escola secundária e formular exames de seleção que sejam capazes de mensurar a capacidade do aluno de buscar e elaborar conhecimento, mais que sua capacidade de assimilar conhecimentos prontos e de responder perguntas com respostas decoradas.

d) Universidade Aberta

A universidade do século XXI não terá muros, nem um campus fisicamente definido. A universidade do século XXI será aberta a todo o planeta. As aulas serão transmitidas pela televisão, pelo rádio e na internet, tornando desnecessário que os alunos estejam presentes no mesmo campus, ou na mesma cidade que o professor. Os professores poderão manter diálogo permanente com seus alunos de todo o mundo.

e) Universidade Tridimensional

A organização da universidade por disciplinas baseadas em categorias de conhecimento é incapaz de responder às exigências das mudanças rápidas no conhecimento e incapaz também de atender às necessidades sociais. O conhecimento muda a cada dia, novos campos surgem e outros desaparecem, e a realidade social vem construindo um mundo dividido. As universidades têm que inventar

maneiras de se reestruturar, que incluam centros de pesquisa sobre temas atuais, e não apenas os departamentos e os campos de conhecimento tradicionais.

Não há razão para que a universidade não possua os mecanismos para vincular-se intelectualmente à realidade, mediante Núcleos Temáticos multidisciplinares para o estudo da fome, da pobreza, da energia, da juventude, do emprego e do meio ambiente.

Esses temas existem na realidade de hoje, mas não encontram lugar nas categorias definidas do conhecimento. A universidade do século XXI tem, também, de ser organizada de forma multidisciplinar.

A universidade dos próximos anos tem de trazer seus alunos de todo o mundo para a prática das atividades estéticas e do debate ético, o que poderia ser feito com a criação de Núcleos Culturais.

Com seus departamentos disciplinares, seus Núcleos Temáticos e seus Núcleos Culturais, a universidade será tridimensional e formará profissionais tridimensionais, especializados numa área do conhecimento, mas, também, comprometidos com o entendimento de um tema da realidade e praticantes de uma ou mais atividades ligadas à dimensão humanista, nas artes ou na reflexão filosófica.

f) Universidade Sistemática

A universidade do futuro vincula-se universalmente a todas as outras universidades, mas terá de se vincular também com todo o sistema de criação do saber. A universidade deverá incorporar as instituições de pesquisa públicas e privadas, bem como todas as organizações não-governamentais ligadas à produção de pesquisas devem fazer parte do sistema universitário.

A universidade será como uma família para todos aqueles que participam da tarefa de fazer avançar e disseminar o conhecimento.

Quase um milênio após sua criação, já é tempo de ela dar o salto necessário para o cumprimento de seu papel dentro da imensa riqueza do mundo do século XXI.

g) Universidade Sustentável

As universidades deverão ser instituições públicas, sejam elas de propriedade pública ou privada. A universidade não pode morrer por falta de recursos públicos, nem pode recusar os recursos privados de quem nela quer investir. As razões para tal são as seguintes:

- a universidade deve ser financiada por recursos públicos a fim de garantir sua permanente sustentabilidade e sua coerência com os interesses sociais, sobretudo nas áreas do conhecimento que não geram retornos econômicos, como a formação de professores de ensino fundamental e o campo das artes e da filosofia;
- a universidade deve ser aberta à possibilidade de receber recursos de setores privados que desejem investir em instituições, sejam elas privadas ou estatais; e tanto as instituições privadas quanto as públicas devem ser estruturadas de modo a servir aos interesses públicos, sem torná-las prisioneiras dos interesses corporativos dos alunos, dos professores e dos funcionários. Da mesma maneira, as universidades particulares podem ser privadas em termos de suas instalações físicas, mas sua organização acadêmica tem de ser controlada pela comunidade acadêmica. Os proprietários dessas universidades podem permanecer como detentores do patrimônio físico, mas seus reitores têm de ser escolhidos com base em seus méritos acadêmicos.

2. O CASO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

A universidade brasileira foi a última a surgir na América Latina e é irônico que ela tenha sido criada para que fosse concedido o título de Doutor Honoris Causa ao Rei Leopoldo da Bélgica, em visita ao Brasil, no ano de 1922. Não fosse por aquela visita e a ingênua vaidade de um monarca ou o capricho de algum de seus cortesãos, a universidade brasileira talvez tivesse demorado mais 10 ou 20 anos para ser criada¹.

Isso serve para demonstrar o obscurantismo e o servilismo da elite brasileira.

Cem anos depois da Independência e trinta e três anos depois da Proclamação da República, o Brasil ainda não possuía uma universidade. E ela só foi criada para atender às conveniências de um rei europeu.

Esse é um pecado original do qual ainda não nos livramos.

Entre 1922 e 1934, a Universidade do Brasil e do Rei Leopoldo, no Rio de Janeiro, foi a única e precária instituição universitária, embora já existissem no país diversos cursos de ensino superior.

A primeira grande universidade brasileira nasceu em 1934, não mais pela vontade de um rei belga, aliado ao servilismo de políticos brasileiros. A Universidade de São Paulo resultou da vontade de intelectuais brasileiros aliados a intelectuais franceses. O Brasil passou a olhar para dentro, e não mais para fora. Os políticos servis foram substituídos por intelectuais acadêmicos, embora a forte dependência do exterior tenha continuado. Não mais servis, eles eram, ainda, fortemente influenciados pelo exterior.

Entre 1935 e 1964, a universidade brasileira cresceu, embora lhe faltasse o vigor necessário para o salto de que o país tanto pre-

¹ Deve-se lembrar que a atual Universidade Federal do Paraná reivindica ter-se antecipado em dez anos à Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mas, do ponto de vista do desenvolvimento explícito e da dimensão nacional, foi no Rio de Janeiro, em 1922, graças ao Rei Leopoldo, que surgiu a primeira universidade brasileira.

cisava. Durante esse período, o número de alunos passou de 27.501, em 1935, para 282.653, em 1970. O número de professores aumentou de 3.898 para cerca de 49.451, em 1980. Mas, dentre estes, apenas uns poucos possuíam pós-graduação.

Em inícios da década de 60, Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira criaram uma nova idéia para a universidade a ser fundada em Brasília, a nova capital do país, experimento esse que foi interrompido pelo golpe militar de 1964.

Em 1964, a universidade brasileira foi paradoxalmente destruída e, ao mesmo tempo, fundada. Destruída pela aposentadoria forçada de centenas de professores, exilados ou expulsos pela ditadura recém-instalada, que pôs fim também à liberdade de cátedra. Não foram poucos os alunos que perderam a vida nesse período sombrio. Ao mesmo tempo, ela foi fundada numa estrutura mais moderna e, pela primeira vez, tentou-se criar um sistema universitário nacionalmente integrado. Passou a haver farta disponibilidade de recursos financeiros e apoio à construção de novos prédios e compra de equipamentos. E, o mais importante, iniciou-se então a concessão maciça de bolsas de estudos no exterior, para onde jovens brasileiros foram enviados para cursarem seus doutorados e mestrados em universidades estrangeiras.

Essas transformações consolidaram-se em 1968, e foram tornadas possíveis pela reforma empreendida pelos militares, com o apoio da USAID. Aqui, já não se tratava do servilismo dos políticos de 1922, nem da cooperação intelectual de 1935. Essa reforma não foi orquestrada por intelectuais franceses, mas sim pelos financiamentos americanos, sob o patrocínio do autoritarismo militar da ditadura.

A moderna universidade brasileira é filha do regime militar e da tecnocracia norte-americana. Sob esse patrocínio e essa tutela, a universidade brasileira, entre 1964 e 1985, conseguiu dar um enorme salto quantitativo e qualitativo, talvez o maior salto já ocorrido em qualquer país do mundo, na área da educação superior.

Era como se quiséssemos recuperar, embora sem liberdade, os quinhentos anos que havíamos perdido. Ocorreu um notável aumento no número de instituições, e também no número de alunos e professores, principalmente em relação aos professores com pós-graduação (mestrado e doutorado). Em 1985, já havia, no Brasil, 37.629 professores universitários com graus de mestre e doutor.

A partir de 1985, a reafirmação da democracia trouxe de volta a liberdade, inclusive o direito de escolha dos dirigentes universitários, com eleição direta para o cargo de reitor. Mas trouxe, também, uma forte restrição de recursos financeiros, chegando ao ponto do abandono da universidade pública pelo poder público. A universidade federal chega em 2003 praticamente falida. Nestes quase vinte anos, cada avanço, cada conquista, cada melhoria e crescimento foi resultado da árdua luta de professores, alunos e servidores contra o poder público, em mais de trezentos dias de greves nos anos letivos de 1985 e 2002. Sem essas greves, é possível que as universidades federais já tivessem fechado suas portas, por abandono, mas as conseqüências dessas greves foram extremamente desgastantes, desmoralizando a universidade perante a opinião pública e esgarçando a trama de relações sociais entre estudantes, professores e funcionários.

Nesse mesmo período, ocorreu uma mudança no perfil da universidade brasileira, que passou de entidade pública a entidade preponderantemente privada. Houve um surpreendente crescimento do setor privado e uma inesperada interiorização da universidade estatal, voltada, na sua luta pela sobrevivência, para a defesa dos próprios interesses. A universidade privatizou-se de duas formas: a predominância das instituições privadas no número total de alunos e a perda de um projeto social nacional por parte das universidades públicas.

A universidade brasileira privatizou-se em razão de um círculo vicioso: faltavam recursos públicos para financiá-la, causando a deterioração das instalações, dos equipamentos e dos salários, o que, por sua vez, levou à realização de greves que visavam a resgatá-la dessa situação. Como conseqüência, aumentou a oferta das universidades

particulares. Simultaneamente, ocorria o aumento do descontentamento e da desmoralização. Agravando tudo isso, a falta de um projeto nacional em um país que acabava de sair do desenvolvimentismo para ingressar no neoliberalismo, passando do protecionismo para a abertura, da inflação sem controle, destinada a financiar os gastos públicos, para o rígido controle desses gastos públicos por organismos internacionais. Some-se a isso a perda da mística nacional em relação ao futuro, e todas as condições estavam colocadas para a grande crise da universidade brasileira. E, além de tudo, havia a agravante da crise maior da própria instituição no nível mundial, já mencionada anteriormente.

Lado a lado com o fato positivo de seu crescimento total e da capacidade de resistência heróica demonstrada pela universidade pública, o começo do século XXI mostra uma universidade cuja qualidade é questionável, e é caracterizada por um grande ativismo corporativo, aliado a uma lamentável desmotivação acadêmica, por intensas mobilizações alienadas dos interesses da população como um todo e pela forte crise de identidade da própria instituição universitária, que vem ocorrendo por todo o mundo. Simultaneamente, a universidade brasileira tem, a seu favor, a ânsia de estudar e aprender dos jovens que saem do ensino médio, que se manifesta agora com uma intensidade nunca antes vista.

Esse é o quadro, ao mesmo tempo adverso e estimulante, em que o Brasil e sua universidade ingressam no novo século. Temos agora um governo historicamente comprometido com a transformação da universidade numa instituição de ponta, em termos mundiais. Para tal, será necessário:

- atender às necessidades emergenciais de uma instituição heróica, mas abandonada;
- organizar um sistema universitário que se tornou caótico devido ao crescimento descontrolado do setor privado, simultâneo ao encolhimento do setor público; e

- refundar a universidade segundo as exigências do momento histórico pelo qual passa a humanidade.

Reorganização do Sistema Universitário Brasileiro

Nos últimos anos, as universidades brasileiras passaram por rápido e surpreendente crescimento, especialmente no tocante às instituições privadas.

Número

Universidades e Instituições de Ensino Superior:

	1985	2001
Pública233	.183
Privada626	.1,208
Total859	.1,391

Estudantes:

Pública556,680	.939,225
Privada810,929	.2,091,529
Total1,367,609	.3,030,754

Professores:

Pública64,449	.90,950
Privada49,010	.128,997
Total113,459	.219,947

Mas esse crescimento foi desordenado, exigindo agora imediata reorganização. Não se trata, aqui, de dar soluções emergenciais que se apliquem principalmente às universidades públicas, mas sim de reordenar todo o sistema universitário brasileiro.

O Sistema universitário brasileiro

Apesar da criação do sistema universitário federal brasileiro, que teve início em 1968 e foi reafirmado em 1985, com a implantação da isonomia total e a criação de um sistema comum

de avaliação, a universidade brasileira ainda não é um sistema. Um conjunto de normas tem de ser formulado para regular esse sistema, aplicando-se a todas as universidades, públicas ou privadas, e incorporando todas as entidades que fazem parte do sistema de produção de conhecimento de nível superior, como institutos de pesquisas, empresas, hospitais, repartições públicas e entidades de formação profissional de nível superior.

O sistema universitário brasileiro deve atuar no sentido de garantir autonomia a cada entidade, devendo, entretanto, criar um conjunto harmônico, capaz de funcionar com sinergia, evitando as dispersões características do momento atual.

Regularização de transferências

Num mundo já globalizado como o nosso, em que cada universidade deveria ser parte de um todo universal, a universidade brasileira ainda não estabeleceu um diálogo no que se refere à transferência de alunos. Num tempo em que já se discute a possibilidade de um aluno fazer cursos em diferentes instituições ao mesmo tempo, trocar de universidade ainda é difícil para ele. Essa dificuldade não se deve aos exames vestibulares, mas sim à incompatibilidade de currículos.

Ampliação de vagas

Apesar de as vagas terem aumentado no conjunto das universidades brasileiras, seu número ainda é muito pequeno em relação à demanda já existente. A universidade brasileira terá de, ao longo dos próximos dez anos, ampliar o número de vagas, com a meta de, no mínimo, dobrar o número de alunos. Para tal, além de recursos adicionais, ela precisará mudar seus sistemas de ensino, de maneira a adotar, cada vez mais, os sistemas de ensino a distância.

Cotas para grupos étnicos e escolas públicas

Num país em que metade da população é de origem africana, não há justificativa moral para a existência de uma elite branca. Essa

realidade deveu-se, principalmente, ao abandono sofrido pelo ensino público básico no Brasil e ao número reduzido de jovens que conseguem concluir o ensino médio: ao excluir os pobres do ensino médio, a sociedade brasileira exclui, sobretudo, os negros. A solução para a imoralidade da branquitude da elite brasileira está no investimento maciço na universalização e na qualificação do ensino básico. Até que isso seja feito, a universidade terá de dar sua colaboração para mudar a vergonhosa situação de um país cuja maioria da população é negra, mas que tem pouquíssimos negros matriculados na universidade. Por servir como um trampolim para chegar à elite, a universidade é responsável por esse desvio moral que vem manchando a sociedade brasileira nesses cento e quinze anos que se passaram desde a abolição da escravatura. Por esta razão, nada é mais correto do que ampliar o número de alunos negros.

Isso não vai tornar a universidade socialmente mais justa, uma vez que apenas os negros de classe média e rica serão beneficiados, mas vai fazer da universidade uma instituição que colabora para mudar a mancha branca da elite brasileira. Para que as cotas étnicas possam desempenhar um papel social, além de racial, as cotas para estudantes negros deveriam beneficiar apenas os jovens que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas. Com isso, ainda não estaríamos beneficiando os pobres que, no Brasil, raramente completam a oitava série do ensino fundamental e, quase nunca, o ensino médio, mas estaríamos conferindo algum benefício social às classes médias baixas.

Criação de novas fontes de recursos

A universidade brasileira passa hoje por uma grave crise financeira: as universidades públicas não contam com o apoio do governo e as universidades particulares sofrem com altos índices de inadimplência, e seus alunos mal conseguem pagar as mensalidades cobradas.

O Brasil não pode abrir mão do compromisso com a gratuidade do ensino em todos os níveis, inclusive o superior. O fato

de que 75% dos estudantes universitários estão em escolas particulares não pode ser ignorado, e o país não pode continuar dependente do tradicional orçamento governamental para financiar os 25% restantes, que estudam nas instituições públicas. Se continuarmos nesse rumo, a universidade pública será transformada num minúsculo apêndice no sistema universitário brasileiro. Se, nos próximos dez anos, for mantido o ritmo das matrículas em universidades particulares e públicas, o setor público ficará reduzido a apenas 10% do número total de alunos. Esse cenário não será positivo para o futuro do Brasil, nem de sua ciência e tecnologia.

As universidades brasileiras devem dispor de fontes de financiamento que lhes assegurem um funcionamento sem crises, sem necessidade de recorrer a greves e solidamente embasado na democracia, na eficiência, na ética, tanto em relação à fonte quanto ao uso desses recursos. Todas as fontes devem ser consideradas, tanto as de origem pública quanto as privadas; tanto as oriundas dos recursos gerais do tesouro quanto as contribuições especificamente vinculadas; tanto os fundos especiais como os de vinculação permanente, iguais aos que hoje financiam as universidades estaduais de São Paulo.

Avaliação de todas as instituições

A criação de um sistema de avaliação foi um dos avanços do conjunto das universidades brasileiras, embora, nos últimos anos, esse sistema tenha sido ainda imperfeito e incompleto. A reorganização das universidades brasileiras vai exigir a formulação de um novo sistema de avaliação, que permita muito mais do que classificá-las como em um campeonato. O objetivo desse novo sistema deverá ser identificar as qualidades e os pontos fracos das universidades, a fim de capacitá-las a desempenhar o papel que a sociedade delas espera.

O crescimento do número de instituições de ensino não pode ser visto como negativo. Quanto maior for o número de escolas de todos os níveis, melhor, desde que elas realmente sejam capazes

de atender às necessidades de conhecimento da sociedade e de promoção social dos alunos, no país e na cidade onde se situam. Entretanto, não foi isso que ocorreu com as instituições particulares de ensino surgidas nos últimos anos.

É obrigação do setor público impedir que empresários vendam como genuínos diplomas que são falsos passaportes para o sucesso. É do interesse de todo o sistema, especialmente das próprias universidades e de seus alunos, que essas instituições sejam avaliadas, evidenciando assim os seus resultados positivos, juntamente com seus possíveis aspectos negativos. Os alunos têm o direito de conhecer o valor dos diplomas que recebem em troca do pagamento de mensalidades, e a sociedade tem o direito de saber que tipo de profissionais os egressos das universidades podem vir a se tornar.

O governo pretende coordenar a avaliação de todas as universidades, em cooperação com o próprio setor, por acreditar que é de interesse de todos a avaliação do potencial de cada instituição. Essa avaliação deve ser pública, e as informações respectivas devem ser amplamente divulgadas. Deve, também, ser participativa, no sentido de ouvir a comunidade; corretiva, servindo para aperfeiçoar a instituição e o sistema; e ampla, não se limitando a avaliar apenas alguns aspectos da universidade.

Liberdade planejada

O Estado não deve limitar o número de entidades que se proponham a oferecer serviços educacionais. Entretanto, a regulamentação pública é imperativa, e as novas universidades e centros universitários deverão se submeter a essas regras. Além das avaliações periódicas, o governo vem pensando em definir as localizações e os campos de especialização para os quais as novas universidades devem ser atraídas, e selecionar as novas universidades regulares com base em licitação. As autorizações seriam concedidas àquelas que melhor atendessem aos objetivos buscados pelo setor público, como qualificação dos professores, relação professor/aluno, número

de bolsas de estudos a serem concedidas, valor das mensalidades e adoção de sistemas de cotas para grupos étnicos.

Universidades livres

Além das universidades regulares, o governo deve incentivar a criação de universidades livres, cujos diplomas não são reconhecidos pelo Estado. Quanto maior o número dessas universidades livres, melhor para a vida intelectual do país. Embora sem gerar a ilusão do diploma regular, é possível que alguns desses centros acabem por despertar respeito, graças aos méritos de seus profissionais.

Autonomia para Mudar ou não Mudar

É necessário, hoje, discutir o papel da universidade dentro da própria universidade. Esse debate é muito mais importante até mesmo que os debates sobre a crise que vem afetando essas instituições.

A universidade tem de lutar para evitar os pequenos problemas, como as goteiras em seus telhados. Mas não basta resolver esses pequenos problemas sem dar atenção ao quadro mais amplo.

Da mesma forma que, acima, apresentei o que o governo pensa em fazer para ajudar a universidade a superar seus problemas, darei agora minha própria contribuição – mais como um apaixonado pensador da universidade do que como ministro – para o debate sobre o céu que ameaça derrubar o telhado, mesmo que todas as goteiras tenham sido consertadas.

O governo não vai impor reformas. A universidade tem de ter autonomia, mesmo que isso signifique que ela venha a optar por seguir o rumo tradicional, ignorando as mudanças que ocorrem a seu redor. Autonomia significa fazer o que parece certo, tanto quanto o que parece errado, e o governo considera que é melhor respeitar o velho e fundamental princípio da autonomia do que impor reformas vindas de fora, mesmo que essas reformas estejam corretas.

No entanto, é dever do Ministério, e principalmente do Ministro da Educação, incentivar, nas universidades, o debate

interno, a fim de promover as reformas que eles julgam corretas e que gostariam de ver acontecer.

O princípio da autonomia não deve ser quebrado, mas também não deve ser usado como escudo de proteção para os ministros que sofram de covardia intelectual ou de oportunismo político.

Por essas duas razões, proponho aqui as linhas gerais do que imagino poderão ser as reformas necessárias à refundação da universidade brasileira, caso elas sejam adotadas nas universidades, após o longo debate que se fará necessário.

A Refundação da Universidade Brasileira

As universidades nasceram porque os mosteiros medievais se recusaram a mudar. Ao optarem por manter a mesma estrutura, os mesmos métodos, os mesmos requisitos de ingresso e de permanência, quando fora de seus muros vinha surgindo um mundo de idéias novas querendo avançar, e de novos costumes querendo se impor, os mosteiros religiosos provocaram o surgimento da universidade. Se eles tivessem se reformado para servir ao conhecimento laico e à promoção da lógica e da ciência, os mosteiros teriam sobrevivido como centros do saber, e as universidades não teriam surgido.

Também a própria Igreja Católica, caso tivesse a intenção e a capacidade de entender as mensagens recebidas por séculos a fio sobre a necessidade de se adaptar aos novos tempos, teria evitado a Reforma Protestante do século XVI. Foi, sobretudo, por ter insistido na infalibilidade de suas interpretações, na perfeição de suas instituições e no rigor de seus rituais que ela veio a provocar o surgimento do grande movimento evangelizador que fez surgir uma outra religião dentro dos princípios cristãos. O mesmo pode ocorrer com a universidade, de uma forma ou de outra: ela pode ou vir a ser substituída por outras instituições que, de fora, estão exigindo que ela mude, ou pode transformar-se a si própria. Essa transformação implicaria a ampliação, ainda maior, de seus princípios fundamentais, por meio do avanço do conhecimento superior, criando

instrumentos para libertar a humanidade, aumentar a riqueza, tanto a material quanto a intelectual, ampliar o horizonte social de igualdade de oportunidade, incluindo a todos, principalmente os jovens, independentemente de classe, raça, gênero e lugar de nascimento.

Ao longo de seus oito séculos e meio de existência, a universidade foi refundada algumas vezes. Uma entidade secular só consegue sobreviver se houver uma razão muito forte para a sua existência e, ao mesmo tempo, se possuir uma forte capacidade para se transformar e se adaptar às exigências de cada momento histórico. Os exércitos, mais antigos que as universidades, mantendo o compromisso maior de defender seus países, passaram por inúmeras transformações ao longo da história. As igrejas, por outro lado, tendem a resistir às mudanças, insistindo em manter seus dogmas intactos, provocando, assim, cismas e dissidências. Elas preferem romper sua unidade a ter de se refundar. Por ser autônoma e não ter dogmas, a universidade, mais que qualquer outra instituição, tem a obrigação de refundar-se a si própria, sempre que necessário.

A refundação por que passou a universidade brasileira ocorreu em fins da década de 60 do século XX, sob os auspícios dos militares e da influência americana, por meio do acordo MEC-USAID. Desde essa época até o começo do século XXI:

- o regime militar chegou ao fim;
- não houve censura oficial a qualquer forma de atividade intelectual;
- o Brasil tornou-se democrático, chegando até mesmo a eleger um presidente metalúrgico, proveniente de um partido nitidamente de esquerda;
- as universidades foram reorganizadas em segmentos corporativos que, rapidamente, descobriram possuir um poder que, alguns anos antes, seria inimaginável, e usaram esse poder com uma intensidade que os governos e a sociedade jamais suspeitaram ser possível;

- há eleições diretas para reitor;
- as bandeiras de luta pelas utopias do século anterior desapareceram ou se instrumentalizaram em mãos de uns poucos militantes;
- o crescimento econômico passou a provocar desemprego, ao invés de gerar empregos. Um número menor de pessoas tem hoje acesso aos produtos industrializados, cuja produção passou a ser mais lucrativa devido aos preços mais altos, e não porque tenham se tornado mais acessíveis a um maior número de consumidores;
- pela primeira vez na história, os jovens passaram a ter a perspectiva de uma vida mais difícil, em termos econômicos, do que a que tiveram seus pais;
- os jovens foram abandonados, transformando-se nos órfãos do neoliberalismo;
- parte da juventude passou a usar drogas, a fim de preencher o vazio causado pela falta de bandeiras de luta e de oportunidades de enriquecimento pessoal, econômico, intelectual ou espiritual;
- a ciência passou pela mais radical de suas revoluções, com o surgimento da biotecnologia, da engenharia genética, da informática e da microeletrônica;
- novos campos do conhecimento surgiram e continuam a surgir no mundo do conhecimento;
- outros se tornaram obsoletos, desaparecendo na mesma velocidade;
- a duração das verdades científicas e, mais ainda, da eficiência das técnicas tornou-se cada vez mais curta;
- o mundo globalizou-se. As informações são agora distribuídas instantaneamente,
- o poder econômico concentrou-se nas mãos dos poucos donos do planeta, e os produtos e técnicas chegam simultaneamente a todas as partes do mundo;

- uma única e indiscutível potência nacional assumiu a consciência de seu poderio, de seu papel, de sua ambição e de sua função de polícia do mundo, com o fim de forçar todos os povos a adotar seus princípios de democracia política e de liberalismo econômico, e até mesmo seus valores religiosos;
- o Muro de Berlim foi derrubado;
- o mapa do mundo está sendo redesenhado;
- armas inteligentes passaram a ser usadas nas guerras;
- os pobres do mundo, especialmente na África, foram abandonados pelos donos do poder mundial, sendo deixados à margem não apenas do progresso, mas até mesmo da esperança;
- por todo o mundo e internamente em cada país, o sistema social reconheceu a realidade da exclusão, aceitando a divisão da sociedade, em vez de propor a distribuição da riqueza;
- os costumes mudaram por toda parte, afetando a todos, mas principalmente os jovens, sobretudo no tocante à sexualidade;
- as minorias passaram a ter seus direitos reconhecidos, em especial as mulheres, os homossexuais, os grupos indígenas, os negros;
- a cultura se universalizou, mas a diversidade cultural é agora reconhecida como um direito;
- o fundamentalismo, seja religioso ou econômico, é agora adquirido por meio da força;
- os norte-americanos, pela primeira vez, foram derrotados em campo de batalha, na longa guerra no Vietnã. Posteriormente, contudo, travaram uma série de guerras curtas e vitoriosas, submetendo o mundo ao seu controle;
- os problemas locais se universalizaram, assumindo dimensões catastróficas, tais como o uso de drogas, o poder do narcotráfico, as armas do terrorismo, a disseminação de doenças, o poder do sistema financeiro.

Apesar de tudo isso, a universidade, em todo o mundo, pouco mudou em relação a seus aspectos fundamentais.

Número de vagas e formas de admissão

O atual governo assumiu o firme compromisso de, até 2010, possibilitar a conclusão do ensino médio para todos os jovens brasileiros. Essa nova situação irá gerar uma forte pressão por mais vagas nas universidades. As universidades públicas, em especial, terão de duplicar, nos próximos cinco anos, o número de vagas oferecidas. Isso não será possível, caso o exame vestibular seja mantido como forma de ingresso, uma vez que ele funciona mais como uma barreira do que como processo de seleção justa dos alunos mais capacitados. A multiplicação dos bancos escolares também não será uma solução, pois provocaria a queda da qualidade de ensino já alcançada pela universidade.

O caminho que propomos possui quatro vertentes:

- considerar a possibilidade de adoção da educação a distância para alunos de graduação, sem fazer distinções entre esses diplomas e os obtidos por meio de presença às aulas. Essa seria uma forma de aumentar as vagas sem prejuízo da qualidade do trabalho dos professores que se dedicam à pesquisa;
- considerar a adoção de sistemas de seleção que têm lugar dentro da própria escola secundária. Esse sistema foi desenvolvido e já vem sendo aplicado pela Universidade de Brasília – UnB, sob o nome de Programa de Avaliação Seriada (PAS). Esse mesmo sistema foi adotado e aperfeiçoado pela Universidade Federal de Santa Maria, com o nome de Programa de Ingresso ao Ensino Superior (PIES) e também pela Universidade Federal da Paraíba, com o nome de Processo Seletivo Seriado (PSS);
- considerar, depois de ouvidos a comunidade e os especialistas

- no assunto, a concessão de maior peso para as disciplinas português e matemática, uma vez que elas servem de base para o desenvolvimento do conhecimento em todas as áreas;
- considerar a possibilidade de adoção de sistemas de cotas étnicas, a fim de reformular, democratizar e corrigir as desigualdades de oportunidades para os diferentes grupos étnicos, dando maior força à escola pública.

Estrutura

O mundo de hoje já não permite que a universidade continue dividida em departamentos. Os novos campos do conhecimento e o compromisso com a realidade social exigem que seja adotado um enfoque multidisciplinar. Além disso, a disseminação do conhecimento e de sentimentos humanistas entre todos os alunos da universidade não poderá ocorrer se o ensino permanecer limitado às disciplinas oferecidas dentro das amarras do sistema de departamentos.

Sugerimos que a universidade pense na possibilidade de uma mudança de sua estrutura, nas linhas já adotadas, há décadas, por algumas instituições, introduzindo os Núcleos Temáticos e os Núcleos Culturais.

Com esses núcleos, somados aos atuais departamentos, a universidade ganhará uma estrutura matricial tridimensional, que poderá servir de base à formação do profissional em três diferentes níveis: sua área de conhecimento será desenvolvida no departamento específico; seu compromisso social e ético, no Núcleo Temático, e o cultivo e exercício de seu gosto estético se dará nos Núcleos Culturais.

Formação permanente e duração flexível dos cursos

No mundo de hoje, trinta anos após a reforma MEC-USAID, de autoria dos militares, as carreiras tornam-se obsoletas em poucos anos se os profissionais não se dedicarem a um permanente processo de reciclagem de seus conhecimentos. Por essa razão, a universidade

deve, urgentemente, examinar a possibilidade de manter um sistema de acompanhamento e formação permanente de seus alunos, que deverá durar até o fim de sua vida profissional. No mundo do futuro, não haverá lugar para ex-alunos; todos serão permanentemente alunos ou não serão profissionais.

O caminho a ser seguido consistirá, basicamente, na criação de diversos sistemas de educação permanente e a distância, para todos os alunos formados pela universidade.

Juntamente com o diploma provisório, o aluno, ao sair, receberá um código de ingresso nos sistemas de educação permanente da universidade. Será possível ao aluno fazer consultas sobre as inovações ocorridas na sua área de conhecimento, obter informações sobre cursos de reciclagem naquela área e, até mesmo, redirecionar seu campo de estudo, de profissão e de especialização, de acordo com a evolução do conhecimento.

A universidade deve-se converter numa presença permanente na vida de seus formandos, que devem continuar sendo alunos. Deve também ser examinada a possibilidade de flexibilizar os horários de permanência do aluno no campus, ao longo de toda a sua vida acadêmica. Se os alunos podem manter-se em contato permanente com a sua universidade, sua presença física no campus não precisará ser tão longa quanto é hoje.

Com todas as invenções modernas nos meios de comunicação e nos instrumentos pedagógicos, não é possível que a universidade continue precisando, hoje, do mesmo tempo para formar um profissional que precisava há cem anos, quando essas carreiras foram criadas. A universidade não pode continuar ignorando a realidade dos novos métodos e instrumentos de ensino e tem de examinar seriamente a possibilidade de reduzir o tempo necessário para a formação de alunos, se não em todos, pelo menos em muitos de seus cursos.

Ligação com a sociedade

A ligação da universidade com a população não se dará por meio da universalização do ingresso que beneficiaria apenas os que conseguissem concluir o ensino médio e levaria a uma queda na qualidade. A extensão universitária também não é a solução, pois, embora com honrosas exceções, ela se transformou numa espécie de assistencialismo.

O atual governo brasileiro quer passar do assistencialismo à abolição. Não é fazendo assistencialismo que a universidade se aproximará da população, mas sim efetuando uma reforma que lhe permita levar em conta os problemas da sociedade em geral e participar de sua transformação, por meio de:

- um firme compromisso para com a qualidade, em todas as áreas. Se o país mantém uma universidade, deve poder orgulhar-se dela e da qualidade de seu produto, representado pelos profissionais e o seu trabalho. O objetivo é tornar o mundo um lugar mais belo, eficiente e justo;

- currículos dos cursos das áreas técnicas – aquelas que transformam o mundo, como, por exemplo, a Medicina, a Engenharia, a Arquitetura e a Economia – têm de passar por reformas, de modo a adaptar seus princípios à ética de um mundo mais justo, do qual um número cada vez maior de pessoas possa se beneficiar, independentemente da renda, do gênero, da raça, do local de nascimento;

- participação nas atividades políticas da sociedade, o que não pode se dar internamente à produção do conhecimento em si, que deve ser livre, mas por intermédio dos diversos tipos de práticas de mobilização. Diferentemente das instituições de ensino superior do século XIX, que fecharam os olhos ao abolicionismo e se dedicaram a ensinar formas de manter intacta a escravidão, o atual governo brasileiro vê a universidade do século XXI como um dos motores para a consecução da tarefa de Abolir a Pobreza e Construir a

República, iniciada há cento e quinze anos e jamais concluída por uma elite reacionária, aristocrática, que desprezava o povo e que cooptou a universidade.

Fontes de financiamento

Nos últimos anos, os principais debates estiveram sempre vinculados ao problema do financiamento, questionando muito menos a própria universidade (o seu existir) do que as maneiras de financiá-la. As universidades queriam para si mais recursos do governo, maiores salários e mais verbas, embora sem permitir o aumento das mensalidades e concedendo subsídios. A universidade tem de ser discutida na profundidade de sua crise, mas os debates sobre o financiamento têm de continuar. A universidade do século XXI tem de ter clareza sobre quem paga pelo ensino de nível superior e o que deve receber em troca aquele que paga.

O governo tem a visão clara de que a privatização da universidade está fora de questão, como também a idéia de pôr fim à sua gratuidade. Na verdade, o governo gostaria que todo o ensino superior fosse gratuito no Brasil, caso isso fosse financeiramente possível, uma vez que ele é de importância ainda mais essencial para o país do que para o aluno. Mas, atualmente, essa possibilidade ainda não existe.

Até que ela venha a existir, contudo, o governo pretende, juntamente com a comunidade acadêmica, encontrar formas de financiamento alternativo para os alunos das universidades particulares e, também, de financiamento das atividades acadêmicas nas universidades públicas, tais como:

- aumentar o número dos alunos que recebem bolsas do governo para estudar nas universidades particulares, por meio do Programa de Apoio ao Estudante, lançado para ampliar o FIES e conceder bolsas sem necessidade de pagamento financeiro;
- regularizar as fontes alternativas de financiamento das universidades públicas, pela total transparência de sua

administração e a aplicação de processos decisórios democráticos e autônomos;

- considerar a possibilidade de transformar os alunos das universidades particulares em co-proprietários dos estabelecimentos em que estudam.

Prioridades de temas

O Brasil e o mundo mudaram, continuam mudando e irão mudar ainda mais no futuro. Se não percebermos esse fato, não tardará muito para que muitos de nossos temas de estudo estejam superados, sem que novos temas sejam examinados. Ao longo dos últimos anos, demos muita importância aos planos anuais de administração e nenhuma aos planos decenais de atividades acadêmicas. A universidade tem de gerenciar mais do que recursos, ela tem de gerenciar o conhecimento e de ter consciência do risco de insistir em conhecimentos que se tornaram obsoletos e ignorar os conhecimentos que apontam para o futuro, de modo a compatibilizar o ensino com as necessidades éticas, sociais, epistemológicas e econômicas desse futuro.

Publicização do ensino

A reforma da universidade, realizada durante o regime militar, incutiu a idéia de que a universidade é propriedade do Estado, seu dono, e não do país, de seus alunos e da sociedade como um todo. Durante o regime militar, o Estado demitia, prendia e financiava suas universidades como bem entendia. Com a chegada da democracia, os ditadores foram substituídos pelos professores e servidores, ou por ministros. A autonomia passou a ser entendida como a troca de proprietário, transferindo-se dos quartéis militares para as salas de reuniões dos professores e servidores administrativos, ou para os gabinetes dos ministros. Nestes quase vinte anos, pouca coisa realmente radical foi feita no sentido de levar em conta as reais exigências e necessidades da sociedade civil, e até mesmo dos alunos.

A democratização da universidade trouxe as eleições diretas, muitas vezes com participação reduzida do corpo discente, ou por desinteresse ou porque a capacidade dos alunos de participar do processo de escolha era subestimada por muitos. Nos conselhos universitários, os alunos têm participação mínima ou nenhuma; os ex-alunos nunca são consultados e ainda menos os representantes da sociedade civil como um todo, salvo em raríssimas exceções, que mais parecem a encenação de uma falsa gestão participativa.

O rápido aumento do patrimônio de muitas universidades, graças às mensalidades pagas pelos alunos ou ao apoio público, tem levado a sociedade, em geral, e os estudantes, em particular, a criticarem aquilo que deveria ser visto como positivo: o crescimento de uma universidade.

Recentemente, por ocasião da inauguração de uma biblioteca numa universidade particular, o que deveria ser visto como um feito louvável, numa época em que o Estado não vem cumprindo com suas obrigações de ampliar as bibliotecas das universidades públicas, um aluno comentou: “Eles construíram tudo isto com o dinheiro de nossas mensalidades e depois usarão esta biblioteca para justificar o aumento das mensalidades para os futuros alunos”. Os alunos das universidades particulares, com raras exceções, sentem-se tão desengajados de suas instituições quanto da sociedade em geral.

O Brasil precisa criar o conceito de alma mater, o amor que a sociedade e, principalmente, os ex-alunos têm por suas universidades. A única maneira de incentivar a criação dessa idéia é ampliar o sentimento de que a universidade pertence a todos.

A maneira de alcançá-lo é incentivar o envolvimento da sociedade, dos alunos e dos ex-alunos nas decisões da universidade. E, sobretudo, pela criação do conceito de que a instituição pertence à sociedade, e não a um Estado distante ou a um dono único.

No caso das universidades estatais, o caminho é chamar alunos e ex-alunos a participar nas decisões e nas responsabilidades da comunidade. O reitor é o líder intelectual e administrativo da insti-

tuição, não o representante do Estado. Nas universidades particulares, é também necessário separar a figura do dono da figura do líder acadêmico: o dono é o proprietário do prédio, o reitor é o coordenador das atividades acadêmicas. O primeiro compra ou herda, enquanto o segundo tem de ser eleito pela comunidade.

Relação com o ensino básico

Apesar de serem da responsabilidade de um mesmo ministério, a relação das universidades com o ensino básico tem sido muito mais restrita do que deveria, num país em que a realidade educacional é tão trágica. A universidade brasileira tem de ser parte integrante do processo de educação do povo brasileiro, a começar do ensino básico, e não apenas de seus próprios alunos no ensino superior.

A universidade pode ser o elemento dinâmico, por excelência, do ensino básico, se:

- participar dos programas de reciclagem de professores;
- der preferência aos professores, por meio de um sistema de cotas, quando estes prestam vestibular;
- ampliar as vagas em cursos de licenciatura;
- ampliar as vagas nos cursos de pedagogia;
- reduzir as mensalidades para professores;
- criar cursos para especialização em técnicas de alfabetização, tanto de adultos quanto de crianças;
- em todos os demais cursos, como Arquitetura, Nutrição, Economia, Filosofia, História, considerar seu papel na educação como objetivo dos estudos.

Relação com a saúde pública e os demais setores sociais

Da mesma forma que a universidade tem responsabilidades para com a escola pública, ela as tem também para com a saúde pública. Parte dos currículos dos cursos relacionados à área médica

deve centrar-se em estudos relativos à medicina e à odontologia preventivas e sociais. Os cursos de engenharia civil poderiam contribuir com tecnologias relacionadas ao abastecimento d'água e aos sistemas de esgoto.

O setor de transporte poderia se orientar para transporte público. Todos os campos do conhecimento podem dar sua contribuição. Como já acontece em alguns casos, os cursos de comunicação poderiam deixar de lado os meios de comunicação tradicionais e ensinar a seus alunos técnicas de comunicação para as massas.

Compromissos sociais imediatos

Além de oferecer uma formação voltada para o objetivo de construir um país sem pobreza, é necessário que a universidade se envolva, também, nos compromissos sociais imediatos da sociedade brasileira, como a alfabetização de adultos. A meta de erradicar o analfabetismo em apenas quatro anos seria facilmente cumprida se apenas 3% dos alunos das universidades trabalhassem como alfabetizadores. Se todos os universitários trabalhassem na alfabetização durante quatro anos, o Brasil poderia ensinar um número 30 vezes maior de pessoas a ler e escrever – 120 milhões de analfabetos, ou 15% do total dos analfabetos do mundo. Se cada universitário dedicasse oito horas semanais ao trabalho de alfabetização, durante um único semestre, apenas 24% dos universitários seriam o bastante para que, em quatro anos, o analfabetismo fosse erradicado. Isso não é pedir muito.

Se isso não for feito, dentro de algumas décadas, quando for escrita a história da campanha pela alfabetização do Brasil nos anos 2003-2006, será dito de nossos universitários atuais o que hoje dizemos dos universitários do século XIX: que nos alienamos frente a um dos problemas sociais mais dramáticos de nosso tempo, da mesma forma que eles se alienaram frente à escravatura.

Compromissos com o futuro nacional

O mundo se encontra numa encruzilhada, e o Brasil está bem no centro dela. O futuro de nosso país é incerto, não apenas pela falta de investimento social e pela divisão interna, mas também em razão do cenário internacional. A universidade tem um papel fundamental a desempenhar para ajudar o Brasil na construção de seu futuro em relação ao resto do mundo, da seguinte forma:

- criar as bases científicas e tecnológicas necessárias para enfrentar o futuro;
- compreender as relações internacionais, num mundo em que existe hoje uma única grande potência;
- compreender a realidade de um mundo globalizado, onde há exclusão e divisão;
- contribuir na definição de formas de defesa de nossa soberania num mundo globalizado.

Conhecimentos futuros

Para ser instrumento do futuro, a universidade de hoje tem de definir quais conhecimentos serão necessários ao mundo nesse futuro. A universidade, juntamente com a Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior – CAPES, tem a capacidade de, dentro de poucos meses, definir os conhecimentos do futuro, nos quais deveríamos investir desde já, para que o Brasil esteja preparado para comemorar o segundo centenário de sua independência em 2022.

Com base nessa definição, a universidade tem de ir mais adiante, redefinindo as carreiras nas quais devemos investir mais e as que devem receber menos investimentos, uma vez que, em breve, estarão superadas pela dinâmica do avanço e da demanda de conhecimento. E, sobretudo, temos de definir quais carreiras são permanentes por servirem aos valores fundamentais do humanismo.

Globalização, regionalização, nacionalização

Por ocasião da última reforma, realizada pelos militares, o Brasil tinha ainda a pretensão de possuir um projeto nacional independente do cenário mundial. Apesar do tradicional alinhamento com os Estados Unidos e do apoio recebido da USAID para a reforma e, acima de tudo, do apoio norte-americano para o ambicioso programa de formação de pós-graduação, que representou uma mudança positiva para a realidade do ensino superior brasileiro, o sonho de um projeto nacional continuava vivo. Hoje, a universidade brasileira não pode ignorar o fato de fazer parte de um projeto global. O saber universitário, hoje em dia, já não cabe dentro das fronteiras de país algum. E a universidade brasileira tem de fazer parte do saber internacional, tanto em termos de suas qualidades quanto de seus temas.

Mas, a universidade tem de alcançar o objetivo de ser global e, ao mesmo tempo, ser também nacional. Ela deve manter vivos os compromissos e as especificidades do Brasil, entendendo quais conhecimentos específicos são necessários ao país.

Além disso, cada universidade, individualmente, deve reconhecer a importância do seu entorno imediato, tendo, portanto, de se regionalizar, ao mesmo tempo em que se globaliza.

A definição do sistema universitário brasileiro

Nossas universidades, apesar dos esforços do Conselho de Reitores Universitários do Brasil – CRUB –, da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES e de outras entidades representativas, como o Conselho Nacional de Educação – CNE –, e da Lei de Diretrizes e Bases – LDB, formam um conjunto que não possui a clareza de um sistema integrado. O governo irá apresentar uma proposta de criação do sistema universitário brasileiro, idéia essa que será discutida com a comunidade acadêmica, mostrando as inter-relações e a interdependência de seus diversos componentes, sua interação com o sis-

tema de desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura em geral e evidenciando, também, a relação entre a universidade e o setor privado e as instituições governamentais.

Esse sistema universitário brasileiro possibilitará que seja definido, com maior clareza, o futuro da construção do saber superior no Brasil, ao longo das próximas décadas do século XXI.

Democratização e eficiência administrativa

O governo pretende propor à comunidade acadêmica a democratização das relações entre o sistema universitário e a sociedade, bem como as regras para a democratização de cada instituição universitária, tanto no que se refere à gestão, às relações sociais, às fontes de financiamento, à eficiência administrativa e às relações internas de cada unidade com seus alunos, como também no que se refere à sociedade e ao povo brasileiro como um todo.

A universidade tem de servir a todos. Servir a todos não significa que todos tenham acesso à universidade, mas fazer com que os profissionais universitários sirvam a todos. A universidade tem de ser a elite da força de trabalho, a serviço de toda a população. O fato de a universidade resistir às mudanças de seus cursos e de sua estrutura faz com que muitos dos seus membros, demagógicamente, defendam a ilusão do ingresso universal, quando deveriam estar defendendo a universalização do trabalho dos professores universitários.

UMA CONCLUSÃO – SETE APELOS

A universidade é um portal da esperança por nos permitir compreender a encruzilhada com a qual nos defrontamos em meio a nosso processo civilizatório. Um dos caminhos leva a um mundo unido, enquanto o outro conduz a um mundo socialmente cindido. Temos de conceber idéias para a criação de um futuro melhor, que venha a beneficiar toda a humanidade, com uma globalização que não inclua a exclusão social.

Um apelo às universidades dos países mais ricos

Este é um apelo às universidades dos países com rendas per capita mais altas, os chamados países ricos, para que elas assumam, na prática, a globalização. Por favor, não façam isso apenas exportando produtos e idéias, mas também importando engajamento. Façam mais do que desenvolver técnicas; desenvolvam, também, maneiras de converter a ética numa parte essencial do compromisso para com um mundo melhor. Conheçam com mais profundidade a realidade das universidades africanas e das universidades dos países mais pobres e endividados. Cooperem com a sobrevivência e com a qualidade dos programas de formação oferecidos por essas universidades, e colaborem na criação de uma consciência mundial capaz de interromper nossa bárbara marcha rumo a uma sociedade cindida e alienada, que acabará por separar os seres humanos em dois campos tragicamente opostos.

Um apelo às universidades dos países emergentes

Este é um apelo às universidades dos países emergentes, que já contam com uma massa crítica de pensadores e com centros de ensino superior de peso. Olhem para a pobreza que os cerca. Examinem o risco que correm ao permitir a instalação, em seus países, de sociedades divididas e alienadas. Quebrem o círculo vicioso das reivindicações corporativas e entendam a universidade

como parte de uma rede social de seres humanos em busca de um futuro melhor. Comprometam-se a colaborar com a erradicação da pobreza e entendam que, apesar da crise, ainda há muito a ser oferecido a universidades ainda mais pobres, principalmente na África.

Um apelo às universidades dos países pobres

Este é um apelo às universidades dos países mais pobres, principalmente os da África e de alguns países da América Latina. Não percam as esperanças. Apesar das tremendas dificuldades a serem enfrentadas, ainda existe a possibilidade de uma integração global em termos de conhecimento e de vínculos entre universidades, compensando, assim, as insuficiências de cada uma por meio da cooperação mútua.

Um apelo aos professores

Este é um apelo aos professores. Percebam que seus métodos de ensino têm de incorporar as imensas possibilidades dos novos equipamentos que permitirão ampliar enormemente o número de alunos atendidos, seja qual for o país em que eles se encontrem. Por favor, aceitem o risco de ser professores num tempo em que o conhecimento muda a cada instante, exigindo dedicação para acompanhar as mudanças contínuas. Aceitem com audácia esse desafio, e sigam rumo à criação de novas maneiras de conhecer, por mais efêmeras que sejam.

Um apelo aos jovens

Este é um apelo aos jovens de hoje. Por favor, assumam o papel que sempre lhes coube ao longo de toda a história. Sejam rebeldes. Isso é de importância fundamental, principalmente no mundo de hoje, no qual, em termos globais e não importa em que país, vocês se converteram nos órfãos do neoliberalismo. Vocês são a primeira geração a se deparar com um futuro menos propício de que aquele que seus pais tinham diante deles. Vocês são a primeira geração para

quem um diploma universitário não significa um passaporte automático para o sucesso, e a primeira geração cujo diploma estará obsoleto muito antes de a aposentadoria chegar. Vocês são a primeira geração para quem o admirável mundo novo viu-se transformado no admirável mundo atual, e a primeira geração a não levantar as coloridas bandeiras da utopia. Vocês são também a primeira geração em que os jovens parecem mais egoístas e conservadores que seus pais. Na defesa dos interesses de uma geração, vocês têm direito à rebeldia. Exijam mudanças nas universidades em que estudam e pratiquem a tradicional generosidade dos jovens. É seu dever rebelar-se, lutando contra a barbárie entranhada no modelo da divisão socioeconômica global. A reforma da universidade não ocorrerá sem a sua mobilização rebelde. São vocês os únicos capazes de se mobilizar pela revolução ou pela reforma. Estamos celebrando os 35 anos de 1968, e fica em nossa boca o gosto de algo inacabado. Esperamos que nossos filhos mais jovens e nossos netos acabem por nos provar que os sonhos podem se tornar realidade.

Um apelo aos governos

Este é um apelo aos governos, tanto dos países ricos quanto dos países pobres. Entendam o quanto é urgente resgatar suas universidades públicas. Apesar de todas as dificuldades financeiras do momento atual, o futuro não pode ser sacrificado, e o futuro de cada país depende diretamente de suas universidades. Por favor, não permitam que as universidades sejam transformadas em fábricas, nem que o conhecimento se converta em uma mercadoria, que é a prática proposta pelos tecnocratas de algumas instituições internacionais. Aceitá-la significaria trair o que há de mais nobre no projeto humano.

Um apelo à UNESCO

Este apelo é dirigido à UNESCO. Mantenham-se firmes na sua luta pela cultura, pela ciência e pela educação e transformem este

encontro num Fórum Permanente para a Defesa da Educação Superior. Peço-lhes que defendam a universidade e façam com que ela mude, adaptando-se a uma realidade na qual o conhecimento é volátil e o ensino paira no ar, onde os diplomas perdem seu valor e a universidade se coloca a distância. Apelo à UNESCO para que o ano de 2004 ou 2005 seja consagrado como o Ano Universal da Universidade, para que tenhamos a ocasião de pensar como deveria ser a universidade do século XXI. Ainda em 2003, peço-lhes que patrocinem um dia em que todas as universidades do mundo interrompam suas atividades para refletir sobre seu futuro. Que esse seja um dia para pensar em novos rumos para a humanidade, um dia em que as universidades discutam maneiras de voltar a ser a vanguarda do conhecimento, e de como auxiliar a UNESCO a implantar a Década da Alfabetização. As universidades poderiam dedicar um dia para pensar em maneiras de erradicar a fome, de tornar o ensino fundamental acessível a todos, de construir a paz, de devolver a seus alunos a garantia de um futuro exitoso e para pensar em como conviver com os novos métodos virtuais de ensino, de escala planetária. Enfim, pensar em como se tornar a universidade da esperança, a universidade do século XXI.

DISCURSO DA SUA ALTEZA
SHEIKA MOZAH BINT NASSER
ABDALLAH AL-MISNAD
PRIMEIRA DAMA DO QATAR

Excelências, Senhor Diretor-Geral, Senhores Delegados,

Tenho a honra de me juntar aos senhores para abrir a Conferência Mundial sobre Educação Superior da UNESCO. Ao examinarmos hoje nosso trabalho, de 1998 até o presente, avaliaremos como nossas políticas se traduziram em ações e programas. Essa reflexão é um elemento essencial da educação, pois só a reflexão sobre a prática pode gerar uma teoria lógica. Isolados, a teoria e os planos são irrelevantes se não dispuserem de procedimentos concretos e de uma base sólida para transformar a teoria em ação.

Hoje, o tema central da nossa discussão é a necessidade de que a comunidade global assuma responsabilidade pela reforma e inovação na educação, para enfrentar os desafios da globalização, da democratização e das sociedades baseadas no conhecimento. Com efeito, gostaria aqui de refletir justamente sobre essa responsabilidade e a relação dinâmica entre democracia e educação.

Atualmente, no nosso mundo convulsionado, temos muita fé no poder da educação para produzir cidadãos responsáveis, comprometidos com a paz, com a compreensão global, com a harmonia e com a democracia genuína. Com efeito, na Declaração Mundial de 1998, nós, da UNESCO, declaramos: “a educação é um pilar fundamental dos direitos humanos, da democracia, do desenvolvimento sustentado e da paz”. No entanto, gostaria de acrescentar que a educação é não só um pilar da democracia, mas a democracia é um pilar

da educação. Sem cidadãos educados, que queiram participar da gestão dos assuntos dos seus respectivos países, a democracia não pode florescer. Ao contrário, permanecerá um teatro vazio de cadeiras eleitas. No entanto, com cidadãos educados, orientando criticamente o rumo do seu futuro, esse teatro se transforma em um espetáculo interativo. Da mesma forma, se não houver uma democracia de participação, se não houver estímulo à capacidade do pensamento crítico e à criatividade, essenciais para a educação, esta sofrerá na sua qualidade e integridade. Em uma sociedade democrática, o cidadão educado é um participante, não um espectador, e a própria democracia é o processo pelo qual se realiza o desempenho da sociedade civil.

Senhoras e Senhores,

Acredito que a educação superior, em particular, desempenha um papel vital na promoção e sustentação das sociedades democráticas. Na verdade, essas sociedades proporcionam alimento para o pensamento crítico e analítico, a liberdade de expressão e o debate.

Acredito que os institutos de educação superior deveriam ser refúgios do pensamento inovador que impulsiona a sociedade no rumo da mudança, da diversidade e da adaptação. Essas instituições deveriam ser ambientes seguros para todos os cidadãos capazes, independentemente de diferenças individuais, étnicas ou de gênero, para debater e expressar suas idéias em um ambiente de colaboração e progresso. Na verdade, os institutos de educação superior são veículos para a promoção de uma cultura de qualidade que integre o resultado da pesquisa a todas as facetas da sociedade, servindo como incubadores de práticas e valores democráticos essenciais para sustentar os próprios princípios da democracia. Assim, é importante que essas instituições sejam estimuladas e que lhes confiemos autonomia e apoio necessários para que cumpram a sua missão.

Senhoras e Senhores,

No meu país, Qatar, temos refletido profundamente sobre

esses temas, já que nos encontramos no processo de transformar tanto as nossas instituições educacionais como a nossa estrutura política, e gostaria de compartilhar com os Senhores algumas das nossas experiências. Como outros países neste mundo altamente competitivo, Qatar insiste em encontrar seu próprio caminho para o desenvolvimento sustentável, a democracia e a preservação da sua integridade cultural. Começamos assim uma série de mudanças radicais na educação de todos os níveis, a partir da educação básica (nos níveis fundamental e médio) até as estruturas da educação superior.

Percebemos que para enfrentar as demandas de uma economia global baseada no conhecimento, as formas tradicionais de ensinar e de aprender precisavam ser mudadas. Nosso sistema educacional precisava ser mais dinâmico e criativo. Percebemos a necessidade de desafiar e estimular a inteligência dos nossos cidadãos, e entendemos também que eles precisavam ser equipados com os instrumentos necessários para permitir-lhes interagir e competir eficazmente com a cultura e a economia internas e globais.

Em Qatar, atribuímos uma grande responsabilidade às instituições educacionais, porque compreendemos que a educação tem um papel crítico na preparação do futuro da nossa sociedade. Ao planejar a nossa trajetória, focalizamos quatro premissas importantes: alianças internacionais, diversidade de opções, sistemas educacionais inovadores e acesso baseado em padrões de qualidade.

Em primeiro lugar, decidimos fazer alianças firmes com agências e instituições educacionais internacionais, para receber no nosso país o seu conhecimento, iniciando assim um processo de imigração de cérebros, em lugar de evasão de cérebros.

Em segundo lugar, decidimos trocar um sistema monopolístico estatal por um sistema abrangente, com várias opções, para estimular a competição em todos os níveis no campo da educação.

Em terceiro lugar, focalizamos as necessidades do desenvolvimento sustentável e concebemos sistemas e consórcios educacionais que possam responder a essas necessidades. Convidamos universi-

dades de alta qualidade nos seus campos de atuação para acolher estudiosos, de modo a partilhar a pesquisa relevante impulsionada pelas necessidades específicas da nossa sociedade em desenvolvimento.

Finalmente, consideramos a questão da equidade e desenvolvemos políticas para proporcionar bolsas de estudo a estudantes qualificados, e para encorajar tanto os homens como as mulheres a cruzar as barreiras de gênero de certas profissões.

Para alcançar esses objetivos, era preciso começar com a nossa educação fundamental, e ampliar essas mudanças até alcançar o nível da educação superior. Por isso as reformas em andamento tiveram início nas escolas de ensino fundamental e médio. Introduzimos um sistema baseado no modelo das charter schools, em que as escolas competem entre si para estimular a diversidade de opções, a participação dos pais e a responsabilidade institucional.

No nível pós-secundário, a universidade estatal está passando por um intenso rejuvenescimento. Da mesma forma, o investimento privado tem sido estimulado a convidar universidades de alta qualidade a se instalar em Qatar. Instituições como o Cornell Medical College, a Virginia Commonwealth University e a Texas A& M estão com campi em processo de instalação em Qatar, e promovem pesquisas e educação nos campos da medicina, desenho industrial e engenharia. Foram criados também institutos de educação técnica, e estão sendo planejadas outras escolas de ciências empresariais e de computação. Além disso, o Parque de Ciência e Tecnologia atrairá os recursos de todas essas instituições, e de outras ainda, para desenvolver parcerias entre instituições acadêmicas, firmas comerciais e indústrias. Adicionalmente, em cooperação com o nosso grupo nacional de reforma, o Instituto Rand de Política Pública em Qatar vai trabalhar em pesquisas analíticas de profundidade nos vários aspectos do nosso desenvolvimento.

Qatar está determinado e comprometido com a reconsideração dos métodos arcaicos de educação para melhor atender às necessidades da nossa sociedade em mutação. Imagino que os resultados

dessas reformas serão extraordinários, não só em termos de desenvolvimento econômico e acadêmico do nosso país e da nossa região, mas no desenvolvimento dos nossos recursos mais importantes – os recursos humanos.

Senhoras e Senhores,

À medida que reformamos o sistema de educação de Qatar, estamos introduzindo simultaneamente reformas na nossa estrutura política. Com esse objetivo, foi dissolvido o Ministério da Informação e abolida a censura. Estamos encorajando agora a liberdade de palavra e o debate. Um conselho municipal foi eleito para seu segundo mandato, e nele homens e mulheres têm o direito de nomear e votar. Realizamos um referendun para consultar os cidadãos sobre a nova reforma estrutural, que será iniciada sob a nova constituição. Além disso, foi criado o Conselho Supremo de Educação para servir como um supervisor de todas as instituições educacionais, particulares e governamentais, em todos os níveis. A meta do Conselho é estabelecer e implementar políticas abrangentes e reduzir o caráter autocrático da educação controlada pelo governo.

Honorável audiência,

Acreditamos que a democracia não é uma ideologia estrangeira ou estranha, mas é inata à tradição da nossa herança islâmica. A democracia foi sempre um elemento essencial do Islã, que promove a igualdade dos seres humanos e o processo decisório mediante consulta. O Islã exige o pensamento crítico e o debate construtivo, e condena a misoginia. Reviver os valores democráticos inerentes à tessitura da nossa sociedade é perfeitamente coerente com as exigências críticas impostas aos muçulmanos, ordenados por Allah a refletir com independência, com base no conhecimento, Na verdade, na Surah Al An'am, as pessoas recebem uma garantia, e cito:

*Provas chegaram a ti dadas pelo teu Senhor
Portanto, quem quer que veja
Assim fará
Para o seu próprio bem
E Quem se cegar
O fará
Em seu próprio prejuízo
E eu, Maomé, não sou teu vigia.
Deste modo explicamos de várias formas
Os versos
De modo que ...
Os tornamos claros para quem tem conhecimento.*

Distinta audiência:

No Islã não há lugar para a misoginia. O Islã nos estimula a enfrentar a inovação com criatividade, não com medo. A democracia é compatível também com os valores islâmicos da diversidade, pluralismo e tolerância.

Senhoras e Senhores,

O mundo de hoje coloca a responsabilidade pela paz e o entendimento entre as culturas sobre os ombros da educação e da democracia. Ao examinar a história das relações entre democracia e educação, John Dewey declarou: “o ideal democrático da educação é uma ilusão grotesca e, no entanto, trágica”. Embora as tragédias dos nossos fracassos ainda nos persigam, creio firmemente que Dewey desesperou cedo demais. Nunca permitiremos que o ideal democrático da educação se torne uma ilusão, mas continuaremos a trabalhar para torná-lo uma realidade global.

Distinta audiência:

Para este fim precisamos de um fórum internacional consistente, onde se discuta a relação entre democracia e educação. Como

comunidade global, temos organizações que monitoram o comércio, o livre mercado, os direitos humanos, etc. Por que não podemos ter uma organização para promover o crescimento dinâmico da educação através da democracia, e o da democracia por meio da educação? Um fórum dessa natureza permitiria a interação global que só pode aumentar a potencialidade que têm as sociedades de se relacionarem entre si, em termos de igualdade e dignidade. Um fórum como esse facilitaria o trabalho de organizações tais como a UNESCO, e viabilizaria a pesquisa e a política globais orientadas para promover a democracia e a educação.

Por exemplo, durante algum tempo a atenção mundial esteve focalizada no Iraque. Se tivéssemos um fórum internacional para a educação, poderíamos diagnosticar as necessidades educacionais do Iraque e oferecer àquele país a assistência apropriada e oportuna. Em Qatar, assistimos à luta do povo iraquiano com pesar e embora não pudéssemos mudar as causas dessa situação angustiante, podemos agora oferecer alívio para ajudar a restabelecer a infra-estrutura de educação de um grande país. O Iraque é um país orgulhoso, rico em recursos educacionais e durante a sua história contribuiu muito para o mundo, em especial em termos de arte, filosofia e poesia. Acredito que é dever da comunidade internacional apoiar o Iraque nesse momento difícil e ajudar o país na sua difícil transição, até que possa se levantar outra vez como um líder mundial em educação, pesquisa e cultura.

Senhoras e Senhores (pausa):

É neste contexto de estímulo à prática da responsabilidade global pela educação que quero anunciar hoje a criação do Fundo Internacional para a Educação Superior no Iraque, cujo objetivo é proporcionar assistência imediata e de longo prazo para reconstruir a educação superior naquele país. É minha intenção trabalhar em estreito contato com doadores internacionais para apoiar o Iraque na construção do seu futuro, recorrendo à excelente vantagem repre-

sentada pelos ricos recursos dos seus cidadãos. O primeiro doador para esse Fundo será o Estado de Qatar, que sempre apoiou e defendeu causas como esta.

Distinta audiência,

Só pela transformação da ignorância, do ódio e da opressão existentes no nosso mundo em confiança, respeito e igualdade poderemos progredir como sociedade humana. Só pela manutenção da nossa integridade cultural como nações diferentes, movidas por um compromisso comum com o desenvolvimento intelectual, espiritual, físico e emocional dos nossos cidadãos e das nossas nações poderemos forjar um mundo digno dos nossos filhos. O futuro das nossas nações depende não apenas da educação baseada no conhecimento, mas também da educação holística e global alimentada pelo “leite da bondade humana”, pela tolerância e pela criatividade.

Senhoras e Senhores,

Estamos à altura desse desafio?

Obrigada.

A NOVA MISSÃO DA UNIVERSIDADE: A INCLUSÃO SOCIAL

Carlos Roberto Antunes dos Santos

Secretário de Educação Superior – SESU/MEC

Brasil

O filósofo francês Jacques Derrida, em sua obra “O olho da Universidade”, pergunta se há hoje para a universidade o que se chama uma “razão de ser”; considera que nesta questão estão implicadas duas palavras, a razão e o ser, que entendidas constituem a essência da universidade em sua relação com a razão e o ser, mas também aí está inserida a finalidade, a função, a missão, em suma, a destinação da universidade. Ter uma “razão de ser” para a universidade é justificar a sua existência, o seu sentido, sua finalidade, sua função, sua destinação. Perguntar se a universidade tem uma razão de ser é o mesmo que perguntar “por que a universidade?” e, “em vista do que?” ou, “a universidade em vista de quê?”. Neste sentido, pergunta-se então “Qual é o olhar da universidade? ou quais são os olhares da universidade?” ou ainda o que se vê desde a universidade, quer se esteja simplesmente nela ou à sua borda, quer indagando qual a sua função social. Na metafísica de Aristóteles, associa-se a questão do olhar à questão do saber, e a do saber à do saber-aprender e do saber ensinar. Mas será que quando se tem o olhar, a percepção, tem-se o suficiente? Saber entender as diferenças será o suficiente para aprender e para ensinar? Não é tudo! É fundamental saber ouvir,

poder escutar o que ressoa e, muitas vezes, humildemente, saber fechar os olhos para escutar melhor. Faço esta introdução para afirmar que a universidade sendo o espaço do saber /aprender e do aprender a saber, nunca será suficiente em si mesma, no sentido do sistema universitário como um sistema social e orgânico. Se a universidade, de acordo com Marilena Chauí, em sua obra “A universidade hoje”, é uma instituição social, científica e educativa, com identidade fundada em princípios, valores, regras e formas de organização que lhe são inerentes, na verdade o seu reconhecimento e sua legitimidade social só se afirmam se ela colocar uma ponte sobre o abismo que a separa da sociedade, e que permita a ligação ao seu interior e exterior. Aí sim, todo este conjunto passa a constituir a essência da universidade, a razão de ser, a identidade, a função transformadora a expressa na sua função social.

Desta forma, quando a universidade abre mão de sua identidade histórica corre o risco de servir a propósitos de reprodução do poder e das estruturas dominantes e não à sua transformação. Os maiores riscos correm por conta do comprometimento com a sua razão de ser, pois estará perdendo autonomia, adquirindo mais uniformidade e abrindo mão da riqueza, de sua diversidade. Enquanto educadores, nos colocamos, de acordo com Bourdieu no texto “ a mão esquerda e a mão direita do Estado”, na mão esquerda do Estado como “trabalhadores sociais”. Mas queremos ser trabalhadores sociais de uma universidade que seja autônoma e multidiversificada, nos espaços institucionais da reflexão, da criação, da interrogação, da busca, da curiosidade, da invenção e da descoberta. Portanto, nós que vivemos no cotidiano da universidade, devemos respirar a liberdade, com a utopia e crença na autonomia, que nos permitirá a necessária autonomia em relação ao aparelho estatal.

É dentro destes fundamentos que se inscreve a função social da universidade. Sendo uma instituição social, com função social, a universidade constitui um microcosmo da sociedade, caracterizada, até certo ponto, em um modelo instituído pelo próprio contexto

social, político, econômico e ideológico no qual está inserida. É esta mútua interação de universidade e sociedade que acaba por impor algumas limitações à própria universidade, cabendo a esta encontrar as soluções, as medidas adequadas para superá-las. Na verdade, a sociedade muitas vezes desconhece as funções da universidade e, ao desconhecê-las, não oferece o apoio necessário para desenvolvê-las. Muitas vezes a sociedade não tem consciência das potencialidades da universidade. O rompimento desta situação de isolamento só pode ser feito por iniciativa da própria Universidade, criando as condições para o despertar da consciência dos diversos segmentos sociais sobre a instituição. Nesse sentido, a função social da universidade deve aliar aquela exclusivamente acadêmica – gerar conhecimento, formar profissionais de qualidade e disponibilizar os mesmos para a sociedade – com a atividade extensionista, hoje um dos pilares básicos da instituição.

Novo mundo, nova história: nova universidade. Dadas as condições para o exercício de sua função social, cabe à universidade criar e promover novos programas e novos compromissos para, numa perspectiva democratizada, contribuir decisivamente para o progresso social.

Uma das metas de ação política do Ministério da Educação do Brasil é construir uma nova Universidade. De fato, o modelo que atualmente a organiza dá sinais de esgotamento e a instituição milenar, formada no Ocidente antes mesmo que o Estado se estabelecesse, parece sofrer os abalos de uma transição que se quer paradigmática, simultaneamente teórica e social.

A Universidade contemporânea e em particular a Universidade brasileira perdeu a sua exclusividade como centro de produção de saber e instrumento de preparação para o trabalho e para o emprego, mas continua a ser a única instituição que permite o encontro, a articulação e o diálogo crítico e livre entre distintos saberes e modos de conhecer.

Essa continuidade institucional no contexto de suas múltiplas e complexas transições se traduz em crises cíclicas de refuncionaliza-

ção e de legitimação, mas acumula um repertório de alternativas históricas que lhe tem permitido armar e confrontar os seus renovados desafios.

O século e o milênio se abriram num horizonte de grandes interpelações civilizatórias que alcançam naturalmente uma das raras instituições com a mesma longevidade. Por isso se recoloca a questão de “Por que e Como Reformar a Universidade”, como desafio para reconfigurá-la enquanto Universidade para o Século XXI.

Com efeito, neste início de Século XXI é fundamental repensar o ensino superior sobre a base de um novo contrato social entre a Universidade e a Sociedade que tenha a educação como mediação realizadora. Retoma-se assim para a Universidade o papel de vanguarda indiscutível na produção e difusão do conhecimento.

A isso se acresce a circunstância especial de inauguração de um novo projeto nacional de inclusão social, com crescimento sustentável, ensejando a oportunidade de republicanização das instituições e abolição das iniquidades que suprimem a igualdade de condições de exercício da cidadania.

É neste contexto que se busca reorientar as funções da Universidade enquanto instituição de Estado, e não de Governo, cujos eixos principais se apóiam na afirmação política da educação como função de Estado e estratégia de governo para o desenvolvimento, num processo que não deixa de armar contradições e de criar pontos de tensão, tanto nas relações que se estabelecem com o Estado e a Sociedade como entre as próprias Instituições que organizam essas funções.

É verdade que parte dos muros da universidade já foram derrubados, mas ainda restam muitos, grandes paredes. As universidades públicas vivem, já há muitos anos, crises de retorno periódico: não têm recursos, não têm autonomia, não têm estímulos. Tudo isso é verdade. Só que a crise da universidade hoje não é apenas emergencial, mas estrutural. Isso a tornou burocrática, lenta e custosa. O dirigente vive triturado pela burocracia. É fundamental

a indignação em nome da mudança. É possível, com a estrutura atual, a universidade responder aos desafios da contemporaneidade? Sim em alguns pontos, não no conjunto. Cientes disso, o Presidente e o Ministro da Educação querem deixar uma marca na Universidade, a Universidade XXI, e eu também. Como construir a universidade XXI, a partir de toda esta imensa contribuição já oferecida pela universidade pública a este país? A Universidade deve definir a sua missão, a partir da sua história, e das imposições do tempo presente e futuro. Como a Universidade pode contribuir para o sistema educativo como um todo? Como a universidade pode contribuir para a definição e implementação de um projeto de nação, visando uma sociedade mais justa? Qual deve ser o novo contrato social da universidade com a sociedade? Quais as novas formas de engajamento da Universidade? Como a Universidade se renova enquanto projeto social? Como repensar a concepção de modelo de ensino de graduação, que ainda é por créditos, como um sistema bancário? A questão da universidade não se encerra dentro da universidade. Por estar inserida na sociedade, então devemos discutir a nova universidade dentro de uma nova sociedade.

Em síntese, duas questões devem mobilizar todo este processo de discussão: 1. O que as universidades podem fazer pelo Brasil? 2. O que o governo deve fazer pelas universidades? A construção de um desenvolvimento social harmônico e de uma globalização alternativa só será possível com o entendimento da Educação Superior como um bem público e, portanto, direito dos cidadãos.

As universidades brasileiras vivenciam situações complexas resultantes das exigências e da submissão a uma política de ensino superior calcada em visões de curto prazo com ênfase na quantidade e na utilidade da sua produção científica e tecnológica, na ampliação do seu papel social e na recorrente escassez dos recursos públicos e na restrição do financiamento das suas atividades por parte do Estado.

Esta nova realidade exige transformações profundas, além dos estreitos limites das simples reformas. Neste sentido, mais que uma

análise conjuntural das condições atuais de funcionamento das universidades, em especial as mantidas pelo poder público, é preciso imergir na sua realidade estrutural, promovendo mudanças fundamentais e organizacionais, a relativa impermeabilidade às pressões externas e a aversão à mudança.

Tendo por base os reflexos das transformações ocorridas na economia mundial e os conseqüentes desafios que são colocados para as universidades, é preciso mais do que nunca alicerçar as diretrizes da política de educação superior, entendendo que o ensino superior faz parte de um processo de formação que tem início na educação infantil, que se estenderá vida afora e que é na formação das pessoas que se sustenta o projeto de democracia da Nação.

Trazer este debate para o interior das universidades é fundamental para que elas autonomamente possam buscar seu novo papel na nova economia e na sociedade do conhecimento, em gestação. Neste papel, deve caber, além de formação, a produção do conhecimento novo e a sua disseminação por meios de serviços para a comunidade local e regional, para os governos e para a sociedade em geral e a discussão dos rumos alternativos que se abrem à evolução social e econômica.

Para decidir sobre “um modelo de universidade”, é necessário ter clareza sobre o tipo de sociedade que se quer construir. Por isso, um governo comprometido com o desenvolvimento social e humano deve ter as suas universidades como centros de produção de um conhecimento interessado que lhes permita liderar as reformas do pensamento e do ensino, numa atitude pró-ativa, contrariamente ao simples atendimento ao desejo de parte da população de ter acesso a um diploma de nível superior.

É de fundamental importância que seja superada a rigidez da estrutura acadêmico-pedagógica. Com a revolução do conhecimento, o impacto sobre os conteúdos, os métodos, linguagens e instrumentos do trabalho acadêmico em seu conjunto, os planos e programas de estudo se tornam obsoletos e ineficazes, os currículos se tornam

rígidos e desiguais e as disciplinas estanques dificultam as possibilidades da inter e da transdisciplinaridade. Este assunto, tão urgente quanto complexo, requer recursos, especialistas sobretudo abertura mental e capacidade de previsão e antecipação das necessidades e possibilidades futuras.

As carreiras tradicionais começam a perder sentido em função das demandas do mundo, da vida e do trabalho, mas as profissões tradicionais tendem a resistir a qualquer tipo de mudança. É necessário que a gestão do conhecimento, conduzida pelas autoridades e as lideranças acadêmicas seja concebida como programas de educação contínua, a fim de que a atualização seja uma atividade permanente em cada instituição.

Como a própria razão de ser das IES, este problema do aperfeiçoamento permanente do conhecimento exigirá modificações nos processos de ensino-aprendizagem, na construção e atualização dos currículos, na fusão das ramificações do saber e na produção e transferência de conhecimentos do mundo acadêmico à sociedade. É necessário definir novas estruturas acadêmicas, articuladas entre si, prever novas áreas demandadas pela sociedade do conhecimento e dar-lhes valor social, assim como abrir ou fechar carreiras, criando opções que atendam aos desafios da sociedade contemporânea.

Obviamente uma inclusão social deve exigir do processo de formulação de políticas públicas para o ensino superior compromissos muito claros de mudanças necessárias aos tempos atuais. Mudanças alicerçadas na democracia e na autonomia plena das universidades de forma a garantir: a expansão do acesso com permanência, qualidade e ampliação dos direitos de cidadania; uma formação resultante de aprendizagem efetiva, relevante e pertinente; a reestruturação do fazer acadêmico articulando descentralização administrativa e integração institucional; a interação efetiva com os diversos segmentos da sociedade; a construção de pontes para o futuro revendo os paradigmas que norteiam as atividades acadêmicas, tanto no processo de formação envolvendo currículo, ensino-aprendizagem e avaliação, como na

articulação da graduação com a pós-graduação, na produção e disseminação do conhecimento e na gestão que deverá ser exemplar; a qualidade das condições de trabalho para docentes, pesquisadores e técnicos-administrativos, pela valorização e qualificação profissional, traduzida por melhores salários; aproveitamento da experiência acumulada dos docentes aposentados em programas de pós-graduação e pesquisas em Fórum Permanentes de interação Universidade/Sociedade e em Conselhos consultivos; a autonomia universitária como condição do Ser Universidade.

Informação, formação (conhecimento transformado em saberes e competências) e conscientização (saber pensar que leva à participação cidadã) são os fundamentos para o semear de uma nova cidadania, na qual a Educação Superior tem papel preponderante, com universidades concebidas sob a égide da participação e do compromisso social.

Do exposto, de forma epistemológica, emerge uma nova concepção de Universidade, de sua nova missão, sem muros, com funções diversificadas, plurais (não concentrada exclusivamente em ensino, pesquisa e extensão), com caráter de solidariedade, portanto comprometida com a ética e o social. Em face dessa nova missão social, deve daí emergir um novo contrato social entre a universidade, o governo e a sociedade, que tenha a educação como mediação realizadora. Dentro desse contrato, uma parte é constituída pela sociedade que deve avalizar e legitimar o novo papel da Universidade, a outra parte é a responsabilidade do governo em formular políticas e dotar as condições para que a instituição implemente a sua decolagem, e a terceira parte cabe à própria Universidade assumir integralmente a missão de favorecer a inclusão social, considerando as novas bandeiras de lutas: o papel do conhecimento nesta sociedade do conhecimento, o ecologismo, a fome zero, a erradicação do analfabetismo, os direitos das minorias, as dimensões imprevisíveis do papel de mulher na sociedade, a repulsa mundial à guerra e a luta pela paz. Da parte de Universidade com a inclusão social cabe dentro

do contrato a implantação de novos cursos noturnos, a interiorização, o Ensino a Distância, a ocupação de vagas ociosas, o aumento de vagas, das cotas, a assistência estudantil, etc.

A partir deste contrato social tripartite, a Universidade, em nova postura de inserção social, pode retomar para si o papel de vanguarda, de construtora de futuros. Desta forma, é importante perceber que o ambiente da crise de Universidade, também como gerador de espaços de criatividade, permite repensar não apenas o sentido da sua refuncionalização e de sua legitimação, mas acentua circunstâncias especiais para a inauguração de um novo projeto de inserção e inclusão social, com crescimento sustentável e igualdade de condições no exercício da cidadania.

RELATÓRIO SINTÉTICO SOBRE AS TENDÊNCIAS E DESENVOLVIMENTOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR DESDE A CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR (1998-2003)

Prefácio

A Conferência Mundial sobre Educação Superior, reunida pela UNESCO em outubro de 1998, continua a ser a maior reunião internacional até hoje realizada sobre o lugar, o papel e a função da educação superior e a pesquisa nas sociedades modernas. Os documentos finais que adotou – a saber, a Declaração Mundial sobre a Educação Superior para o Século XXI; Visão e Ação e o Quadro de Ação Prioritária para a Mudança e o Desenvolvimento da Educação Superior, esboçaram um quadro conceitual e uma linha de ação no sentido da renovação e da reforma na educação superior, guiados por princípios aceitos de comum acordo com respeito a:

- ampliação do acesso e garantia do desenvolvimento da educação superior como um fator importante do desenvolvimento, um bem público e um direito humano;
- promoção da renovação e reforma de sistemas e instituições tendo em vista ampliar a qualidade, a relevância e a eficiência, mediante vínculos mais estreitos com a sociedade, notadamente o universo do trabalho;

- garantia de recursos e financiamento adequados – públicos e privados – compatíveis com o aumento das demandas feitas pela sociedade à educação superior, em conjunto e por todos os interessados;
- promoção da cooperação internacional e das parcerias.

A Conferência Mundial sobre a Ciência, organizada pela UNESCO um ano mais tarde (Budapeste, 1999), proporcionou elementos adicionais para o processo de renovação da educação superior, tendo em vista o seu papel mais importante na produção, difusão e aplicação do conhecimento, e no fortalecimento da capacitação para pesquisa e desenvolvimento.

De acordo com a estratégia de acompanhamento dos resultados da Conferência Mundial, a UNESCO e os seus parceiros estão realizando – cinco anos após o evento – um exame das mudanças e desenvolvimentos havidos neste período e uma avaliação do progresso feito na implementação das suas recomendações. O presente documento se destina a servir como um insumo para as discussões do Encontro dos Parceiros da Educação Superior, que pode facilitar a sua tarefa.

As declarações feitas e as conclusões extraídas desta Síntese se baseiam em dados e fatos apresentados nos relatórios regionais e em outros documentos informativos, distribuídos separadamente no encontro. Por este motivo, os dados estatísticos e a informação factual são mantidos em um mínimo. A ênfase é posta na identificação das tendências do desenvolvimento da educação superior, e, mais especialmente, na sugestão de possíveis linhas de ação em resposta aos desafios cambiantes que estamos enfrentando, e continuaremos a enfrentar, a curto e a médio prazos.

O documento está assim estruturado:

A Primeira Parte procura captar as principais alterações no modo como os fatores externos exercem atualmente seu impacto

sobre a educação superior, determinando assim a direção e o ritmo da sua futura transformação.

A Segunda Parte sintetiza as formas como a educação superior está se desenvolvendo em resposta a fatores externos e internos, e a resultante reforma e renovação em profundidade por que está passando, em ritmo e abrangência sem precedentes.

A Terceira Parte é dedicada à cooperação internacional e ao papel desempenhado pela UNESCO em garantir o desenvolvimento da educação superior em todo o mundo, de acordo com as recomendações da Conferência Mundial.

O documento conclui com um conjunto de Recomendações, destinado a atualizar o Quadro de Ação prioritária adotado pela Conferência Mundial.

Komlavi Francisco Seddoh
Diretor, Divisão de Educação Superior

PRIMEIRA PARTE

A Educação Superior no Ambiente Global

A Conferência Mundial sobre Educação Superior, reunida pela UNESCO em 1998, realizou-se em um momento quando a necessidade de reforma, ajuste e alteração profunda, em busca de um “novo paradigma na educação superior” era sentida fortemente pelos responsáveis por mudanças na educação superior, pelos seus praticantes e seus beneficiários. Antes e depois da Conferência Mundial, houve e continua havendo mudanças importantes em todos os níveis e em todos os países. Obviamente, nem todas as mudanças posteriores a 1998 podem ser atribuídas diretamente à Conferência. No entanto, conforme o testemunho de todos os relatórios regionais preparados para este encontro, as mudanças posteriores e o debate continuado sobre a educação superior têm acompanhado de perto as posições assumidas pela Conferência Mundial, e os pontos de vista prevaletentes ali expressados.

As mudanças econômicas, políticas e sociais continuam a levantar em toda parte desafios importantes à educação superior. Em resposta a esses desafios, eventos posteriores à Conferência marcaram uma escalada adicional do ritmo e do escopo da reforma e renovação na educação superior – tendência que deverá continuar. As preocupações atuais são dominadas pela procura de financiamento adequado e de outros recursos para facilitar a expansão, em resposta às pressões crescentes por mais e melhor educação superior. O que se faz acompanhar pela busca de modos de solucionar o dilema da quantidade/qualidade, para enfrentar as responsabilidades crescentes da educação superior na sociedade do conhecimento e o uso pleno das tecnologias de informação e comunicação, que estão presentes nesse campo como importante força motriz da mudança.

Em muitos casos, o contexto da política nacional e o planejamento geral estão sendo redirecionados. Serão necessários ajustes

dentro dos sistemas e das instituições, tendo em vista especialmente as políticas de acesso e admissão, a organização de estudos, o conteúdo curricular, o fornecimento de cursos, os métodos de ensino e aprendizado, as práticas e as estratégias, etc. A administração, a avaliação e a responsabilização precisam ser reforçadas.

Diante de tais pressões, a educação superior vem demonstrando uma capacidade notável de mudar, adaptar-se e ajustar-se, mediante inovação e experimentação. Essa capacidade é ilustrada pelos esforços feitos para manter a qualidade sob a pressão da massificação, por meio de medidas corajosas destinadas a integrar novas tecnologias e usar cada vez mais modos não-tradicionais de oferta dos seus serviços. A posição assumida pela Conferência, a saber, que a educação superior deve ser proativa e não reativa, está ganhando terreno. Adotando uma abordagem empresarial na busca por recursos, a formação de vínculos estreitos com o mundo do trabalho passou a constituir preocupação comum dos gerentes e praticantes da educação superior. Novas parcerias e consórcios de instituições estão sendo organizados tendo em vista aumentar a relevância e responder melhor às necessidades sociais, garantindo a qualidade e comparabilidade dos estudos e qualificações dentro dos diferentes sistemas e entre eles.

Decorridos cinco anos da Conferência Mundial, com base nos dados apresentados nos relatórios regionais no presente encontro de parceiros da educação superior, é possível identificar, da perspectiva da UNESCO, alguns desenvolvimentos e tendências importantes em escala mundial, com relevância direta para a educação superior e para fixar a sua direção e ritmo de mudança. São os seguintes:

- i) a globalização das economias, do comércio, finanças, serviços, trabalho e outros domínios, inclusive a educação, a cultura e a comunicação;
- ii) o papel crescente da produção, avanço, difusão e aplicação do conhecimento, como força motriz do desenvolvimento;

- iii) o progresso fenomenal das tecnologias de informação e comunicação e do papel penetrante que elas exercem nas sociedades de conhecimento emergentes (ao lado de progressos nas ciências cognitivas e na teoria do aprendizado);
- iv) a evolução de um novo relacionamento entre a educação superior, o Estado, o mercado e a comunidade em geral, que pressiona em favor de uma maior responsabilidade e a divisão equilibrada dos custos entre todos os interessados, de modo a garantir o seu desenvolvimento e a melhor administração e responsabilização das instituições de educação superior;
- v) a constante mudança social e política, marcada tanto pelo progresso realizado na garantia de uma governança democrática, baseada no respeito aos direitos humanos, em sociedades mais equitativas, como pela continuação persistente e chocante de desigualdades, pobreza, insegurança e instabilidade. Durante esse período conflitos abertos, a guerra e a ocupação têm afetado diretamente a educação superior em alguns países, e em muitas partes do mundo continuam a existir fontes de conflito;
- vi) alterações nas tendências demográficas mundiais.

1.1 O impacto da globalização na educação superior

A globalização abriu oportunidades consideráveis para o aprimoramento da humanidade. No entanto, ela implica o aumento da competição e um nível elevado de preparação tecnológica, para o qual muitos povos e nações não estão preparados. O resultado é que os seus benefícios são distribuídos de forma desigual, e levam a desigualdades chocantes. As fases mais recentes da globalização tendem a aprofundar essas desigualdades e discrepâncias, em vez de reduzi-las. Neste particular, adquire importância especial para a educação superior o fato de que o ritmo intenso do progresso cientí-

fico e tecnológico tende a agravar as disparidades econômicas e as tensões sociais, em lugar de aliviá-las.

A globalização põe em movimento em todo o mundo forças que têm um potencial intrínseco de unificação, mas elas são compensadas por forças adversas, que concorrem para ampliar divisões e animosidades, promover a intolerância, o terror e a violência, levando ao aumento da insegurança. Não há soluções fáceis e rápidas para os desafios levantados por esses desenvolvimentos adversos; no entanto, há uma maior percepção do fato de que como o futuro da humanidade é único, o controle da globalização exige soluções globais. A globalidade da condição humana é real, e gira em torno de dois pólos: 1) a existência de bens globais “comuns” (ar, água, um planeta comum para sustentar a humanidade, o conhecimento, as artes, etc.) e 2) a segurança comum da humanidade, que só pode ser alcançada se houver um esforço claro para promover tanto a natureza “global” como “comum” desses bens comuns, ou seja, para garantir a sua preservação, aumento e distribuição mais equitativa dentro de um espírito de solidariedade, de compartilhamento e atenção às necessidades de todos.

A educação superior se encontra em uma situação especial vis-à-vis a globalização, derivada do caráter universal da sua missão e das suas preocupações. O conhecimento é universal, e a sua busca e os seus progressos se baseiam na livre circulação das idéias através das fronteiras, dos campos científicos e das disciplinas acadêmicas. Isto foi entendido claramente pelos fundadores da UNESCO, há mais de cinquenta anos, quando estabeleceram como um dos objetivos da Organização facilitar “... a livre busca da verdade objetiva, e o livre intercâmbio das idéias e do conhecimento”, mediante o desenvolvimento de “meios de comunicação entre os povos, e o emprego desses meios para os fins de compreensão mútua e um conhecimento mais verdadeiro e mais perfeito da vida de cada povo”. Esta crença, baseada em uma antiga tradição humanística, segundo a qual “o conhecimento é como o sol: deve brilhar para todos”, adquiriu um

novo sentido, e está enfrentando novos desafios nas condições atuais da globalização.

Ao enfatizar essa relação especial, é preciso indicar também que a globalização implica processos que têm relevância direta para a educação superior. Esses processos eram menos evidentes antes da Conferência, ou não tinham ainda atingido a importância que têm hoje. Para dar um exemplo, surgiram novos desafios a partir do aumento do comércio de serviços de educação, e das atuais discussões da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre o GATS, General Agreement on Trade in Services, ou seja, Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços. Isto tem implicações para a educação superior que precisam ser consideradas, nos planos organizacional e também social e político. Os Estados e as próprias instituições de educação superior reconhecem a necessidade de posicionar-se efetivamente para a globalização e a economia do conhecimento. Ao mesmo tempo, há uma forte resolução de preservar o caráter específico dos sistemas nacionais de educação superior, resguardando os elementos principais da identidade e das tradições culturais de cada nação.

1.2 Os novos papéis da educação superior e da pesquisa nas sociedades do conhecimento

Continua a crescer a função da educação superior como um fator e força motriz importante para o desenvolvimento sustentável nas sociedades baseadas na informação e no conhecimento. Segmentos mais amplos da população precisam alcançar níveis avançados de conhecimento e capacitação. A força de trabalho se torna cada vez mais uma força de trabalho de conhecimento, que necessita adquirir treinamento mais avançado, com atualização e retreinamento constantes por toda a vida. O aprendizado durante toda a vida está ganhando terreno como princípio subjacente à educação moderna, e a educação terciária emerge cada vez mais como o nível educacional onde esses requisitos poderiam ser atendidos de forma mais adequada e eficiente.

Além do crescimento econômico, admite-se cada vez mais que a educação superior pode contribuir também para a solução de problemas importantes enfrentados atualmente pelo mundo nos níveis global, regional e local: a remoção de desigualdades, o alívio da pobreza e da degradação ambiental, a melhoria da saúde, o controle das pandemias de larga escala, como a AIDS, etc. E desempenha igualmente um papel decisivo no desenvolvimento da coesão social e na criação de bases para sociedades civis saudáveis, dotadas de boa governança e democracia participativa. As implicações para a educação superior são evidentes: ela precisa continuar a mudar em profundidade; precisa usar o prestígio de que desfruta na sociedade para aumentar a relevância e a qualidade dos seus programas e atividades, de modo geral.

Nunca na história da humanidade o bem-estar das nações dependeu de forma tão direta da qualidade e da abrangência dos sistemas e instituições de educação superior. A maior globalização das economias, do comércio e dos serviços fez da educação superior uma necessidade de primeira ordem para todos os países que querem vencer os seus desafios. Os dados disponíveis e os indicadores do desenvolvimento apóiam essa afirmativa de forma convincente. Na estratégia de prosseguimento do trabalho feito pela Conferência Mundial, é preciso levar em conta as formas como a educação superior e a pesquisa poderiam ser utilizadas de modo mais explícito na formação e avaliação dos indicadores de Desenvolvimento Humano do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas.

1.3 O papel da educação superior na redução do hiato de conhecimento

Uma educação superior de qualidade é particularmente importante para os países em desenvolvimento, inclusive os países em transição, porque representa um dos meios mais importantes para superar o hiato que separa esses países do mundo desenvolvido, em termos de conhecimento e pesquisa, e os habilita a enfrentar os

desafios da globalização. Esses países precisam fortalecer seu treinamento de alto nível e a capacidade de pesquisa, de modo maciço e com toda urgência, se querem evitar a marginalização e exclusão. Como observa o relatório regional para a África, em termos de desenvolvimento de recursos humanos, para tirar a África ao Sul do Saara da sua crise prolongada, é necessário multiplicar por três a educação superior até o ano 2010.

Apesar de alguns desenvolvimentos positivos, depois da Conferência, o hiato entre os países industrializados e os países em desenvolvimento tem aumentado ainda mais. Com as enormes dificuldades econômicas, sociais e políticas que enfrentam, está claro que os países em desenvolvimento e em transição não terão condições de vencer esse fosso baseando-se apenas nos seus próprios recursos: eles precisam e precisarão de apoio internacional significativo. Atualmente, uma das necessidades mais prementes da comunidade internacional é dar os passos adequados para ajudar a corrigir a situação precária da educação superior nos países em desenvolvimento, especialmente naqueles de menor desenvolvimento relativo.

A Conferência Mundial sobre Educação, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, estabeleceu a Educação para Todos como a primeira prioridade para o mundo no campo da educação. Os Estados, governos e a comunidade mundial reconheceram que a Educação para Todos é um pré-requisito para enfrentar os desafios atuais da humanidade. Quatro agências do Sistema das Nações Unidas (UNESCO, Banco Mundial, PNUD e UNICEF) juntaram forças para implementar um programa coerente, com objetivos claros, baseado nos compromissos incisivos assumidos pelos Estados e governos, e no envolvimento de todos os setores da sociedade. Duas das Metas do Milênio, estabelecidas pela Assembléia Geral da Nações Unidas no ano 2000, vieram reforçar esses objetivos.

A realidade das sociedades atuais, baseadas no conhecimento e cada vez mais globalizadas, exige a adoção de uma abordagem semelhante no nível da educação superior, que precisa expandir-se

de forma considerável. Dados estimativos atuais indicam a necessidade de taxas de matrícula da ordem de 40 a 50 por cento do grupo da população relevante para permitir que um país funcione adequadamente em um mundo globalizado e competitivo. Os países industrializados compreenderam essa exigência, e tomaram medidas para desenvolver sua educação superior e capacitação em pesquisa. Em sua maioria, eles têm taxas de participação na educação superior de cerca de 50 por cento, ou mais. Por vezes, esses Estados coordenam seus esforços no nível regional. Um exemplo é o chamado Processo de Bolonha, que busca criar, até 2010, um Espaço Europeu de Educação Superior, com o objetivo explícito de fazer da educação superior europeia um dos sistemas mais competitivos do mundo.

Infelizmente, embora percebam a importância da educação superior e da pesquisa para o desenvolvimento sustentável, e estejam prontos para esforçar-se nesse sentido, os países em desenvolvimento não têm condições de garantir o desenvolvimento da sua educação superior e pesquisa na escala e com a urgência que se fazem necessárias. É preciso criar um Programa para o Desenvolvimento e Cooperação na Educação Superior, de caráter global, baseado em fortes compromissos assumidos pelos governos nacionais e a comunidade internacional, com claros objetivos e prioridades, semelhantes aos que foram estabelecidos no programa Educação para Todos.

1.4 O impacto sobre a educação superior das tecnologias de informação e comunicação

O impacto sobre a educação superior das tecnologias de informação e comunicação tem sido mais rápido, complexo e abrangente do que imaginado pela Conferência, cinco anos atrás. Essas tecnologias, acompanhadas por progressos nas ciências cognitivas e nos métodos educacionais, estão transformando rapidamente as estruturas, instituições, modos de apresentação e, mais particularmente, os métodos e práticas de ensino e aprendizado. A função de pesquisa da educação superior tem sido também bastante fortalecida.

Ao mesmo tempo, as tecnologias de informação e comunicação demonstraram seu potencial para a ampliação do acesso à educação superior, reduzindo custos e facilitando os vínculos internacionais e a cooperação através das fronteiras nacionais. O número das universidades abertas criadas depois da Conferência é impressionante. Elas já representam uma parte considerável das matrículas, especialmente no nível de graduação, e muitas são regionais e transnacionais. O ensino aberto e através da Internet vem se tornando uma prática habitual também nas universidades tradicionais, e essas tecnologias representam atualmente uma abertura única para a educação superior, especialmente nos países em desenvolvimento.

Para usar plenamente esse potencial, é preciso tomar medidas destinadas a garantir maior acesso a essas novas tecnologias. De acordo com a situação atual, um novo obstáculo foi acrescentado ao tradicional que separa os ricos dos pobres, os “have” dos “have not”: é o hiato entre os ricos e os pobres em informação. Estima-se que quatrocentos milhões de pessoas em todo o mundo utilizam a Internet, mas esse número não representa mais do que sete por cento da população mundial. A densidade de uso da Internet é de mais de 53 por cento nos Estados Unidos e no Canadá, mas de apenas 1 por cento no Oriente Médio, e de só 0,4 por cento na África.

Além disso, enquanto as tecnologias de informação e comunicação abriram a perspectiva de desenvolver os elementos de um espaço genuinamente mundial para a educação superior e a pesquisa, o que tem crescido com rapidez é a atividade empresarial: por exemplo, a comercialização da educação superior através das fronteiras visando lucros.

1.5 A Evolução do relacionamento entre educação superior, o Estado e o mercado

Atender à demanda crescente no campo da educação superior exige uma soma considerável de recursos. Com poucas exceções, eles têm sido fornecidos sobretudo pelo financiamento público. Tornou-

se evidente, contudo, que a expansão da educação superior não pode ser acompanhada por um crescimento proporcional da despesa pública. Nenhum governo, inclusive nos países desenvolvidos, pode garantir, apenas com recursos públicos, o crescimento da educação superior no ritmo exigido pelas necessidades econômicas e sociais.

Este fato foi manifestado de forma explícita na Conferência Mundial que, no entanto, preveniu contra o perigo real que traria para a educação superior o não comprometimento dos governos, com relação a suas responsabilidades. Essas responsabilidades são assumidas mais claramente nos países industrializados do que nos países em desenvolvimento. Isto fica claro no Relatório Regional sobre a Educação Superior na Região Européia. Nas outras regiões, especialmente na África, a situação das economias nacionais e o ônus do endividamento externo tornam difícil para os governos reservar fundos para a educação superior nos níveis requeridos.

A redução dos recursos públicos e as idéias econômicas prevalentes tendem a atribuir ao Estado e aos governos um papel menos importante nos assuntos relacionados com a educação superior. Ao mesmo tempo, o papel e a contribuição do setor privado nesse campo têm aumentado consideravelmente, e o financiamento privado reduziu o ônus das despesas do setor público, ajudando também a garantir que uma proporção dos custos envolvidos seja atribuída aos que se beneficiam diretamente com a educação superior. Neste campo, o papel do mercado está evoluindo também com rapidez. Estamos testemunhando um rápido impulso de comercialização na educação superior, levando a um “mercado da educação superior” que tende a assumir dimensões globais.

A Conferência adotou posições claras sobre esses temas, afirmando que: a) embora busquem a contribuição de todos os interessados, inclusive o setor privado, no desenvolvimento da educação superior, os Estados e os governos devem preservar plenamente a sua responsabilidade e empenho no apoio que lhe proporciona; e b) a educação superior não pode ser modelada somente pelas leis do

mercado. Essas posições permanecem plenamente válidas e estão ganhando terreno nos esforços para garantir acesso com equidade, para preservar a qualidade e permitir que a educação superior cumpra todas as suas missões e funções na sociedade.

1.6 Tendências demográficas no mundo: o seu impacto sobre a educação superior

Nos países industrializados, o crescimento demográfico está se estabilizando, e notamos uma tendência para o envelhecimento da população, mas nos países em desenvolvimento, particularmente na África, a população continua a crescer com bastante rapidez.

Entre 1995 e 2000, a taxa de crescimento demográfico nos países em desenvolvimento foi de 1,9 por cento e no período 2000-5 está sendo estimada em 1,7 por cento. Em 1990, esses países tinham cerca de 4 bilhões de habitantes e, em 2025, terão entre 7,15 e 8 bilhões. Além disso, os jovens compreendem a maior parte dessa população. Em muitos países em desenvolvimento, inclusive os mais populosos, metade da população tem menos de vinte anos. Na Ásia, há cerca de 1,5 bilhões de crianças com menos de 15 anos.

Em toda parte, inclusive nos países em desenvolvimento, um número cada vez maior de jovens completam a educação secundária, qualificando-se assim para acessar o nível terciário. Nesses países, onde a taxa de matrícula é atualmente baixa, a pressão para a admissão à educação superior continuará a crescer exponencialmente, devido ao fator demográfico. Enquanto os países desenvolvidos têm taxas de matrícula de 50 por cento ou mais do grupo etário relevante, na maior parte dos países em desenvolvimento essas taxas são de 5 por cento ou ainda menos. Assim, para esses países garantir o acesso à educação superior com fundamento no mérito permanece uma tarefa de enormes proporções.

SEGUNDA PARTE

A Resposta às Pressões Externas e Internas em Favor da Mudança

2.1 Atendendo a demanda pelo maior acesso à educação superior

A expansão quantitativa. A educação superior continuou a crescer em taxas ainda mais elevadas do que no período que precedeu a Conferência Mundial. As estimativas atuais indicam que o limiar histórico de cem milhões de estudantes em todo o mundo foi ultrapassado e antes de 2020 chegaremos a 125 milhões de estudantes, conforme se esperava há algum tempo. Em um curto período, a China mais do que dobrou as matrículas na educação superior e, em 2001, contava com cerca de 15,1 milhões de estudantes: o maior sistema nacional. A Índia mostrou um aumento igualmente espetacular, passando de 6,2 milhões de estudantes no ano acadêmico 1992/3 para 9,3 milhões em 1999/2000.

Em todas as regiões, houve aumentos importantes no número de estudantes, especialmente na África, na América Latina e no Caribe, os países árabes, na Europa Central e Oriental. Nos países em desenvolvimento e nos países em transição, que se haviam atrasado neste particular, o aumento tem sido significativo. Até mesmo nos países desenvolvidos, nos quais se previra uma estabilização real, embora moderada desse crescimento, houve aumento do número de estudantes. Este é o resultado da abertura da educação superior para novas “clientelas”, em especial o desenvolvimento em larga escala da educação por toda a vida e dos esquemas de treinamento no trabalho.

Os cinco maiores sistemas nacionais de educação superior (China, Estados Unidos, Índia, Federação Russa e Japão) respondem em conjunto por 53,1 milhões de estudantes, que é mais da metade do número total em todo o mundo. O fato de que esses países representam pouco menos da metade da população mundial deveria

indicar uma participação equilibrada de todo o mundo na educação superior. No entanto, tanto a China como a Índia ainda têm taxas de matrícula bastante baixas (14,0 e 10,4 por cento, respectivamente), enquanto os dados relativos aos Estados Unidos, à Federação Russa e ao Japão são muito maiores (72,62%, 64,09% e 47,7%, respectivamente).

Os relatórios regionais indicam claramente que o desafio mais importante com relação ao acesso continua a ser o grande hiato que separa os países em desenvolvimento – em especial os relativamente menos desenvolvidos – dos países industrializados. Os indicadores mais importantes (por exemplo, taxas de matrícula, número de estudantes por cem mil habitantes, número de graduados na educação superior, etc.) mostram que a despeito do aumento em números absolutos, poucos países tiveram um progresso efetivo em alcançar os países desenvolvidos no que diz respeito ao acesso e à participação na educação superior. A situação da África ao Sul do Saara continua dramática. Apesar de na última década as taxas de matrícula na região terem crescido significativamente, a probabilidade de um jovem nascido na África Sub-Saariana alcançar a educação superior é aproximadamente dezoito a vinte vezes menor do que a de um jovem nascido nos países industrializados (essa probabilidade era dezessete vezes menor quando a UNESCO produziu seu Documento sobre Políticas de Educação Superior, em 1994), e muito menor em alguns países (Malawi, Tanzânia, etc.), onde as taxas de matrícula chegam a 0,5 e 0,3 por cento.

Todos os relatórios regionais apontam que não seria possível atender ao aumento da demanda pela educação superior apenas com as instituições, programas e modos de atendimento tradicionais, e exclusivamente com recursos públicos. Observam que o aumento das matrículas só foi possível por um processo de diversificação que tem continuado a aumentar depois da realização da Conferência.

A educação superior particular ajudou a aumentar as matrículas em muitas regiões, em particular na Ásia e no Pacífico, na Europa Central e Oriental, na América Latina e nos países árabes.

Nessas regiões, em muitos países, as instituições de educação superior de caráter particular são mais numerosas do que as públicas, e o número de estudantes que elas acolhem representam porcentagens cada vez maiores da matrícula total. De acordo com as respostas dadas pelos Estados Membros ao Questionário enviado pela UNESCO, uma média de 31,5 por cento dos estudantes em todo o mundo estão matriculados em instituições particulares. As porcentagens variam consideravelmente entre países e regiões. É significativo que muitos países em desenvolvimento e em transição apresentam porcentagens mais elevadas do que a maioria dos países da Europa Ocidental com longa tradição de educação superior pública.

A educação a distância, aberta e pela internet trouxe também novas perspectivas de ampliação do acesso à educação superior. É o que revelam de modo convincente os dados dos relatórios regionais. É especialmente encorajador ver que a educação superior aberta e a distância contribuem para a expansão do acesso nos países em desenvolvimento. Na África do Sul, cerca de 30% do número total dos estudantes da educação superior, no presente ano acadêmico, frequentam formas abertas e de ensino à distância. A principal instituição educacional de ensino a distância do país tem atualmente 150.000 estudantes, 55% dos quais do sexo feminino. A Universidade Aberta Nacional da Nigéria, que foi fechada em 1985, reabriu em maio de 2003, com 100.000 estudantes em 18 centros, e planeja alcançar a marca de 600.000 estudantes em 2007. Embora a Universidade Virtual Africana não se tenha desenvolvido na escala desejada, há muitos outros projetos que tiveram um desenvolvimento normal. As Universidades Abertas de Zimbábue e da Tanzânia abriram centros regionais para ampliar o acesso dos estudantes de áreas rurais.

Desenvolvimentos como esses ocorrem especialmente na região da Ásia e do Pacífico, onde existem mais de setenta universidades virtuais abertas, o que corresponde a mais da metade das “megauniversidades” existentes em todo o mundo. O ensino superior aberto ou a distância está se desenvolvendo depressa também nos

países árabes. Para citar só dois exemplos, a Universidade Aberta Árabe começou a funcionar em 2001, e a Universidade Virtual Síria foi fundada em 2002. O Projeto Avicena, lançado recentemente pela UNESCO, com o apoio da União Européia, deverá dar novo impulso à universidade aberta na região mediterrânea.

Um novo fenômeno, em resposta à demanda de acesso, particularmente nos países em desenvolvimento e em transição, é a rápida expansão da educação superior trans-nacional. A oferta de educação superior através das fronteiras tem muitas implicações relacionadas com a equidade de acesso e a preservação da diversidade dos sistemas nacionais, tema que será tratado mais adiante, nas seções 2.6 e 3.2.

2.1.2 Equidade de Acesso.

A questão da equidade persiste em muitos países como uma preocupação importante. O problema é causado principalmente pelo fato de que não tem havido um aumento significativo dos recursos financeiros e materiais compatível com a expansão quantitativa. A pressão sobre a educação superior é enorme, especialmente sobre as facilidades de infra-estrutura. Apesar do progresso significativo em muitos países e regiões, a participação feminina na educação superior exige uma ação adicional para que se alcance a plena equidade. As mulheres superam os homens no número total de matrículas em grande número de países, particularmente na Europa, na América Latina e nos países árabes; no entanto, a sua participação é consideravelmente menor em países importantes da Ásia (Índia, 36,2%; Bangladesh, 38,0%; República da Coreia, 38,5%) e em outros países. Em muitos deles, os incentivos e outras medidas destinadas a aumentar o acesso das mulheres tiveram bom resultado. Em Bangladesh o Banco Grameen tem ajudado muito a participação das mulheres na educação superior, elevando-a a um nível comparável ao da República da Coreia. Muitos doadores aumentam suas contribuições às instituições educacionais proporcionalmente ao número de mulheres matriculadas.

A questão da equidade vai depender ultimamente do papel

assumido no futuro pelas formas alternativas de educação superior, que são sobretudo particulares. Essa educação é custeada por taxas que muitos estudantes não têm condições de pagar. Há taxas para os estudantes também em muitas instituições públicas, especialmente nos países em desenvolvimento e em transição. Para compensar essas tendências, os relatórios regionais insistem no papel da educação superior como um bem público, e na preservação do direito à educação superior com base no mérito.

2.2 Financiando a educação superior

Todos os relatórios regionais acentuam o fato de que os recursos destinados à educação superior não acompanham o aumento da demanda e o seu crescimento efetivo. Existem dificuldades relacionadas com o financiamento da educação superior na maioria dos países, inclusive nos industrializados, e nos países em desenvolvimento e em transição elas são dramáticas, especialmente nos relativamente menos desenvolvidos – e os Estados pequenos estão particularmente ameaçados.

O financiamento público da educação superior, que continua a ser sua fonte mais importante na maior parte dos países, em todo o mundo, está sofrendo pesadas limitações. A educação é apenas um dos setores que buscam fundos nos orçamentos governamentais. As necessidades de outros serviços públicos estão crescendo, em muitos países o desenvolvimento econômico está se tornando mais lento, ou estagnando, e o financiamento público é escasso. Opções políticas difíceis precisam ser feitas entre proporcionar a expansão da educação superior ou dar à educação básica a prioridade que ela requer.

A visão anterior, baseada na análise da “taxa de retorno”, calculada com base no custo-benefício, dava à educação superior uma posição modesta na lista de prioridades. A verdade é que ela era considerada “elitista”, e o fato de que muitas vezes os seus programas e o tipo de treinamento profissional oferecido não se ajustavam às necessidades reais, gerando assim o desemprego dos graduados,

também não ajudava. A redução dos gastos públicos com a educação superior foi especialmente severa na África, onde esses gastos caíram de US\$6.300 por estudante em 1980 para \$1.500 em 1988 e \$1.241 em 1995. Não espanta assim que na África a educação superior esteja “em perigo”, enfrentando sérios riscos.

Tem havido uma mudança significativa na visão apresentada acima. Nas economias modernas intensivas de conhecimento, a educação superior tem maior prioridade. Nas respostas ao Questionário da UNESCO, que lhes foi apresentado em preparação para este encontro, os Estados Membros indicaram diferentes porcentagens do orçamento nacional dedicadas à educação superior (ex: Suécia, 7,4%; Nigéria, 4%; Marrocos, 4,33%; Togo, 3,53%; Austrália, 3,4%; Mongólia, 3,9%; Estados Unidos, 3,63%; Romênia, 3,36%; Síria, 3%; África do Sul, 2,98%; Federação Russa, 2,3%; República da Coreia, 2,3%). Por outro lado, a educação superior parece ocupar um lugar privilegiado dentro dos orçamentos nacionais para educação (ex: Romênia, 40%; Síria, 39%; Lesoto, 31,3%; Bangladesh, 31%; Senegal, 25,29%; Nigéria, 25%; Austrália, 23,2%; Suécia e Estados Unidos, 22,5%; Reino Unido, 18%; Maurício, 18%; Madagascar, 16,9%; Marrocos, 15,58%; Mali, 14,76%; África do Sul, 13,66%, etc.) Os Estados Membros apresentam esses números como um sinal do seu compromisso de apoiar a educação superior.

No entanto, quando se leva em conta a dimensão dos seus orçamentos, temos um quadro completamente diferente. O financiamento da educação superior nos países em desenvolvimento, especialmente nos relativamente menos desenvolvidos, continua a ser um dos maiores desafios, ilustrado pelos custos médios anuais por estudante que, em 2001, variavam entre US\$220 em Madagascar, US\$280 em Camarões, US\$570 na Romênia, US\$600 na Líbia, US\$670 na Federação Russa, US\$785 na Turquia e US\$1.495 no Senegal, subindo bem acima de US\$12.000 nos países industrializados (ex: US\$13.224 na Suécia). Serão comparáveis em termos de qualidade e competitividade no mercado internacional

da educação superior sistemas baseados em custos médios tão diferentes?

Segundo dados disponíveis, em 1998, os níveis médios de despesa por estudante nos países da OCDE, eram: US\$3.915 para a educação primária, US\$XXXX para a secundária e US\$11.720 para a terciária. Isto levanta uma pergunta: saber se os custos da educação superior precisam ser tão elevados como atualmente. Uma forma de definir eficiência (e também qualidade) em qualquer campo da atividade humana é em termos de fazer mais e melhor com menor custo. Este critério deveria ser aplicado também à educação superior. Na Índia, os custos de treinar especialistas de alto nível em informática são muito menores do que em muitos outros países, mas a julgar pela alta competitividade desses profissionais no mercado mundial, a qualidade do treinamento que recebem é comparável ao de outros países. Pode haver muitos outros exemplos, que deveriam estimular idéias mais ousadas e ação mais efetiva para reduzir o custo na educação superior.

A tendência geral revelada pelos relatórios regionais é diversificar as fontes de financiamento, recorrendo aos beneficiários diretos para compartilhar os custos envolvidos: estudantes e suas famílias, empresas, indústria e o setor público em geral. Muitos governos, particularmente na Europa, continuam comprometidos com a gratuidade da educação superior. A introdução de taxas nas instituições públicas encontra resistência também por parte da comunidade acadêmica, particularmente dos estudantes, assim como do público em geral. No entanto, o teor da discussão sobre esse tema está mudando gradualmente: as taxas são aceitas, desde que não sejam exorbitantes, e esquemas de apoio aos estudantes (doações, empréstimos estudantis, etc.) são instituídos para compensar os possíveis efeitos negativos sobre o acesso. Em muitos países em transição, as instituições públicas oferecem um número fixo de vagas gratuitas para os seus melhores estudantes, e cobram taxas aos demais. Taxas são cobradas atualmente de forma regular pelo treinamento

no emprego e em outros tipos especiais de cursos de inscrição voluntária.

Líderes executivos, professores e pesquisadores universitários, inclusive os que trabalham em instituições públicas, estão mais inclinados a aceitar que a busca de financiamento e recursos adicionais deve constituir parte das suas preocupações. Em todo o mundo, uma atitude empresarial, conforme recomenda a Conferência Mundial, está ganhando terreno no campo da educação superior. Competir por financiamento público exige melhor capacitação empresarial, garantias de qualidade e eficiência e transparência administrativa. Itens orçamentários estritos, estabelecidos por um sistema centralizado, são substituídos por orçamentos contendo quantias genéricas. Como as fórmulas de financiamento são mais estritas, e se baseiam na produção, e não no insumo, elas aumentam a competitividade das instituições, que funcionam melhor.

Além das taxas, as instituições recorrem a uma ampla gama de modalidades para garantir fundos adicionais: oferecem no mercado o seu ensino, pesquisas e outros serviços, alugam facilidades, criam empresas comerciais ou entram em empreendimentos comerciais com o setor empresarial. O relatório da Ásia faz referência à atuação empresarial como uma forma de dar autonomia financeira às instituições de educação superior. Na Malásia, universidades organizadas no estilo empresarial são operadas por companhias governamentais, enquanto na China empresas de propriedade das universidades geram renda através da venda dos seus serviços e produtos. Em muitas universidades, o rendimento dessa atividade cobre mais da metade do orçamento. A Austrália é apontada como um exemplo de universidades que têm quase 50 por cento do seu custeio por conta das taxas pagas pelos alunos, de doações para pesquisa externa, atividades comerciais, renda de investimentos, etc.

Nos países em desenvolvimento ou em transição, empréstimos do Banco Mundial e dos bancos de desenvolvimento regionais, programas de assistência internacional sustentados pelos países doadores

e projetos de cooperação bilateral e multilateral continuam a representar uma fonte importante de recursos para as suas instituições de educação superior. Hoje são menos freqüentes as críticas feitas anteriormente a esses financiadores por impor sua orientação e obrigar o cumprimento de requisitos que tendiam a ignorar a especificidade e necessidades locais. Isto se deve à revisão importante havida dessas práticas e nas novas abordagens adotadas, que reconhecem as funções da educação superior nas sociedades modernas, atribuindo-lhe maior prioridade.

Um aspecto positivo do trabalho realizado pelo Banco Mundial e pelos doadores internacionais é o fato de que ele atrai especialistas estrangeiros e estimula vínculos institucionais estáveis e arranjos em redes de relacionamento. Os relatórios mostram ao mesmo tempo que o apoio desses doadores estagnou, se não está diminuindo. A Nova Parceria Econômica para o Desenvolvimento Africano levantou grandes expectativas com relação à melhoria da educação superior na África, mas o programa não se desenvolveu na escala projetada, e os seus efeitos positivos no sistema de educação superior têm custado a se materializar.

O apoio dos doadores tem muito a ganhar com uma melhor coordenação. O Grupo de Trabalho sobre a Educação Superior da Associação para o Desenvolvimento da Educação na África (ADEA: Association for the Development of Education in Africa) adquiriu uma experiência útil, neste particular, que precisa ser conhecida, além de duplicada. Há muitos atores no cenário da educação superior africana: a UNESCO, o Banco Mundial, o Banco de Desenvolvimento Africano, a Agência Universitária da Francofonia, fundações norte-americanas (Ford, Carnegie, Rockefeller, Mac Arthur, etc.), doadores bilaterais (especialmente da Europa Ocidental, Japão, etc.). Com essa coordenação, os recursos são consolidados, reforçando-se o impacto da sua ação.

2.3 A educação superior como um bem público

A Conferência Mundial reafirmou vigorosamente a necessidade de conceber a educação superior como um direito humano e um bem público. A educação superior contribui simultaneamente para: a) o desenvolvimento econômico, cultural e social; b) a promoção de valores e de ética compartilhados, que constituem o fundamento da coesão social e da construção de uma nação; e c) o progresso da carreira pessoal e do desenvolvimento dos indivíduos. Serve, portanto, tanto os indivíduos, que têm o direito de acessá-la, na base do seu mérito, como a sociedade em conjunto, mediante seu papel crescente como fator do desenvolvimento sustentável. Visto desta perspectiva, o debate focaliza a melhor forma de equilibrar os insumos (as fontes de financiamento), os meios (quem proporciona a educação superior, e como) e os resultados (os benefícios percebidos para a sociedade e as pessoas).

Com relação aos insumos, o consenso geral é que a responsabilidade financeira deve ser compartilhada por todos os interessados. Mais concretamente, são esperadas contribuições maiores não só do Estado, mas também dos próprios estudantes e de suas famílias, assim como da indústria e das empresas em geral. A controvérsia diz respeito à parte que deve caber a cada um desses contribuintes. Predomina o ponto de vista de que o Estado deve ser o principal responsável, mas os estudantes e suas famílias devem também participar, e os empregadores precisam contribuir mais para o treinamento em serviço e os esquemas de apoio aos estudantes. A proposta constante do Relatório sobre Educação da UNESCO (O Tesouro Interior) da Comissão Delors de 1995 voltou a figurar na agenda, com a idéia da garantia de “tempo de estudo”: cupões que dão direito à educação superior, concedidos a todos os jovens de dezoito anos, podendo ser utilizados durante toda a sua vida. Tendo em vista a abordagem à educação ampliada cada vez mais ao longo da vida, poderia ser útil considerar as formas da sua institucionalização como parte da estratégia de acompanhamento dos resultados da Conferência.

Com relação à educação superior o debate é muito mais intenso. Embora o modelo institucional predominante continue a ser o público, especialmente na Europa e na América Latina, surgiram numerosos outros tipos de fornecedores, oferecendo educação superior em base particular, e cada vez mais comercial. Todos os insumos (isto é, as fontes adicionais de recursos por parte do setor privado) e os meios (vários fornecedores de educação superior, inclusive instituições privadas) contribuem para o bem público, na medida em que proporcionam resultados no campo da educação superior (ou seja, trazem benefícios para a sociedade). Conforme alguns alegam, “público” não quer dizer necessariamente administrado, financiado ou controlado pelo governo, e inclui instituições financiadas e gerenciadas de forma particular – esta é uma perspectiva que está se consolidando. A linha divisória tradicional privado/público vem sendo substituída assim por um novo divisor, que separa as instituições “lucrativas” das que “não visam o lucro”; e até mesmo essa divisão tende a ser esmaecida, pois algumas instituições de educação superior públicas e privadas, sem fins lucrativos, estão empenhadas em empreendimentos “lucrativos”, especialmente no caso da educação transnacional.

A privatização encontra resistência em países com instituições públicas de educação superior enraizadas na consciência nacional, e continuará a haver seguramente uma evolução na educação superior considerada como bem público, mas preservar esse status é uma necessidade e uma prioridade. Os Estados e os governos devem guardar suas prerrogativas na definição das políticas nesse campo, garantindo a qualidade e a segurança do cumprimento de todas as suas funções na sociedade. Promover “boa cidadania” em um país (e no mundo) é hoje tão importante como promover “recursos humanos competitivos”. Naturalmente, o inverso é também verdadeiro: no mundo contemporâneo uma “melhor cidadania” precisa ser necessariamente mais competitiva, com maior competência e mais qualificações.

2.4 A situação dos professores e pesquisadores. Liberdade acadêmica e autonomia.

Os desenvolvimentos havidos no status dos professores que atuam na educação superior e na pesquisa continuam na direção percebida previamente, embora revelem novas mudanças de ênfase. Do lado positivo, é encorajador observar que o número de pessoas empenhadas na educação superior continua a aumentar, ainda que não proporcionalmente ao crescimento maciço do número de estudantes. Neste contexto, todos os relatórios regionais levantam uma preocupação legítima com o status do pessoal dedicado ao ensino e à pesquisa no campo da educação superior.

Muitas instituições, especialmente nos países em desenvolvimento, sofrem de ampla falta de pessoal. O relatório sobre a África revela que em 1998 estavam vagas 40 por cento das posições de ensino nas universidades, e 60 por cento nas escolas politécnicas. Na Nigéria, no mesmo ano, os postos não preenchidos das universidades chegavam a 50 por cento. Em muitas regiões, há uma preocupação com o pessoal, mas na África e nos países árabes esse tema é identificado como uma prioridade, devido à carência de professores do ensino superior. Em muitos casos, esses professores não têm grau de doutorado. Nos países em desenvolvimento e em transição, os professores universitários assumem empregos adicionais para suplementar seus salários, que são muito baixos, o que limita a qualidade do ensino e da pesquisa.

As respostas dos Estados Membros ao Questionário da UNESCO revelam que, na maior parte dos países, tem aumentado o número de professores no ensino de nível superior, embora não muito. A proporção entre pessoal docente e estudantes, que varia de 1/12 a 1/30 ou mais, difere de país para país, mas é comparável. Por outro lado, há discrepâncias muito grandes entre as instituições públicas e privadas (a Romênia tem uma proporção de 1/17 nas instituições públicas e 1/42 nas privadas).

Outro tema se relaciona com o uso das tecnologias de infor-

mação e comunicação para ajudar os professores. Afirma-se, com boas razões, que o seu emprego poderia reduzir o pessoal que trabalha no ensino e, ao mesmo tempo, aumentar a eficiência do ensino/aprendizado. Com base nos dados e na experiência existentes, não se pode chegar a conclusões definitivas sobre esse ponto. Estamos certamente no princípio de um processo que continuará a se desenvolver regularmente, com conseqüências importantes sobre o conteúdo e os métodos de ensino/aprendizado na educação superior. Embora estimulemos esse recurso por todos os meios possíveis, é necessário também levar em conta atentamente todas as suas implicações. Esforços devem ser feitos para garantir o acesso e o domínio dos materiais educacionais baseados nessas tecnologias. Acima de tudo, é necessário adequar esses materiais às necessidades locais e treinar os professores na sua utilização, mantendo assim no processo educativo o necessário contato direto entre professores e estudantes.

Muitas instituições, particularmente nos países em desenvolvimento e em transição, sofrem a perda de pessoal de ensino e pesquisa, devido a melhores salários e perspectivas profissionais mais atraentes no setor privado ou no exterior. Este fato introduziu o tema da “evasão de cérebros” na agenda com força renovada. A Recomendação sobre o Status do Pessoal de Ensino na Educação Superior, de 1997, adquiriu maior importância para a melhoria do status e das condições de trabalho dos professores. Com este fim, a UNESCO trabalha de perto com as organizações sindicais da profissão de ensino, assim como com a Organização Internacional do Trabalho.

A promoção da liberdade e autonomia acadêmicas ocupa um lugar importante na agenda dos esforços destinados a evitar que o motivo do lucro prevaleça às custas dos valores acadêmicos. A UNESCO está empenhada atualmente em elaborar um relatório compreensivo sobre a situação da liberdade acadêmica no mundo, com a participação ativa de associações de professores. Suas conclusões e recomendações deveriam ser incluídas na estratégia de acompanhamento dos resultados da Conferência Mundial.

A profissão de ensino na educação superior está se transformando rapidamente. O professor precisa assumir novos papéis e dominar novas capacitações. Com o apoio da UNESCO foram criados em muitas regiões programas de desenvolvimento do pessoal (por exemplo, nos países árabes e na África). No entanto, em comparação com as necessidades nesse campo, que são enormes, projetos muito mais ambiciosos precisariam ser executados de maneira concertada, especialmente no nível regional.

Deste modo, a estratégia de acompanhamento dos resultados da Conferência precisa dar atenção redobrada a esse campo, tendo em vista o treinamento pré-serviço. Enquanto o treinamento em serviço e o continuado estão ganhando importância, é necessário examinar de novo o papel do treinamento prévio. Há muitos pontos que precisam ser avaliados, e requerem decisão e ação: o equilíbrio adequado entre a educação em matérias (o conteúdo) e o treinamento pedagógico (o método); se esse treinamento deve ser feito nas universidades ou se devemos admitir fornecedores não acadêmicos; o papel do governo e das autoridades locais na regulamentação das estruturais e dos resultados do treinamento, etc. Da resposta a essas perguntas emergem alguns traços comuns, assim como determinadas linhas de ação para melhorar o rendimento dos professores, que é a forma mais segura de aprimorar o seu status.

O treinamento dos professores é não só uma função e um componente da educação superior, mas também o principal veículo através do qual ela pode contribuir para melhorar a educação em todos os níveis. A interface entre educação superior e os outros níveis educacionais, particularmente a educação secundária, está se tornando cada vez mais complexa. Os relatórios regionais não desenvolvem este assunto, mas ele deve permanecer uma preocupação constante da estratégia de acompanhamento dos resultados da Conferência Mundial. Por outro lado, os relatórios fornecem informações úteis sobre as ações tomadas de modo a fortalecer o papel da educação superior para atingir as metas do programa Educação para Todos.

Segundo estimativas atuais, para alcançar as metas de Educação para Todos, estabelecidas no Fórum de Dacar de 2000, serão necessários entre 15 e 35 milhões de professores. Atrair mais jovens para a carreira de professor, dando-lhes o treinamento apropriado a custos sustentáveis pelos Países Membros e as comunidades é um tremendo desafio. Uma pesada responsabilidade que recai primordialmente sobre as instituições de educação superior que trabalham com a formação de professores. Elas terão condições de enfrentar com êxito esse desafio na medida em que desenvolvam a capacitação necessária para usar amplamente as tecnologias de informação e os meios e métodos de educação a distância.

Há muitas outras formas de a educação superior apoiar a Educação para Todos. Um bom exemplo é o projeto UNILIT iniciado pelo Escritório da UNESCO para os Estados árabes, que se baseia em um princípio simples. O número das pessoas analfabetas com quinze anos ou mais é de cerca de 900 milhões. O número dos graduados em educação superior, cada ano, é de cerca de 9 milhões. Se cada um dos graduados assumir a responsabilidade de ensinar pelo menos cinco adultos a ler e escrever, o analfabetismo poderia ser eliminado no ano 2020, desde que as suas fontes fossem contidas. Como todas as idéias simples, esta precisa ser elaborada e testada para garantir que funcione. A experiência ganha em alguns países árabes parece convincente, mas não é suficiente. De qualquer forma, ela merece mais atenção pela comunidade de educação superior, e antes de mais nada pelos estudantes.

Alfabetização deixou de ser apenas o aprendizado da leitura, escrita e dos números. A alfabetização funcional e, cada vez mais, a “alfabetização” no computador são necessárias para que uma pessoa tenha a possibilidade de enfrentar as complexidades da civilização moderna. Além da educação superior e seus mais de seiscentos milhões de estudantes quem poderia enfrentar esse desafio com maiores possibilidades de sucesso?

2.5 Reforma e renovação na educação superior

Reforma e renovação exigem, em primeiro lugar, um quadro legal apropriado e a adoção de instrumentos normativos e padrões destinados a orientar o processo de mudança. A primeira parte é uma prerrogativa dos governos e parlamentos nacionais; a segunda se desenvolve mais lentamente, mediante acordo e consenso alcançados nos níveis nacional e internacional. O período posterior à Conferência Mundial tem sido especialmente ativo sob os dois aspectos. Imediatamente depois da Conferência, a UNESCO solicitou aos seus pontos focais e às Comissões Nacionais que informassem sobre a reforma legislativa em cada Estado, e recebeu respostas de 104 países, o que indica o alto nível de interesse que a Conferência despertou. Essa riqueza de informação está arquivada em computador no Compêndio de Boa Prática na Educação Superior, que a Divisão de Educação Superior pretende atualizar constantemente. Por outro lado, os relatórios regionais indicam que no período que sucedeu à Conferência Mundial tem havido em todo mundo intensa renovação e inovação no campo da educação superior.

2.5.1 Diversificação de formas e estruturas.

A diversificação se tem intensificado e aprofundado na educação superior. Ela ocorre, em primeiro lugar, na missão, função e estrutura dos sistemas e instituições, tanto para satisfazer as demandas sempre em expansão e mudança da sociedade como as expectativas individuais dos estudantes. Ao mesmo tempo, a diversificação atinge os programas de educação superior, tanto em termos do conteúdo como dos métodos de ensino/ aprendizagem. Outro eixo da diversificação tem a ver com os sistemas de oferta, marcados, em primeiro lugar, pelo crescimento fantástico das instituições de educação a distância e ensino aberto.

Com respeito às instituições públicas tradicionais, a tendência é no sentido da estabilidade por meio do reforço. Novas instituições são criadas em resposta às necessidades de diversificação, reestrutu-

ração ou melhor distribuição regional da educação superior. Em poucos casos tem havido fusão de instituições menores, resultando na diminuição do seu número. O objetivo expresso é garantir melhor administração, através da reestruturação institucional do sistema nacional. De modo geral, porém o número das instituições públicas de educação superior tende a permanecer estável, mesmo nos países que passam por reformas profundas do seu sistema nacional.

Por outro lado, depois da Conferência Mundial, o número das instituições privadas tem crescido consideravelmente. Em 2001, o número total das instituições particulares na Federação Russa era 667 (em 1998, eram 334): 268 nas Filipinas, 195 em Marrocos, 130 na Mongólia, 50 na Turquia, 69 na Romênia, 47 no Senegal, 34 em Mali, 32 em Maurício, 23 na Nigéria e no Togo, etc. O processo de criação de instituições particulares de educação superior não é fácil. Numerosas dificuldades são encontradas com respeito à manutenção da qualidade dos programas, e muitas dessas novas instituições não contam com recursos materiais e intelectuais adequados. Muitas vezes elas não resistem ao aumento da competição em um mercado emergente que nem sempre se preocupa com padrões de qualidade e com práticas estabelecidas nos respectivos sistemas nacionais. Como regra geral, a criação de instituições particulares de educação superior é melhor efetivada nos países onde existem instituições públicas de peso, que impuseram padrões de qualidade e desfrutaram prestígio nacional.

2.5.2 Abordagens inovadoras ao conteúdo, às práticas e métodos da educação superior.

São muitos e muito diversificados os fatores que exigem mudança rápida e profunda e inovação no conteúdo, na prática e nos métodos utilizados. Os progressos nas tecnologias de informação e comunicação constituem uma força motriz importante, particularmente quando associados com novos desenvolvimentos nas ciências educacionais e cognitivas. A natureza cambiante do corpo de estu-

dantes e das suas necessidades também exige mudanças. Da mesma forma, a natureza em evolução das demandas sociais, às quais a educação superior precisa reagir. Há igualmente dificuldades no modo como funciona a educação superior em muitas instituições, as quais precisam ser enfrentadas: em vários programas a duração do estudo é muito prolongada e as taxas de desistência são muito elevadas. A distribuição dos estudantes por campo de estudo e a relevância do conhecimento, das competências e habilitações adquiridas nem sempre estão de acordo com a realidade do universo do trabalho.

Pode-se afirmar, contudo, que a imagem da torre de marfim das instituições de educação superior, em que as coisas mudam só lentamente, é cada vez mais uma imagem do passado. Muitas dessas instituições têm hoje, ao contrário, a imagem de comunidades vibrantes, em busca constante de modos e meios para funcionar melhor, perseguindo claramente missões bem definidas e reagindo bem às demandas. Como é natural, a reforma e a inovação não são processos simples. Há resistência às mudanças, justificada muitas vezes em termos da defesa dos valores acadêmicos tradicionais, mas refletindo principalmente a inércia e a adesão às práticas antigas. Por vezes, o ritmo de mudança exerce grande pressão sobre as instituições, em particular as novas.

É importante salientar que ao enfrentar dificuldades desse tipo, as instituições se ajustam melhor a elas quando formam parcerias – acadêmicas, mas também econômicas e empresariais – no nível local, nacional, regional ou internacional. A Rede Universitária Global para a Inovação (Global University Network for Innovation, GUNI), criada na Conferência Mundial, promoveu alguns projetos exitosos, especialmente na América Latina e na Ásia, e esse trabalho precisa ser mais desenvolvido.

Abordagens inovadoras ao funcionamento interno da educação superior são implementadas através de dois processos independentes: a reforma curricular e o uso de tecnologias de informação e comunicação. Os currículos estão cada vez mais centrados nos estudantes, e

focalizam os resultados do aprendizado, definidos em termos das competências e habilitações adquiridas, e não mais na armazenagem passiva de conhecimento – dados e fatos. Colocar o estudante no centro do processo educacional, e não o professor, há muito é uma necessidade reconhecida. No entanto, o caminho a percorrer ainda é longo para que seja adotado de forma sistemática, e em larga escala, nas instituições de educação superior de todo o mundo. A UNESCO instituiu um relacionamento muito ativo com uma ampla gama de organizações estudantis que podem ajudar a tornar esse processo mais rápido.

A modulação das estruturas curriculares e o uso dos sistemas de crédito estão surgindo como os instrumentos mais importantes para atingir essa meta, abrindo a perspectiva de aumento da comparabilidade das instituições e dos sistemas nacionais. O processo em andamento de “sintonizar” as estruturas educacionais européias, como parte do chamado Processo de Bolonha, é um típico exemplo. A introdução de um esquema tríplice (Graduação/Mestrado/Doutorado) em um sistema muito heterogêneo, que tendia a favorecer os estudos mais longos, tornou possível desenvolver estruturas centrais comuns para os programas de estudo.

As estruturas centrais comuns para os programas de estudo, a modulação e adoção do sistema de crédito têm diversas vantagens potenciais. Fica mais fácil para os estudantes escolher programas, o ritmo e a época dos seus estudos. Eles podem deslocar-se facilmente de um nível da educação superior para outro. Com efeito, em vez de oferecer um só ponto inicial de ingresso e um único ponto final de saída, as instituições e programas abrem pontos intermediários de ingresso/saída/reingresso no sistema, atendendo, assim, as necessidades individuais com maior flexibilidade. O deslocamento de uma instituição para outra é mais fácil, assim como o deslocamento entre países, mediante a transferência de créditos e o reconhecimento de estudos e qualificações. Quando não se deslocam fisicamente, os estudantes têm acesso mais fácil aos programas no exterior, e podem

obter o reconhecimento do trabalho que já completaram. É na base dessa ampla gama de potencialidades que o presente documento propõe incluir a idéia de “mover-se no sentido de um espaço mundial da educação superior” como um objetivo da estratégia de acompanhamento dos resultados da Conferência Mundial.

2.6 Segurança da qualidade, aceitação de créditos e reconhecimento de estudos e qualificações

Vários fatores convergentes, notadamente a expansão quantitativa e a correspondente diversificação das instituições, estruturas, programas e modos de suprimento, os procedimentos mais estritos e formais e a regulamentação das consignações orçamentárias, o aumento das pressões do mercado, que exigem que as instituições se esforcem para posicionar-se em contextos altamente competitivos, nacionais e internacionais, tornaram a garantia da qualidade e a aceitação de créditos temas muito evidentes no período que sucedeu à Conferência. Isto é especialmente urgente no que se refere à Educação Superior através das fronteiras e a ela faltam, no momento, padrões e uma regulamentação que garanta sua qualidade.

A necessidade de mecanismos para garantir a qualidade e estruturas de reconhecimento é reconhecida em toda parte, e esforços consideráveis têm sido feitos para instituí-los em praticamente todos os países. A aceitação de créditos tornou-se extremamente importante, em especial nos países e regiões onde numerosas novas instituições, particularmente privadas, são criadas todo ano (nos países árabes, na Europa Central e Oriental, na Ásia e Pacífico, etc.). Há um busca de soluções em andamento. Atualmente, três tipos principais desses sistemas são usados: a) um agência governamental; b) uma organização intermediária; e c) um órgão profissional/acadêmico. A tendência, atualmente, é favorável à instalação de agências do primeiro tipo, contando crescentemente com elementos de estruturas e práticas desenvolvidas pelos dois outros tipos.

Há esforços persistentes para recorrer menos ao reconhecimento de créditos por um órgão estrangeiro, sistema ainda usado em alguns países. Por outro lado, a experiência mostra que a melhor abordagem para a garantia da qualidade e o reconhecimento acadêmico é um contexto internacional, que facilita o acordo a respeito de padrões e o reconhecimento mútuo de graus e qualificações, promovendo ainda a mobilidade. Muitas redes regionais de estruturas de garantia de qualidade foram estabelecidas. O reconhecimento de estudos, diplomas e graus está associado muito de perto à garantia de qualidade e ao reconhecimento. O conceito mais amplo de qualificação está incluído nos esforços para se chegar à comparabilidade dos estudos e resultados do aprendizado, através de instituições e sistemas. Este é um campo em que a UNESCO realizou um importante trabalho pioneiro, através de convenções regionais sobre o tema.

Há uma clara necessidade de abordar os temas mencionados de forma inter-relacionada, e dentro de um contexto internacional. O objetivo é chegar a um quadro legal que seja transparente, amplamente aceitável e vantajoso para todos. Obviamente, esta meta só pode ser alcançada por meio do diálogo e da cooperação entre as autoridades nacionais e as comunidades de educação superior. Na qualidade de organização intergovernamental dentro do Sistema das Nações Unidas responsável pela educação superior, a UNESCO tem um papel importante a desempenhar, principalmente por meio do Fórum Global sobre a Garantia de Qualidade e o Reconhecimento de Qualificações.

2.7 Relevância para as necessidades sociais: educação superior e o universo do trabalho

A globalização e a crescente internacionalização dos meios de produção transformaram completamente a natureza e as necessidades do universo do trabalho. As instituições de educação superior não podem mais esperar oferecer a seus estudantes um treinamento que

lhes sirva por toda a vida, pois muito depressa o progresso tecnológico tornará essa formação obsoleta. Elas precisam instilar nos seus futuros graduados aquelas capacidades que os habilitem a lidar melhor com as exigências da sociedade do conhecimento, as quais incluem capacidades acadêmicas (baseadas no treinamento especializado, mas incluindo também o pensamento crítico, a solução de problemas, a capacidade de desaprender e reaprender ao longo da vida), habilitações para o desenvolvimento pessoal e social (autoconfiança, motivação, compromisso com valores morais e uma compreensão ampla da sociedade e do mundo), assim como habilitações empresariais (capacidade de liderar e trabalhar em grupo, domínio do computador e de outras tecnologias, etc.).

Em grande número de países, desenvolvidos e em desenvolvimento, o desemprego dos graduados continua a ser um assunto espinhoso. Em muitos países, o desemprego está em crescimento. E as economias mais importantes passam por um período de baixo crescimento econômico, enquanto a maioria dos países em desenvolvimento ou em transição enfrentam sérias dificuldades econômicas. Obviamente, no futuro imediato, a perspectiva de aumento da oferta de emprego para os graduados não parece boa. No entanto, há um consenso generalizado de que a educação de qualidade superior, perfeitamente integrada nos sistemas nacionais de conhecimento, contribui diretamente para o crescimento econômico, aumentando assim a possibilidade de emprego. De seu lado, os governos não podem se afastar da responsabilidade de garantir uma maior oferta de emprego para os graduados da educação superior.

A experiência emergente indica que o modo de resolver esses temas complexos é fazer com que as instituições de educação superior desenvolvam parcerias e alianças com os governos e os empregadores potenciais, públicos e privados. A cooperação internacional pode também ajudar. Uma das recomendações da Conferência Mundial foi transformar os graduados de simples pretendentes a empregos em criadores de empregos. Dentro do quadro da estratégia de acom-

panhamento dos resultados da Conferência, será útil considerar a possibilidade de que nossos jovens graduados que queiram criar pequenas empresas, especialmente nos países em desenvolvimento, tenham acesso a microcréditos oferecidos pelos governos e bancos nacionais, assim como pelos doadores internacionais e bilaterais e as agências de financiamento. As associações estudantis (tais como AIESEC, a Confederação das Empresas Júnior Européias, etc.), assim como empresas e companhias multinacionais poderiam associar-se a esta iniciativa.

2.8 A educação superior e a pesquisa nas sociedades de conhecimento

Nas atuais sociedades de conhecimento as instituições de educação superior, especialmente as universidades, contribuem de forma significativa para ampliar a capacidade nacional de pesquisa. Esta é uma das suas funções tradicionais, reforçada pela interação das gerações e as disciplinas proporcionadas pelo ambiente universitário. Além de desenvolver pesquisas como uma parte importante das suas atividades, as universidades oferecem treinamento em pesquisa a grande número de jovens, e continuam a ter um quase monopólio da concessão de graus de graduação. Elas abrem oportunidades para perseguir a pesquisa interdisciplinar, e desenvolvem vínculos com a sociedade por meio de contatos com diferentes grupos interessados. Desse modo, as universidades desempenham um papel crescente na definição das prioridades nacionais de pesquisa e ajudam a montar a política e a agenda de pesquisa.

Os desenvolvimentos ocorridos depois da Conferência Mundial refletem os esforços feitos pelas universidades para aproveitar essas vantagens. Por outro lado, os relatórios regionais indicam uma longa lista de temas relativos às relações entre a educação superior e suas funções de pesquisa. O primeiro deles tem a ver com o lugar e a proporção que deve ter a pesquisa no funcionamento geral de cada instituição. Deveriam todas essas insti-

tuições dedicar-se à pesquisa? Seria preferível que essa função fosse primordialmente a responsabilidade das universidades, enquanto outras instituições se concentrariam no ensino e treinamento profissional? Não pode haver uma solução única. No entanto, há acordo unânime com respeito à influência da pesquisa sobre a qualidade do ensino e do treinamento.

Os relatórios regionais insistem no hiato de conhecimento entre as nações desenvolvidas e em desenvolvimento, que representa um desafio importante da nossa época. A pesquisa na educação superior continua a ser muito fraca no mundo em desenvolvimento, o que se reflete no baixo nível de matrícula nos estudos de graduação, no número de pessoas com doutorado, a participação relativamente baixa da ciência e da tecnologia nos programas, as poucas patentes e poucas publicações de valor reconhecido. Contra esse pano de fundo, é importante observar os resultados positivos obtidos sempre que os esforços para desenvolver a capacidade de pesquisa nos países em desenvolvimento são abordados como um empreendimento internacional cooperativo, envolvendo a educação superior e instituições de pesquisa no Norte e no Sul, e orientado especificamente para a promoção da cooperação Sul-Sul.

Assim, na África ao Sul do Saara, foram criados vários centros regionais de excelência: o Centro de Ecologia e Fisiologia de Insetos em Nairobi, no Quênia, que deu início ao programa regional africano sobre ciência dos insetos; o programa de pós-graduação em engenharia do Recurso Água, na Universidade de Dar es Salaam, na Tanzânia; o Consórcio Africano de Pesquisa Econômica, baseado em Nairobi. E os programas de pós-graduação em pesquisa econômica baseados em Uagadugu, Burkina Faso. Os países participantes proporcionam a maior parte dos fundos necessários, e contribuições importantes são obtidas através de acordos bilaterais ou de doadores.

Com o apoio da Agência de Desenvolvimento Internacional Sueca (SIDA), a UNESCO criou o Fórum sobre Conhecimento e Pesquisa a respeito da Educação Superior, como uma plataforma

aberta para o diálogo e o intercâmbio entre os pesquisadores, os especialistas e os responsáveis pelas políticas nacionais. Passados dois anos, em 2001, o Fórum já se tornou um instrumento reconhecido internacionalmente, que não só ajuda a compreender melhor os sistemas, estruturas, políticas, tendências e desenvolvimentos no campo da educação superior, da pesquisa, aplicação e produção do conhecimento, como facilita a ação cooperativa, divulgando as conclusões das investigações e promovendo a capacitação para a pesquisa, particularmente nos países em desenvolvimento. O Fórum criou as estruturas necessárias (um Comitê Científico Global e cinco Comitês Regionais, assim como uma Secretaria permanente). O Comitê de Coordenação do Fórum, com funcionários da UNESCO e representantes das organizações em parceria, é especialmente ativo na promoção de uma estreita cooperação com as organizações internacionais governamentais e não-governamentais que representam os principais atores na promoção da pesquisa e desenvolvimento na área internacional. O Fórum vai desempenhar um papel importante dentro do quadro de ação de acompanhamento dos resultados da Conferência.

TERCEIRA PARTE

O Crescimento da Dimensão Internacional da Educação Superior

3.1 Trabalhando em conjunto para fortalecer e transformar a educação superior

Depois da introdução maciça das tecnologias de informação e comunicação na educação superior, sua sempre crescente dimensão internacional representa o desenvolvimento mais importante ocorrido depois da Conferência. Um processo abrangente de internacionalização da educação superior está se desenvolvendo, que vai além das práticas tradicionais da cooperação internacional. Há um efeito de influência recíproca entre a globalização e a internacionalização na educação superior. Alimentada pela globalização, a internacionalização é também um meio que permite à educação superior responder aos desafios que ela propõe.

No entanto, conforme o Fórum Mundial das Cátedras da UNESCO (de novembro de 2002) enfatizou fortemente, os benefícios da internacionalização não são distribuídos por igual entre os países e as regiões do mundo. Em toda parte, as instituições de educação superior estão cada vez mais conscientes do fato de que para envolver-se em esquemas de internacionalização precisam estar preparadas para enfrentar uma dura competição. Ao mesmo tempo, todos os atores que atuam no campo da internacionalização devem estar preparados para compartilhar os esforços dos sistemas e instituições mais débeis, que de outra forma permaneceriam sempre como perdedores, e assisti-los nessa tarefa. Este é um papel que a UNESCO sempre assumiu, e está preparada para manter.

3.1.1 Superando o hiato de conhecimento.

A falta de acesso ao conhecimento e à sua utilização pelos países em desenvolvimento e em transição é uma das maiores iniquidades

da nossa época. Conseqüentemente, uma das tarefas mais urgentes consiste em desenvolver a capacitação e partilhar o conhecimento e os mecanismos e instrumentos adequados para a sua transferência. A compartição e a transferência do conhecimento é um dos objetivos perseguidos pela UNESCO através do seu Programa de Cátedras UNITWIN/UNESCO. O Fórum Mundial das Cátedras da UNESCO acentuou a necessidade de continuar a expandir as redes UNITWIN que no passado demonstraram a sua utilidade, criar novas redes e diversificar os esquemas de associação entre universidades, tendo em vista elevar a qualidade do ensino e da pesquisa nas instituições de educação superior dos países em desenvolvimento e em transição. UNITWIN ajudará também a instituir novos programas de estudo em áreas prioritárias e a estabelecer centros de excelência como uma forma de promover a cooperação regional e sub-regional e o desenvolvimento da capacidade nesses países.

3.1.2. Reduzir a “evasão de cérebros” (a iniciativa Acadêmicos sem Fronteiras).

Outra prioridade urgente definida pela Conferência é deter a “evasão de cérebros”, transformando-a em um processo muito necessário de “ganho de cérebros” pelos países em desenvolvimento. Para esse fim, a iniciativa Acadêmicos sem Fronteiras, que está sendo desenvolvida pela UNESCO, prevê uma dupla estratégia: de um lado, a necessidade de melhorar a capacidade e as condições das instituições de educação superior dos países em desenvolvimento, de modo a proporcionar treinamento avançado de qualidade no próprio país e reduzir a necessidade de estudos prolongados no exterior, estimulando ainda o regresso de acadêmicos expatriados. Prevê ainda um movimento em larga escala, envolvendo “voluntários universitários”, ou seja, acadêmicos que acabaram de se aposentar ou jovens acadêmicos em princípio de carreira que desejem ensinar e pesquisar em instituições de educação superior fora do país. A UNESCO tem o compromisso de promover essa iniciativa com a participação mais

ampla possível. Está prevista a cooperação do PNUD, e particularmente do Programa de Voluntários das Nações Unidas. A nova iniciativa da Associação das Universidades do Commonwealth, a saber, o Arquivo de Dados sobre Acadêmicos Aposentados, tem muitos pontos em comum com a proposta da UNESCO, e será solicitada a cooperação com o maior número possível de parceiros.

3.1.3 Novas perspectivas para a cooperação internacional abertas pelas tecnologias de informação e comunicação.

A iniciativa Recursos Educacionais Abertos. Com efeito, essas tecnologias abriram enormes possibilidades para a cooperação entre universidades, a qual vem assumindo novas formas e adquirindo novas dimensões. Mas têm sido usadas ultimamente para oferecer educação superior transnacionalmente, em base comercial. Por isso é bem-vinda a iniciativa tomada pelo Instituto de Tecnologia de Massachusets (MIT) de liberar o material dos seus cursos na internet, com apoio financeiro de fundações privadas. Em julho de 2002, a UNESCO organizou um encontro com representantes do MIT e de várias outras instituições, fundações e empresas privadas interessadas no assunto, que acentuaram tanto a necessidade como as possibilidades reais de liberar o acesso a materiais educativos na Internet, como uma forma de superar o “fosso digital” e de abrir a todos o acesso equitativo às sociedades de informação e conhecimento emergentes. Eles sustentaram que a UNESCO é o lugar apropriado para reunir apoio internacional a essa idéia. Em consequência, foi lançada a iniciativa Recursos Educacionais Abertos, destinada a servir como um mecanismo de cooperação, de base tecnológica para o acesso aberto e não-comercial a recursos educacionais.

A estratégia de acompanhamento dos resultados da Conferência Mundial inclui ação a ser tomada pela UNESCO como catalista e agente facilitador da cooperação entre as organizações governamentais internacionais, as organizações não-governamentais especializadas e instituições individuais, para estimular a formação de redes e os

esquemas de vinculação que permitam maior acesso das instituições dos países em desenvolvimento ao aprendizado eletrônico, baseado na web, e em outras formas de programas de educação a distância. Dentro desse contexto, a UNESCO convida todos os seus parceiros a ajudar a fazer da iniciativa Recursos Educacionais Abertos um amplo movimento de livre acesso aos recursos educacionais.

3.2 O comércio dos serviços educacionais. As implicações para a educação superior do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços

Recentemente, vários novos acontecimentos ocorreram, tendendo a mudar de forma significativa a natureza da oferta da educação superior através das fronteiras. Agora, não só as pessoas se deslocam fisicamente, mas sobretudo virtualmente, para fornecer serviços educacionais no exterior, instituições, programas e instrumentos de ensino/aprendizado, sob a forma de campi adicionais, esquema de franquias, cursos eletrônicos, etc.

A oferta de educação superior através das fronteiras é motivada primordialmente por razões econômicas. O volume do aprendizado eletrônico fornecido pelo setor empresarial cresceu em 68 por cento em 1999, e seu resultado comercial para o ano de 2003 é estimado em 365 bilhões de dólares. Toda uma série de “novos supridores” (universidades privadas, instituições com fins lucrativos, empresas da mídia), muitas vezes de status e qualidade pouco claras, aproveitaram a oportunidade e impuseram a esse movimento uma abordagem comercial. Este é um assunto que preocupa muitos governos, instituições de educação superior e a comunidade acadêmica de modo geral.

O comércio transnacional no campo da educação superior é atualmente motivo de intenso debate. A Organização Mundial do Comércio instituiu o Acordo Geral sobre o Comércio em Serviços (GATS) como um meio de proporcionar um quadro de referência para se chegar a um intercâmbio sujeito a regras na ampla esfera dos

serviços. Esse objetivo é consistente com a Oitava Meta do Milênio das Nações Unidas, que convoca parcerias “para desenvolver um sistema comercial e financeiro aberto, com base em regras, previsível e não discriminatório”. Vários Estados argumentaram em favor da extensão do GATS à educação, e mais especialmente à educação superior. O Acordo já tem recebido diferentes reações e, provavelmente, terá impactos diferenciados. Os críticos focalizam a ameaça que representa para o papel e as responsabilidades dos governos no fornecimento da educação superior e insistem no aspecto de “bem comum” dessa atividade, bem como na necessidade de garantir a sua qualidade. Argumenta-se também que há perigos consideráveis em deixar que os temas da política educacional sejam definidos cada vez mais exclusivamente em termos de comércio e de benefícios econômicos. Os próprios economistas observam que isto poderia ser contraproducente, em termos puramente econômicos. Por outro lado, os defensores do livre comércio dos serviços educacionais enfatizam que esse comércio dá lugar à inovação e a um acesso mais amplo.

O certo é que o comércio no campo da educação superior é uma realidade. No entanto, há um consenso generalizado de que a educação superior não pode ser comercializada da mesma forma como qualquer mercadoria. Os Estados, governos e as próprias instituições de educação superior não devem perder de vista o fato de que estão lidando com um bem público, e o objetivo último deve ser torná-la um bem público global. Na recente conferência sobre Globalização na Educação Superior: Implicações para o Diálogo Norte-Sul (Oslo, 26-7 de maio de 2003), o Diretor-Geral Assistente da UNESCO esboçou uma possível linha de ação que poderia ser incluída na estratégia de acompanhamento dos resultados da Conferência Mundial.

De acordo com essa linha de ação, em primeiro lugar, é necessário elaborar um estudo em profundidade dos desafios levantados pela globalização à educação superior, com ênfase na

forma como os documentos internacionais existentes e os instrumentos definidores, tais como as Convenções e Recomendações da UNESCO, se relacionam com os novos desenvolvimentos, inclusive o GATS. Sobre essa base, os Estados Membros poderiam adotar quadros de legislação e políticas para a condução e o desenvolvimento da educação superior, em estreita cooperação com as comunidades acadêmicas.

O segundo objetivo é reunir as questões relativas a padrões de qualidade, garantia de segurança, reconhecimento de créditos, estudos e qualificações em um contexto coerente que pudesse ajudar os Estados e as instituições de educação superior a procurar as melhores soluções para os problemas com que estão confrontados diante da globalização. A UNESCO proporciona um fórum apropriado para a discussão e a busca de soluções para esses temas: o Fórum Global sobre Garantia de Qualidade e Reconhecimento de Qualificações na Educação Superior continuará atendendo esse objetivo.

3.3 O movimento no sentido de um espaço mundial de educação superior e pesquisa

Conforme exposto no item 3.1 a oferta de educação superior através das fronteiras é apresentada como o sinal de uma nova fase de “educação genuinamente sem fronteiras”. Com efeito, usando a mesma terminologia, para os que se encontram do lado da demanda da educação superior, é possível acessá-la e para os “supridores” oferecê-la praticamente em qualquer lugar do mundo. No entanto, como salientamos reiteradamente nesta síntese, a abordagem comercial e a orientação para o mercado não precisam ser as únicas formas de praticá-la. A opção que existe é entre deixar que esse intercâmbio seja regulado pelas forças e regras do mercado ou apoiar um processo destinado a atingir uma melhor educação superior, disponível a mais pessoas e trazendo benefícios para o desenvolvimento sustentável de todos os países.

Todos os relatórios regionais salientam a tendência no sentido da convergência de sistemas por meio da maior cooperação nas suas respectivas regiões. Esta tendência é particularmente forte na Europa, devido ao lançamento, em 1999, do Processo de Bolonha, que tem por objetivo criar em 2007 um “Espaço Europeu de Educação Superior”, iniciativa que despertou interesse também em outras partes do mundo. A América Latina a vem seguindo de perto e fala-se em um possível Espaço Euro-Latino Americano de Educação Superior. A Comissão Européia, principal ator por trás do Processo de Bolonha, tem demonstrado de forma consistente a sua disposição de estender essa cooperação além da União Européia, expandindo seus programas de educação superior – em primeiro lugar, para os outros países europeus, não-membros da União Européia, depois para os países do Mediterrâneo e para outras regiões. O desenvolvimento mais importante atualmente é o lançamento do Mundo Erasmio 2004-2008, destinado a fortalecer a cooperação entre a Europa e todos os países do mundo.

Essas tendências de convergência na educação superior são um desenvolvimento positivo, na medida em que ajudam a melhorar a qualidade (mediante a adoção de padrões comuns), a fortalecer a segurança de qualidade (por meio de estruturas e mecanismos atuando muitas vezes em nível regional e internacional) e a facilitar o reconhecimento de estudos e qualificações, ampliando, assim, de modo geral, a mobilidade e a cooperação internacional. É missão e papel da UNESCO estimular e promover tendências convergentes voltadas para a qualidade da educação superior, nos níveis mundial e regional. No entanto, de nenhum modo essa convergência deve afetar ou reduzir a diversidade da educação superior existente no mundo, que decorre da história, das tradições e necessidades específicas nacionais e locais.

Como um processo externo, a globalização impulsiona a educação superior e a pesquisa para que elas também se globalizem. Assim, hoje o desafio mais importante consiste em assegurar que o

resultante espaço mundial de educação superior e pesquisa preserve a diversidade, rejeite a uniformidade e sirva como um bem comum global genuíno. A UNESCO convida todos os seus parceiros a unir-se a ela neste esforço, como parte do acompanhamento dos resultados da Conferência Mundial.

3.4 O papel da UNESCO

3.4.1 Fortalecendo o papel da educação superior no programa geral da UNESCO

Ao avaliar a contribuição da UNESCO para o desenvolvimento e a reforma na educação superior, é preciso levar em conta o fato de que a UNESCO não é uma organização financiadora. Assim, ela não dispõe dos meios e recursos para implementar efetivamente mudanças na educação superior em todo o mundo. Não obstante, pode induzir essas mudanças e mobilizar esforços e recursos para a sua implementação. Sua contribuição é determinada, em primeiro lugar pelo fato de que a sua ação reflete a vontade política dos Estados Membros no campo da educação superior. Em segundo lugar, a sua contribuição tem a força trazida pela ampla gama dos seus parceiros, notadamente pela posição moral e prestígio do seu parceiro mais natural, a comunidade acadêmica internacional.

Beneficiando-se da sua experiência de âmbito mundial e da sua ampla gama de parceiros, a UNESCO continuará a focalizar a ação de acompanhamento dos resultados da Conferência Mundial naqueles sentidos em que a sua contribuição é mais direta e mais prática:

- assistir os Estados Membros no desenvolvimento da sua capacidade a na formulação de políticas e estratégias sobre educação superior;
- servir como plataforma de diálogo e para o intercâmbio e a compartição de experiência e informação sobre aspectos importantes da educação superior no século XXI.

A Conferência Mundial, seguida um ano depois pela Conferência Científica Mundial (Budapest, 1999), ajudou a precisar o papel e as responsabilidades da UNESCO dentro do Sistema das Nações Unidas com respeito à educação superior e à pesquisa. Esse maior reconhecimento dos papéis vitais da educação superior e da pesquisa nas sociedades modernas exige, em primeiro lugar, um programa reforçado, mais visível e mais compreensivo de educação superior, dentro da atuação geral da UNESCO – o que foi ressaltado por todos os relatórios regionais. As propostas esboçadas até aqui na presente síntese e incluídas na Recomendação têm em mente este objetivo.

3.4.2. Trazendo a educação superior mais para perto da UNESCO.

A segundo diretriz para a atuação da UNESCO é trazer a educação superior mais para perto da Organização, envolvendo instituições e a comunidade acadêmica, de modo geral, mais ativamente na implementação da sua missão, seus objetivos e programas. No campo da educação, a perspectiva mais ampla da educação básica de qualidade para todos vai exigir que a educação superior seja um ator importante no esforço para alcançar a meta desse programa como um dos objetivos do Milênio estabelecidos pela Assembléia Geral das Nações Unidas. A contribuição das instituições de educação superior para a UNESCO é especialmente relevante no campo da ciência (inclusive as ciências sociais). É com o seu apoio que um dos objetivos estratégicos da Organização para o período 2002-7 poderá ser atingido, a saber: ampliar a capacidade científica, técnica e humana de participar nas sociedades de conhecimento emergentes.

A educação superior é essencial nos esforços da UNESCO, tendo em vista reforçar sua contribuição ao desenvolvimento sustentável, como um preceito moral e como conceito científico. Numerosas iniciativas foram tomadas, notadamente a Educação Superior Global para a Parceria da Sustentabilidade, lançada pela UNESCO juntamente com a IAU e as principais associações regionais e inter-

nacionais de educação superior. A Década Mundial de Educação para o Desenvolvimento Sustentável, pela qual a UNESCO é a principal responsável, proporciona o quadro geral para uma participação mais ativa da educação superior.

No campo da cultura, a adoção pela UNESCO da Declaração Universal sobre o Desenvolvimento Cultural abriu novas possibilidades de envolvimento mais ativo das instituições de educação superior nos esforços desenvolvidos pela Organização para salvar a diversidade cultural e encorajar o diálogo entre culturas e civilizações. Finalmente, no campo da comunicação e informação, as prioridades estabelecidas pela UNESCO são compatíveis com os princípios da liberdade acadêmica, que é intrínseca ao mundo acadêmico e ao trabalho acadêmico de modo geral. Seus esforços para promover o livre fluxo de idéias e o acesso universal à informação estão assim perfeitamente na linha das aspirações e práticas das instituições de educação superior e seus servidores, professores, pesquisadores e estudantes.

Recomendações no sentido de atualizar o Quadro de Ação Prioritária para a Mudança e o Desenvolvimento da Educação Superior

Enquanto os dois documentos adotados pela Conferência Mundial – a saber, a Declaração Mundial e o Quadro para Ação – guardam sua pertinência e validade, têm havido importantes desenvolvimentos posteriores que tornam necessário atualizar o Quadro de Ação Prioritária. As propostas abaixo visam este objetivo.

I. Ação prioritária no nível nacional

1. Os Estados, inclusive governos, parlamentos e outros agentes decisórios, devem levar em conta o desenvolvimento e as tendências posteriores à Conferência Mundial que mostram, com intensidade especial, o papel vital desempenhado pela educação superior no desenvolvimento sustentável das sociedades baseadas no

conhecimento; e, sobre essa base, devem tomar a ação apropriada e adotar provisões para a sua reforma, renovação e desenvolvimento, como um bem público essencial. De modo particular, os Estados e governos são solicitados a examinar e a abordar os temas legislativos e as bases administrativas para a nova relação em evolução entre a educação superior, o Estado e o mercado.

2. Todos os interessados e todos os setores da sociedade – públicos e privados – devem contribuir para sistemas de educação superior viáveis, como condições necessárias para o desenvolvimento individual e social. É responsabilidade do Estado canalizar sua contribuição de modo a cumprir plenamente a missão, os objetivos e funções da educação superior na sociedade.

3. São necessários esforços adicionais no nível nacional para garantir amplo acesso à educação superior na base do mérito, com ênfase especial nos grupos em situação de desvantagem (mulheres, minorias étnicas, jovens em áreas rurais remotas, os incapacitados, etc.). Uma ação especial é necessária para eliminar a discriminação de gênero e os estereótipos e para uma participação efetiva das mulheres no ensino, pesquisa e administração da educação superior, em todos os níveis. Para garantir equidade segura de acesso à educação superior com base no mérito, devem ser introduzidos esquemas de apoio aos estudantes (doações, empréstimos estudantis, etc.). Recomenda-se seja considerada a possibilidade de introduzir “estipêndio para tempo de estudo”, que beneficie jovens de dezoito anos, qualificados para a educação superior, como uma forma de enfrentar melhor os requisitos da educação permanente, durante toda a vida.

4. Deve-se estimular uma maior dimensão internacional da educação superior. As autoridades nacionais e todos os interessados devem prever a promoção da cooperação, esquemas de vinculação e

de rede, intercâmbio acadêmico e mobilidade do pessoal e dos estudantes no nível regional e internacional. São convocados, em particular, a contribuir para lançar um Programa para o Desenvolvimento e Cooperação da Educação Superior, em larga escala, apto especificamente a atender às necessidades dos países em desenvolvimento e em transição.

II. Ação prioritária no nível dos sistemas e instituições

1. As instituições devem proceder, com mais ousadia, a reformas em profundidade, inovações do conteúdo curricular e dos métodos de ensino/aprendizado, assim como ao fortalecimento do papel da pesquisa. Nesse esforço, devem aumentar a capacidade de usar plenamente o potencial das tecnologias de informação e comunicação. Os estudantes devem ter ampla possibilidade de participar ativamente nesse processo.

2. As instituições de educação superior são encorajadas a tomar providências no sentido de fortalecer a sua governança e capacidade de administração, a desenvolver uma cultura de avaliação que abranja o conjunto das suas atividades a aumentar a responsabilização e a serem mais empreendedoras na busca de financiamento, bem como a instituir laços mais estreitos com a sociedade, em particular com o universo do trabalho.

3. Ao buscar a maior internacionalização dos seus programas e atividades, sob o impacto da globalização, as instituições devem procurar estender seus entendimentos cooperativos, tendo por meta a compartilhamento do conhecimento, dos programas e outras facilidades com as instituições de parceria nos países em desenvolvimento, em um esforço concertado para apoiar o desenvolvimento destes últimos e para contribuir para a elevação da qualidade da sua capacidade de ensino, treinamento e pesquisa. De modo particular, recomenda-se que resistam às pressões para adotar nos seus programas de estudos

no exterior e nos vínculos internacionais uma abordagem puramente comercial, baseada no mercado.

III. Ação a ser tomada no nível internacional, em especial a iniciada pela UNESCO

1. Tendo em vista o papel ampliado da educação superior no desenvolvimento econômico, político, social e cultural, e dada a situação precária da educação superior nos países em desenvolvimento e em transição, e o hiato cada vez maior que os separa dos países industrialmente desenvolvidos, com respeito à educação superior e à pesquisa, a UNESCO deveria iniciar um Programa para o Desenvolvimento e Cooperação da Educação Superior, em larga escala. Com base no compromisso dos governos, da comunidade internacional e de todos os interessados, esse Programa aproveitará a experiência obtida através da Educação para Todos, objetivo para o qual deve contribuir diretamente.

2. Nesse contexto, e em resposta aos desafios levantados à educação superior pela globalização, a UNESCO focalizará as implicações da liberalização do comércio no campo da educação superior, particularmente do GATS, com ênfase em como garantir a qualidade da oferta estrangeira de educação superior. O Fórum Global sobre Garantia de Qualidade e Reconhecimento de Qualificações na Educação Superior será fortalecido como uma plataforma para intercâmbio de pontos de vista. A ação será focalizada na:

- elaboração de um estudo das implicações da globalização para a educação superior, a ser apresentado aos Estados Membros para alertá-los com relação aos temas implicados e para pedir sua orientação e decisão na futura estruturação do trabalho da Organização, bem como a possível ação internacional sobre este ponto;

- busca de soluções para os problemas complexos relativos aos padrões e garantia de qualidade, aceitação de créditos e reconhecimento de estudos e qualificações. A UNESCO procurará promover o diálogo e a cooperação entre as autoridades nacionais e as comunidades acadêmicas, para que cheguem a padrões e estruturas aceitáveis em comum. As convenções regionais da UNESCO sobre o reconhecimento de estudos, diplomas e graus serão fortalecidas quando ajustadas aos novos desenvolvimentos.

3. A UNESCO promoverá ações tendo por objetivo conseguir um ajuste mais eficaz entre a educação superior e o universo do trabalho, fortalecendo a garantia de qualidade e as práticas e mecanismos de avaliação, e desenvolvendo uma cultura de auto-avaliação e sensibilidade à responsabilidade nas instituições de educação superior.

4. Especialmente nos países em desenvolvimento e em transição a UNESCO aumentará a assistência prestada aos Estados Membros e às instituições a usar plenamente as tecnologias de informação e comunicação na educação superior. Atenção especial será dada ao acesso livre na web e na internet aos materiais educacionais. A iniciativa Recursos Educacionais Abertos será promovida e transformada em um movimento de larga escala e em uma campanha internacional em favor da educação superior nos países em desenvolvimento.

5. As Recomendações do Fórum Mundial das Cátedras da UNESCO (Paris, novembro de 2002) serão parte integral da estratégia de acompanhamento dos resultados da Conferência Mundial, em particular aqueles relacionados com a superação do hiato de conhecimento, através dos esquemas Acadêmicos sem Fronteiras e Voluntários Universitários.

6. Na ação de prosseguimento da Conferência Mundial será dada ênfase especial à contribuição ao fortalecimento do papel da pesquisa na educação superior, e à melhoria da sua qualidade, por meio do Fórum Global sobre Conhecimento e Pesquisa da Educação Superior.

7. De acordo com as Recomendações de 1997 relativas ao status do pessoal de ensino da educação superior, a UNESCO buscará fortalecer em todo mundo a liberdade acadêmica e a autonomia universitária. O desenvolvimento do pessoal empregado na educação superior será promovido e assistido no nível nacional e regional. Ao mesmo tempo, será dada atenção à renovação do treinamento dos professores, como uma importante contribuição da educação superior ao desenvolvimento da educação em todos os níveis.

8. No contexto da Década para a Educação sobre o Desenvolvimento Sustentável, a UNESCO começará a elaborar um currículo internacional sobre o desenvolvimento sustentável, a ser implementado com a contribuição das instituições de educação superior de todas as regiões.

9. O trabalho iniciado pela UNESCO para desenvolver indicadores de qualidade e outros instrumentos de avaliação, que poderiam facilitar o monitoramento do progresso havido na implementação das Recomendações da Conferência Mundial, deve ser continuado e intensificado. Dentro do seu mandato relativo à reunião de dados estatísticos, experiências de boa prática e os resultados da pesquisa na educação superior, a UNESCO procurará obter maior cooperação das organizações internacionais governamentais e não-governamentais, instituições e pesquisadores individuais, em particular da Rede Universitária Global para a Inovação (GUNI).

REFERÊNCIAS

Fontes principais:

BARTELS, F. L. The African University at the Threshold of the New Millennium: Potential, Process, Performance and Prospects. Paris: UNESCO, 2003.

ENNAFAA, R. Les réponses des états membres au questionnaire sur l'enseignement supérieur, 1998-2003: rapport sur les résultats de l'exploitation du questionnaire; Les Grandes Tendances dans l'Enseignement Supérieur depuis 1998. Paris: UNESCO, 2003.

UNESCO. The Arab Region Input to the Global Synthesis for the World Conference on Higher Education + 5. Beirut: UNESCO Regional Office for Education in the Arab States, 2003.

_____. Dédéveloppments récents et perspective de l'enseignement supérieur en Afrique subsaharienne au 21ème siècle. Harare: UNESCO, 2003.

_____. Reformas e innovaciones en la educación superior em algunos países de América Latina y el Caribe, entre los años 1998 y 2003. Caracas: Instituto Internacional de la UNESCO para a Educación Superior en América Latina y el Caribe, 2003.

_____. Regional Report on Progress in Implementing Recommendations of the 1988 World conference on Higher Education. Bangkok: UNESCO Regional Office for Education in Asia and Pacific, 2003.

_____. Report n Trends and Development in Higher Education in Europe: in the context of the follow-up to the World Conference on Higher Education + 5, 1998-2003. Bucharest: UNESCO/CEPES, 2003.

Referências bibliográficas e informativas:

AERC. Introduction to the African Economic Research Consortium. [Africa]: AERC, 2003. Disponível em: <<http://www.aercafrica.org>>

CARRINGTON, L. Recent Reform and Development Programmes in Higher Education in the Caribbean. In: WORKSHOP ON STATUS AND PROSPECTS OF HIGHER EDUCATION IN THE CARIBBEAN, Nassau, Bahama, 31. out.-1 nov. 2002. Presentation. Nassau: UNESCO/IESALC, 2002.

DANIEL, J. Quality Assurance, Accreditation and the Recognition of Qualifications in Higher Education in an International Perspective. In: _____. Globalization and the Market in Higher Education: quality, accreditation and qualifications. Paris: UNESCO, Economica, 2002.

DZWIMBO, K. P. Zimbabwe Open University: case study of a distance teaching and open learning university. In: SHABANI, J. et al. (Eds.). Development and Management of Open and Distance Higher Education in Africa. Harare: UNESCO, 2003.

MATSUURA, K. Discurso do Diretor-Geral da UNESCO. In: FORUM MUNDIAL DE CÁTEDRAS DA UNESCO, Paris, 13 nov. 2003. Anais. Paris: UNESCO, 2003.

MIDDLEHURST, R. Quality Assurance Implications of New Forms of Higher Education. In: EUROPEAN NETWORK FOR QUALITY ASSURANCE IN HIGHER EDUCATION. Observatory Reports. Helsinki: ENQA, 2002 (Ocasional Document; 3). Disponível em: <<http://www.obhe.ac.uk/products/reports>>

MOON, B.; VLASCEANU, L.; BARROWS, L. C. (Eds.) Institutional Approaches to Teacher Education within Higher Education in Europe: current medols and new developments. Bucarest: UNESCO/CEPES, 2003.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Regional Overview on Education in Southeast Europe. Paris: OECD, 2002.

RAMA, C. La 3a. Reforma Universitaria en América Latina y el Caribe. In: REUNIÃO SOBRE MACRO-UNIVERSIDADES NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE, México, DF, 3-4 mar. 2003. Anais. Caracas: UNESCO/IESALC, 2003.

SAINT, W. Tertiary Distance Education and Technology in Sub-Saharan África. Washington, D.C.: World Bank, Working Group on Higher Education, Association for Development of Education in Africa, 1999.

UNDP. Human Development Report: making new technologies work for development. Oxford: Oxford University Press, 2001.

UNESCO. The World Declaration on Higher Education and Plan of Action. Paris: UNESCO, 1999.

UNESCO. Globalization and the Market in Higher Education: quality, accreditation and qualifications. Paris: UNESCO, Economica, 2002.

UNESCO; COUNCIL OF EUROPE. Code of Good Practice in the Provision of Transnational Education. Paris: UNESCO, Council of Europe, 2000.

UNESCO. Transnational Education and the New Economy: delivery and quality. Bucarest: UNESCO/CEPES, 2001. (Studies in Higher Education).

WORLD BANK. Constructing Knowledge Societies: new challenges for tertiary education. Washington, D.C.: World Bank, 2002.

INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

TENDÊNCIAS E DESENVOLVIMENTO DESDE 1998

Trabalho preparado pela
Associação Internacional de Universidades

Maio de 2003

Nota do Secretariado

Cinco anos depois da Conferência Mundial sobre Educação Superior (Paris, 1998), a UNESCO reúne outra vez atores no campo da educação superior de todo o mundo, representados pelos pontos focais responsáveis pelo acompanhamento da Conferência Mundial, bem como algumas personalidades notáveis, para uma reunião de parceiros na educação superior (UNESCO, Paris, 23-25 de junho de 2003).

O objetivo da reunião é avaliar o progresso havido nos últimos cinco anos na implementação da Declaração Mundial; medir o impacto que teve a Conferência sobre o desenvolvimento da educação superior no mundo e definir orientações para a futura ação dos Estados Membros e das instituições, de modo a garantir que a educação superior seja capaz de responder melhor a desafios e necessidades em crescimento.

Os principais documentos de trabalho fornecidos aos participantes para facilitar as suas deliberações e para lhes permitir alcançar seus objetivos foram preparados com base na informação coligida pelos Estados Membros e nossos principais parceiros, depois da

Conferência Mundial, assim como por nossos colegas responsáveis por implementar o programa de educação superior no nível regional.

A Divisão de Educação Superior gostaria de expressar sua sincera gratidão à Associação Internacional de Universidades pela contribuição dada à organização do encontro de parceiros.

Komlavi Seddoh

Diretor, Divisão de Educação Superior

1. Introdução

Em 1998, na Conferência Mundial da UNESCO sobre Educação Superior, uma das quatro Comissões teve como foco a Cooperação Internacional, acentuando assim a importância desse aspecto, ao lado de tópicos como Relevância, Melhoria da Qualidade e Administração e Financiamento da Educação Superior. Além de ter sido discutida como um tema per se, ao longo da Conferência a cooperação internacional foi também evocada porque é vista, muitas vezes, como mais um meio, e não como um fim em si mesma. Através da cooperação internacional, as instituições e os países podem perseguir e alcançar objetivos em todas as outras áreas. Com frequência, a cooperação internacional é considerada um instrumento para o desenvolvimento da capacidade, para encontrar novos modos de gerenciar a educação superior, para testar práticas novas ou já estabelecidas em muitos aspectos do ensino e da pesquisa. É vista também como um meio para aprimorar a educação superior. O Artigo 11 da Declaração Mundial da Conferência de 1998 afirma, no parágrafo b), que “A qualidade exige também que a educação superior se caracterize pela sua dimensão internacional: intercâmbio de conhecimento, redes interativas, mobilidade dos professores e estudantes e projetos internacionais de pesquisa, ao mesmo tempo em que leva em conta os valores culturais e as circunstâncias dos países.”

Introduzindo essa “dimensão internacional” como medida da qualidade da educação superior transforma-se esse processo em um fim em si mesmo. Ele pode ser considerado também como a reconfirmação das raízes históricas da universidade e da sua natureza universal, em lugar de um fenômeno novo ou único. No entanto, na última década a educação e a cooperação internacionais no campo da educação superior receberam muita preeminência e muitos volumes foram escritos especialmente a respeito da internacionalização da educação superior. Mais recentemente, essa internacionalização tem sido debatida juntamente com a globalização e, muitas vezes, é vista como a resposta da educação superior a esse processo tão abrangente.

Este trabalho examina em particular os desenvolvimentos na internacionalização da educação superior durante os últimos cinco anos, ou seja, desde a Conferência de 1998. A segunda seção discute brevemente a forma como a internacionalização é, cada vez mais, parte de um debate mais complexo e intenso que examina como a globalização afeta a educação superior, inclusive sua influência sobre as estratégias de internacionalização. Na terceira seção, o relatório proporciona uma breve visão das várias forças que estão mudando o quadro da educação superior e criam uma nova dinâmica para o intercâmbio internacional, em termos latos. A seção quatro salienta alguns resultados preliminares de uma avaliação internacional das instituições de ensino superior que reuniram dados sobre temas como a rationale, as metas e prioridades, os instrumentos, obstáculos e desafios da internacionalização. Na quinta seção, o trabalho identifica alguns desafios, novos e antigos, assim como áreas para discussão adicional e algumas que merecem atenção, mais pesquisa e política no futuro, antes de concluir com algumas recomendações para que a reunião de especialistas as considere no decorrer das suas deliberações.

Em seu conjunto, o trabalho focaliza primariamente a instituição como uma unidade de análise, mas sempre que possível identifica mais amplamente os temas ou implicações setoriais ou de política nacional.

2. Internacionalização, cooperação, globalização, educação transnacional, sem fronteiras ou através de fronteiras

As palavras são importantes? O que conta é o que acontece. Esta é uma forma de ver os debates a respeito de definições e uma forma de responder às reivindicações de clareza conceitual quando tratamos com tendências e iniciativas na área internacional. Como é óbvio, especialmente quando lidamos com termos carregados de valores, tais como “globalização”, esse esforço pode ficar cerceado. Ao mesmo tempo, uma falta ou pelo menos um módico de clareza e de entendimento comum dos termos usados pode levar à incompreensão e resultar potencialmente em um “diálogo de surdos”. Na pior das hipóteses, toda discussão se torna impossível, ou perde inteiramente o sentido.

O presente Relatório tem por foco a internacionalização da educação superior. Em boa parte da literatura sobre o assunto, a “internacionalização da educação superior” passou a ser entendida como um conceito amplo, muito abrangente, que pode envolver a cooperação internacional, mas se refere também a mudanças que ocorrem dentro de uma determinada instituição, através de iniciativas políticas e de caráter específico. Também neste sentido, “internacionalização” é um objetivo perseguido por si mesmo. Com efeito, alguns argumentariam que “o impulso predominante não é tanto a extensão geográfica da atividade, mas a transformação interna da própria instituição” (Bond e Lemasson, 1999, p. 2). Uma das definições mais amplamente aceitas da “internacionalização da educação superior” a vê como um processo de introdução de uma dimensão internacional ou intercultural em todos os aspectos da educação e da pesquisa (Knight e de Wit, 1997). Este processo de transformação da educação superior para enfrentar os desafios de um contexto global cada vez mais complexo, processo este impulsionado e dirigido internamente, é visto como deliberado e não puramente reativo. Na melhor das hipóteses, é um processo motivado por estratégia e com objetivos específicos, meios e uma estrutura para monitorar o seu progresso. Embora seja inegável que é alimentado

por uma globalização crescente, a qual exige novas competências internacionais e sensibilidades interculturais, ele cria novas demandas para as instituições da educação superior; é um processo motivado e que permanece principalmente (mas não exclusivamente) associado a objetivos acadêmicos. Assume muitas formas e continua a mudar e a evoluir não só dentro de uma instituição, mas também através dos setores e em diferentes partes do mundo.

Embora esta possa ser uma definição relativamente bem aceita, que descreve corretamente os processos em andamento em muitas instituições de educação superior, a busca feita em muitas revistas desse campo ou nas estantes das bibliotecas especializadas irá descobrir também livros e artigos sobre a educação internacional, a cooperação internacional, a educação transnacional, a educação através das fronteiras e até mesmo a educação sem fronteiras. E, além disso, sobre a globalização e a educação superior. Todos esses conceitos são inter-relacionados, e têm na literatura sua especificidade e seus campeões. Todos eles representam o crescimento dinâmico de meios e modos encontrados pelas instituições de educação superior, muitas vezes usando tecnologias de informação e comunicação ou várias parcerias e alianças, para desenvolver a mobilidade acadêmica dos estudantes e professores, para se associar tendo em vista o desenvolvimento de programas, para oferecer cursos e programas em países estrangeiros, desenvolver parcerias para o planejamento conjunto de currículos, usar as tecnologias de informação e comunicação na educação internacional, etc. Embora todos esses termos e práticas possam ser incluídos na definição ampla de internacionalização citada acima, pode haver distintas motivações por trás de qualquer abordagem determinada, desenvolvida à medida que as instituições de educação superior, e na verdade os sistemas nacionais de educação, respondem a vários processos econômicos, políticos e mesmo tecnológicos circundantes.

Um dos debates mais candentes e relativamente recentes é sobre se a internacionalização e a globalização são ou não conceitos

diferentes com relação à educação superior, e de que forma. O tema foi objeto de muitos textos de pesquisa, livros e debates que continuam entre especialistas na educação superior (van Damme, 2002; Gnanam, 2002; Scott, 1998; Altbach, 2003). Para alguns, a internacionalização não é mais uma resposta adequada ou apropriada diante do crescimento da sociedade de conhecimento global; na verdade, a própria educação superior precisa ser mais “globalizada” (Breton 2003). Todos estariam de acordo quanto ao fato de que a educação superior, como qualquer outro setor, está sujeita ao impacto da globalização e que esse processo, em muitos aspectos, a está transformando fundamentalmente. Os desacordos surgem particularmente devido à polêmica mais ampla que cerca a palavra “globalização” e seus benefícios ou impacto prejudicial, bem como o sentido cada vez mais abrangente atribuído ao conceito.

Associada geralmente ao movimento ampliado de bens, serviços, pessoas e idéias em torno do mundo, em essência a globalização descreve o processo e o estado de interdependência que não é mais limitado ou suprimido pela distância. É um fenômeno em que os conceitos de espaço e localização deixam de ser fatores limitativos com respeito ao processo de produção ou intercâmbio. Assim, aplica-se facilmente a muitas áreas da atividade humana, inclusive à produção e difusão do conhecimento: em outras palavras, à pesquisa e à educação superior. Mesmo quando não considerada de uma perspectiva ideológica, a globalização é vista muitas vezes como um processo econômico, aproximando economias (e países) e, deste modo, exercendo influência sobre os processos políticos, sociais e culturais. Além disso, para muitos, a globalização econômica está associada diretamente à expansão do mercado e à remoção de todas as barreiras ao comércio e à mobilidade dos fatores de produção (Marquez, 2002; Moja, 2003).

No campo da educação superior, a discussão sobre o lugar da educação no Acordo Geral sobre Comércio e Serviços e o papel amplo da Organização Mundial de Comércio, assim como o merca-

do como mecanismo regulador da interação internacional, tem alimentado também o debate sobre a rationale, os valores e as implicações a longo prazo dos vários modos como as instituições se estão “internacionalizando”. Nesses debates, a globalização é vista como força motriz fundamental para uma abordagem mais mercantil à internacionalização da parte de certas instituições privadas e públicas.

A natureza em expansão e acelerada da globalização e a sua influência sobre a educação superior, tanto no nível institucional como no sistêmico, estão refletidas no crescimento do tipo e da quantidade das trocas internacionais, assim como na complexidade das motivações que agem como fatores de “push” “pull” para várias instituições. Além das estratégias tradicionais de internacionalização, impulsionadas pelo mundo acadêmico, um número cada vez maior de instituições está expandindo seus esforços para exportar programas de educação superior, seja pelo recrutamento ativo de estudantes estrangeiros, que pagam suas taxas, seja pelo desenvolvimento da capacidade de fornecer programas e cursos no exterior; está oferecendo no mercado sua capacidade e desenvolvendo consultorias nos fóruns internacionais, além de formar parcerias para obter financiamento da pesquisa e erigir redes globais de pesquisa envolvendo muitas instituições.

O resultado geral dessa expansão e diversidade das estratégias de internacionalização é um ambiente internacional muito mais competitivo e mais atividades voltadas para o mercado. Num sentido real, as instituições de educação superior estão agindo como multinacionais, abandonando as operações em um local fixo, concedendo franquias e criando filiais em outros países (Egroun-Polak, 2003). A maneira como essas estratégias se coadunam com as metas da internacionalização, conforme a definimos acima, é questionável, e leva pelo menos um autor a escrever sobre a “multinacionalização” da educação superior. O impacto de longo prazo sobre aquelas instituições ou nações que estão à frente desses processos, em contraste com

as que estão sujeitas a eles, é incerto. Há uma preocupação crescente com o seu efeito sobre as desigualdades existentes e o hiato Norte-Sul, que cresce continuamente à medida que esses processos se expandem com rapidez, podendo talvez deslocar os modelos mais tradicionais da cooperação internacional e da internacionalização (Altbach, 2003).

A internacionalização da educação superior, no contexto de uma globalização mais ampla, tem feito da análise da rationale, das estratégias e mecanismos, assim como dos seus impactos, um exercício bem mais complexo, porque as novas estratégias de motivação econômica coincidem muitas vezes com os programas mais tradicionais de mobilidade, com o intercâmbio de estudantes e professores e com os programas internacionais de cooperação no campo da educação superior. Na verdade, essas atividades não são excludentes, mas podem ser vistas como complementares, reforçando-se mutuamente, sendo encontradas em qualquer número de combinações em uma estratégia institucional, buscando lidar com demandas dos estudantes, da sociedade, do mercado de trabalho e de outros interesses envolvidos. Na maior parte dos casos, as razões que levam uma instituição a recrutar estudantes dispostos a pagar taxas estão associadas a políticas nacionais de “competitividade econômica”, favorecendo o desenvolvimento geral das exportações, mas podem também coincidir com o desejo da instituição de ampliar a composição do quadro de estudantes nas suas salas de aula, para melhorar a compreensão internacional e o diálogo entre culturas.

Esta natureza interconexa dessas políticas torna impossível distinguir entre as várias estratégias, para uma análise clara e definitiva dos benefícios de longo prazo e dos perigos representados por essas tendências. Por sua vez, essa dificuldade e a necessidade constante de “desembrulhar” tais tendências constituem a razão por que esse debate é tão rico e prevalente.

Em resumo, os três desenvolvimentos mais importantes dos últimos cinco anos na área da internacionalização e da cooperação internacional na educação superior talvez sejam:

- a) a maior complexidade das estratégias e do crescimento das variedades de iniciativas voltadas para alcançar ou fortalecer a internacionalização, devido principalmente à globalização acelerada;
- b) a mistura das racionais acadêmica e econômica que impulsionam o processo; e
- c) a importância geral da internacionalização e do contexto global na discussão sobre políticas a seguir, nos níveis institucional, sistêmico e internacional da educação superior.

Com efeito, quando relemos os trabalhos preparados para a Conferência de 1998, e em particular para a Comissão sobre Cooperação Internacional, chama atenção o fato de que todos os elementos do debate já estavam identificados e, no entanto, a discussão atual da internacionalização se tornou muito mais complexa, devido à multiplicação das formas e justificativas do intercâmbio internacional. A natureza mais competitiva da internacionalização acrescentou também uma nova urgência e a percepção de maiores benefícios e perdas potenciais em função da escolha de estratégias apropriadas. Contudo, essa urgência aparece bem menos motivada por um sentido de solidariedade e pela intenção de reduzir os hiatos de desenvolvimento existentes entre o Norte e o Sul que, em 1998, eram uma motivação explícita.

3. Internacionalizar ou não internacionalizar? O problema que deixou de ser uma opção

A decisão sobre internacionalizar ou não, no sentido acima definido, e na verdade até mesmo a própria globalização, são fenômenos novos na educação superior, e esta é uma questão em aberto que os especialistas também debatem com ardor. Bastará dizer que ao ingressarmos no século XXI, há um consenso generalizado de que o processo de internacionalização assim como o de globalização estão se acelerando em um ritmo sem precedentes, e que o seu impacto

conjunto na educação superior é alimentado por muitos fatores, inclusive os seguintes:

- 1) A percepção da importância do conhecimento (sua produção, difusão e aplicação) para o bem-estar econômico, social e cultural da sociedade em todo o mundo (a sociedade do conhecimento).
- 2) A integração em andamento e a aplicação das Tecnologias de Informação e Comunicação aos processos de aprendizado, ensino e pesquisa.
- 3) Novas pressões e demandas para que as instituições de educação superior preparem graduados, formando-os para toda a vida e para trabalhar em um contexto internacional.
- 4) A mobilidade cada vez mais fácil dos recursos humanos de alta qualificação, criando um mercado de trabalho internacional competitivo para os trabalhadores científicos e acadêmicos.
- 5) A redução ou estagnação do financiamento público da educação superior na maioria dos países, em todo o mundo, sem um declínio na demanda de acesso a essa educação.
- 6) O aumento da pressão sobre as instituições de educação superior para que diversifiquem as fontes de financiamento, de modo a poder atender à sua demanda, o que em muitos aspectos alimenta a comercialização da educação, inclusive no nível internacional.
- 7) O advento de novos supridores e inovadores no fornecimento da educação superior (em parte devido aos fatores acima relacionados), assim como em todo o sistema de produção do conhecimento.

Todos esses fatores e outros ainda estão criando uma nova dinâmica da internacionalização no nível institucional, tanto dentro dos sistemas nacionais de educação superior como nos níveis internacional ou regional. Eles propõem também novas questões sobre a

cooperação Norte-Sul, como, por exemplo, o fato de que estudantes e mais ainda os professores tornam-se recursos escassos, objetos de demanda no que passou a ser um mercado global. Nesse contexto, todos os esquemas de cooperação entre universidades, assim como os programas de formação para capacitação e desenvolvimento institucional são prejudicados por uma “evasão de cérebros” exacerbada, representando perdas econômicas maiores do que toda a assistência externa (Altbach, 2003).

Essa tendência conflita diretamente com o reconhecimento agora unânime da importância assumida pelo conhecimento para o desenvolvimento econômico e a importância associada da cooperação internacional na educação superior, com base na solidariedade. O World Development Report de 1998 deu ao conhecimento e ao know-how uma posição central no processo de desenvolvimento, e essa centralidade do conhecimento foi reconfirmada pela nova estratégia do Banco Mundial, com seus empréstimos orientados para a educação superior, com a justificativa de que “Os países em desenvolvimento e em transição correm o risco de ser ainda mais marginalizados, em uma economia mundial altamente competitiva, porque seus sistemas de educação terciária não estão preparados adequadamente para capitalizar sobre a criação e o uso do conhecimento” (Banco Mundial, 2003). A atribuição de tal importância à educação superior tem o potencial de dar novo vigor ao apoio à educação superior nos países em desenvolvimento, mas sublinha também a necessidade da cooperação Norte-Sul e Sul-Sul entre as instituições de educação superior, por razões ligadas diretamente ao desenvolvimento da sua capacidade, ao preenchimento dos hiatos entre as nações industrializadas e os países em desenvolvimento, e à abordagem das Metas de Desenvolvimento do Milênio.

Este novo vigor é muito necessário quando se nota que de fato “Universidades que já serviram como fochos de esperança, inclusive as universidades de Ibadan na Nigéria; de Dacar, no Senegal; de Dar-es-Salaam, na República Unida da Tanzânia; e de Cartum, no

Sudão, são hoje simples sombras do que já foram um dia... [que] o custeio externo da ciência e as iniciativas conjuntas de pesquisa com universidades e institutos de pesquisa de outras nações têm muitas vezes declinado, e os melhores talentos científicos continuam a deixar seus países em grande número” (Africa, World Science Report, 2002, p. 1). É imperioso que dentro do grande número de novos modos de criar vínculos e de colaborar para a criação de novos programas, de construir novas capacidades, de oferecer oportunidades de aprendizado, etc., a cooperação internacional baseada na solidariedade continue a ser uma parte importante das estratégias de internacionalização das instituições de educação superior e entre os responsáveis pelas políticas educacionais.

Portanto, embora a opção de promover ou não a internacionalização da educação superior pareça hoje menos presente do que no passado, os líderes desse setor da educação, assim como os responsáveis pelas políticas públicas no nível nacional, têm diante de si um número muito maior de opções em termos das estratégias a desenvolver, da escolha de parceiros e dos países ou regiões do mundo. A variedade dos meios utilizados e as inovações que estão sendo experimentadas e testadas têm crescido exponencialmente, e as instituições de educação superior não mostram sinais de cansaço com as formas de se associar às instituições de outros países.

Tendo em vista a natureza muito mais competitiva do ambiente da educação superior, assim como a variedade das demandas feitas às instituições de educação superior, a internacionalização se tornou para muitos uma prioridade mais deliberada – tática, quando não estratégica. Como vamos mostrar na próxima seção, a maioria das instituições desenvolveram um plano para a internacionalização, colocando assim suas escolhas dentro de uma política mais ampla. É importante analisar essas estratégias, ou pelo menos as prioridades expressas e as ações tomadas pelas instituições para determinar quais as opções que estão sendo preferidas em relação a questões tais como:

- 1) Deve-se atribuir prioridade a um currículo de sensibilidade internacional ou enviar mais estudantes para fora do país?
- 2) Em que medida a estratégia de internacionalização deve ser motivada pela necessidade de gerar receita?
- 3) Nas futuras estratégias de internacionalização, qual a posição da solidariedade e cooperação, dos benefícios mútuos e das parcerias?
- 4) Quais são os benefícios e as desvantagens, a curto e a médios prazos, das várias opções para a “importação de programas”?
- 5) Será a maior regionalização a resposta mais apropriada à criação de redes?
- 6) As práticas de recrutamento que buscam atrair os melhores cérebros são éticas e sustentáveis?
- 7) As alianças e parcerias para a cooperação no campo da pesquisa científica devem ser abrangentes ou específicas a determinadas disciplinas? Devem ser feitas com instituições semelhantes ou a diversidade dos parceiros é um valor adicional?
- 8) As parcerias entre instituições públicas e privadas, com fins lucrativos, podem ter êxito, aumentando o acesso aos programas?
- 9) Os programas internacionais oferecem uma solução duradoura para o problema da demanda não atendida?
- 10) A ampliação da educação particular é uma forma conveniente para os governos de desviar o financiamento da educação superior para outros setores da economia ou para outros segmentos do setor da educação?

Estas e muitas outras perguntas cercam as estratégias de longo prazo para a internacionalização institucional e nacional da educação superior. Pelo menos em parte elas levaram à elaboração de uma pesquisa internacional sobre as instituições de educação superior, cujos resultados parciais apresentamos em seguida.

4. Focalizando a internacionalização da educação superior.

Resultados iniciais da pesquisa

Se nenhuma instituição ou sistema tem imunidade contra as imposições da globalização, e nenhuma instituição de educação superior pode permanecer à margem das redes internacionais, as perguntas acima relacionadas precisam ser respondidas por meio de estratégias e iniciativas específicas da parte das instituições e com a ajuda das políticas e programas governamentais. Por sua vez, essas respostas precisam ser desenvolvidas com base em análises apropriadas e na compreensão dos impactos que têm as várias estratégias e iniciativas de internacionalização seguidas atualmente em todo o mundo. Por este motivo, precisamos da coleta de dados e de estudos comparativos, especialmente sobre as conseqüências, a longo prazo, das modalidades mais recentes de atividades internacionais, como o suprimento de educação superior através das fronteiras nacionais, as franquias, o ensino internacional pela Internet, os cursos orientados exclusivamente para estudantes internacionais, as campanhas de recrutamento de programas de graduação de estudantes pagantes, o aumento da programação em língua inglesa em países que não são anglófonos, etc.

Não obstante, examinar como as instituições ou os governos escolhem, ou as opções de que dispõem para responder a essas perguntas, depende também de questões essenciais relativas ao contexto, como estamos tratando as instituições ou nações desenvolvidas, em desenvolvimento ou em transição para o mundo desenvolvido.

Para isso, é preciso ter uma visão comparativa das políticas ativas de internacionalização das instituições de educação superior de todo o mundo: adotaram-se essas políticas, como e por que razão. Admitindo um conjunto muito amplo de parâmetros para definir a internacionalização nesse campo, é necessário examinar os meios empregados pelas várias instituições para alcançar as suas metas e os obstáculos enfrentados. É importante também aprender como essas instituições se posicionam na área internacional cada vez mais

competitiva e dominada pelo mercado, em um mundo globalizado, e onde essas perspectivas divergem.

Infelizmente, na medida em que essa informação é disponível, ela é específica para cada país, e na melhor das hipóteses parcial. Somente poucos países, como o Canadá, os Estados Unidos, a Austrália e o Reino Unido, assim como alguns dos países nórdicos, têm realizado análises sistemáticas e compreensivas das estratégias institucionais da internacionalização da educação superior. Não há praticamente informação desse tipo com respeito às universidades dos países em desenvolvimento ou em transição. E, o que é mais importante, não é fácil comparar entre si diferentes regiões – e são justamente essas comparações que podem ser mais reveladoras dos objetivos perseguidos e dos impactos de longo prazo que tais transformações podem provocar.

Este trabalho focaliza primariamente as tendências gerais do processo de internacionalização, tendo as instituições como unidade analítica, em lugar dos sistemas nacionais de educação superior. Portanto, não é uma análise abrangente do estado dessa internacionalização no mundo de hoje e, na melhor das hipóteses, introduz alguns dos principais aspectos desse processo e elementos importantes para o debate, concentrando-se naqueles que parecem hoje mais importantes do que no passado. Continua a ser parcial e, em certa medida, impressionista, embora se baseie em uma análise preliminar de um estudo institucional realizado pela Associação Internacional de Universidades, no princípio do ano 2003.

Antes da Conferência de 1998, a Associação Internacional de Universidades manteve um grupo de trabalho sobre a internacionalização. Na época da Conferência, a Associação consultou os seus membros a respeito de um projeto de Declaração de Política sobre a Internacionalização da Educação Superior, que usou para fundamentar sua apresentação à Comissão de Cooperação Internacional, o qual consta do Anexo 1. A Associação realizou também, em 2002, na Universidade Claude Bernard, em Lyon, na França, uma conferência

internacional sobre o tema e publicou uma série de relatórios sobre esse evento na sua IAU Newsletter e no seu site na Internet. Foi organizado um encontro em torno de algumas dimensões da internacionalização e os participantes foram convidados a compartilhar as suas experiências, positivas e negativas, com relação às políticas e práticas nas seguintes áreas:

- Mobilidade dos estudantes e professores
- Internacionalização do currículo
- Diálogo intercultural no nível institucional
- Estratégias acadêmicas e/ou empresariais para a internacionalização
- Tecnologias de Informação e Comunicação como apoio à internacionalização; e naturalmente
- Barreiras e obstáculos à internacionalização.

As conclusões e recomendações emanadas dessa reunião de representantes institucionais procedentes de todas as regiões motivaram pelo menos em parte o ímpeto para que a Associação realizasse essa pesquisa sobre a internacionalização, já que a coleta de informações e a sua difusão estavam no centro do problema. Com efeito, os participantes solicitaram à Associação que desenvolvesse a sua capacidade de observar a internacionalização e criasse mecanismos para que as boas práticas resultantes e as lições aprendidas fossem compartilhadas. À medida que se faziam os preparativos para a Conferência de 2003, os resultados preliminares dessa pesquisa forneceram também dados úteis para as discussões que terão lugar nessa Conferência, enquanto a Associação prepara uma análise mais completa desses resultados.

4.1 Metodologia e dimensão da amostra

Tendo em vista os múltiplos significados das expressões “internacionalização da educação superior”, “educação internacional”,

e “educação transnacional”, entre outras, a Associação Internacional de Universidades fez com que seu curto questionário fosse acompanhado por um breve texto explanatório, definindo internacionalização conforme se fez anteriormente. Foram pedidos e recebidos conselhos sobre o questionário a vários especialistas de todo o mundo, antes que fosse remetido aos dirigentes das instituições que são membros da Associação¹. Cópias foram fornecidas também aos dirigentes da cooperação internacional. A carta e o questionários constituem o Anexo 2, cujo original foi redigido em inglês e francês.

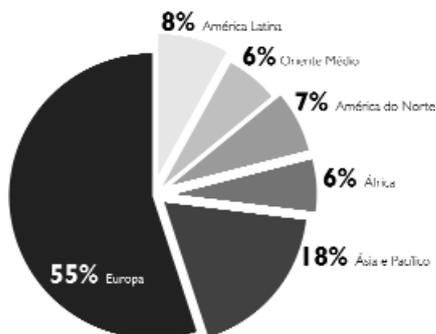
Essa pesquisa global é a primeira do seu tipo e corresponde a um primeiro esforço feito pela Associação Internacional de Universidades para reunir informação comparativa sobre a questão da internacionalização. A taxa de resposta não é extremamente elevada, mas proporciona uma amostra suficiente para uma análise preliminar, e os resultados podem ser considerados razoavelmente representativos. Dos 620 questionários enviados eletronicamente ou pelo correio a todos os membros institucionais da Associação, em 123 países, 163 foram respondidos, ou seja, 26%. No momento da preparação deste trabalho, outros questionários ainda estavam sendo recebidos e, por isso, a taxa de resposta pode ser maior quando se preparar um relatório final.

¹ A Associação Internacional de Universidades agradece a contribuição recebida de Jane Knight, Karen McBride, Marejk van der Wende, Piyushi Kotecha e Stamenka Uvalic-Trumbic, cujas observações aperfeiçoaram tremendamente o questionário.

O Quadro 1 mostra a distribuição geográfica dos questionários respondidos:

QUADRO 1

Pesquisa sobre Internacionalização da AIU

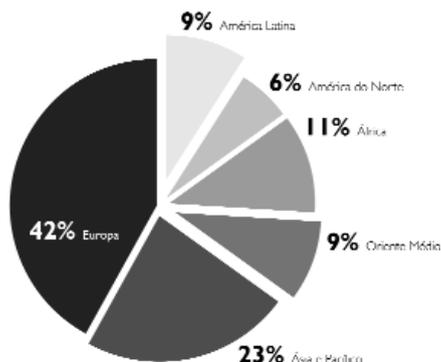


Muitas razões podem explicar esta taxa de resposta relativamente baixa. Dentre elas, podemos imaginar uma certa fadiga de responder questionários por parte dos líderes da educação superior, assim como o fato de que, especialmente na Europa, nossos questionários foram enviados logo depois da pesquisa Tendências III realizada pela Associação Européia de Universidades, dentro das discussões do Processo de Bolonha. A taxa de resposta mais baixa na África (11% dos questionários enviados e 6% do total dos respondidos) pode ser devido também à incerteza das comunicações por via eletrônica.

A distribuição geral das respostas recebidas apresenta um desvio pequeno da distribuição geral dos membros da Associação, que aparece no Quadro 2, com a Europa e a África exibindo discretas diferenças no número total de respostas recebidas. 42% dos questionários sem resposta foram enviados às instituições européias, e a resposta da Europa representou 55% dos questionários completados.

QUADRO 2

Membros da AIU, por região



De modo geral, a maioria dos que responderam completaram todas as partes do questionário. Neste trabalho, só os dados mais importantes serão apresentados e futuramente a Associação publicará uma análise mais abrangente. Embora forneçam rico material para uma reflexão ulterior, várias perguntas com resposta em aberto causaram uma certa dificuldade na transposição para os sumários das respostas, de modo a indicar tendências ou padrões gerais. A pesquisa deixou ampla margem para essas respostas, em lugar de propor uma uniformidade e o desafio correspondente aparece na classificação dessas respostas.

4.2 A política ou estratégia de internacionalização

Não há dúvida de que a internacionalização é uma alta prioridade para a esmagadora maioria das instituições de educação superior em todo o mundo. Todas as respostas indicaram que a internacionalização é pelo menos em parte prioritária e só uma delas respondeu que é uma prioridade muito baixa, sendo que nenhuma sugeriu que o tema não tem qualquer prioridade.

No entanto, quando as instituições são convidadas a articular as principais razões da sua posição sobre o assunto, temos um quadro

bem mais complexo. As respostas dadas a essa questão em aberto variam amplamente, mas os motivos citados com mais frequência pelos quais a internacionalização tem alta prioridade podem ser classificados assim, em ordem de prioridade, embora todos os quatro tipos de resposta se aproximem bastante em termos de frequência:

- A mobilidade e o intercâmbio de estudantes e professores
- A qualidade acadêmica, a excelência do currículo
- A competitividade internacional
- A colaboração internacional na pesquisa e no ensino

As razões alegadas confirmam o que já era sabido e foi afirmado no Documento de Política de 1998, preparado para a Conferência daquele ano: que a busca da qualidade e o contexto global eram (e permanecem) motivos fundamentais para o maior interesse e preocupação com a internacionalização da educação superior. O fato de a maior parte das instituições focalizarem a mobilidade dos estudantes e dos professores foi refletido também em uma pesquisa canadense, realizada pela Associação das Universidades e Colégios do Canadá e publicada em 2000. Nessa pesquisa, a principal razão citada nas respostas foi a preparação de graduados que tivessem conhecimentos internacionais e fossem competentes do ponto de vista intercultural (AUCC, 2000, p. 17). Será preciso uma análise ulterior das respostas ao nosso questionário para determinar se as razões alegadas diferem significativamente conforme a origem geográfica das instituições.

Das 156 respostas recebidas a essa pergunta, 70% indicam que de fato foi elaborado um plano ou uma política estratégica de internacionalização, abrangendo toda a instituição; além disso, o mesmo número de respostas revela a existência de um escritório responsável pela implementação desse plano ou política. Enquanto só 110 instituições responderam à pergunta sobre provisões orçamentárias para a internacionalização, 78% delas confirmaram dispor desse orçamento específico. No entanto, se incluirmos a categoria

“sem resposta”, concluiremos que quase metade das reações indica a inexistência de um orçamento específico para esse fim. A vasta maioria dos que não admitiram ter essa dotação orçamentária coube às instituições situadas na Europa, na Ásia e no Pacífico. Uma divisão semelhante entre “sim” (89), “não” (19) e “sem resposta” (53) surge com respeito à existência de um sistema de monitoramento para acompanhar o progresso no sentido de alcançar os objetivos institucionais da internacionalização.

4.3 As prioridades geográficas

Aprofundando mais os termos das prioridades atribuídas ao plano ou estratégia de internacionalização, o questionário pedia uma indicação com respeito às prioridades geográficas identificadas pelas instituições consultadas. Os resultados desse aspecto da pesquisa são difíceis de avaliar, pois o tamanho da amostra é relativamente pequeno em cada caso, quando se leva em conta a procedência regional da resposta. O que transparece claramente, contudo, é que, em sua maioria, quer consideremos as respostas da África ou as da Europa e da Ásia, a cooperação regional é mais apreciada ou desejada do que qualquer outra. A única exceção é a das universidades da América do Norte que, de modo geral, deram uma resposta insuficiente a esta pergunta, mas indicaram uma prioridade mais alta para a cooperação extra-regional, a saber, com a Ásia ou a Europa. Embora a amostra seja muito pequena para extrairmos conclusões definitivas, é notável o fato de que nenhuma resposta originada na América do Norte atribuiu prioridade à América Latina, a despeito dos esforços feitos para desenvolver a cooperação regional entre as Américas.

4.4 Dimensões, mecanismos/meios mais importantes de internacionalização

Tendo em vista a variedade de modos e meios como a internacionalização é perseguida, o questionário apresentou uma longa lista

das dimensões ou mecanismos para esse fim. Quando indagadas sobre a importância dos vários aspectos da internacionalização, a mobilidade dos estudantes recebeu de 93 universidades a indicação da maior importância e 87 indicaram também a colaboração internacional para a pesquisa como sendo da maior importância. Esses dados são consistentes com as respostas dadas em termos da rationale para a internacionalização que mencionamos acima. E o mesmo número de instituições indicou também que atribuem a mais alta prioridade ao recebimento, envio e troca de estudantes.

Em 53 casos, os projetos internacionais de desenvolvimento, as associações e a capacitação ficaram em melhor posição na escala da importância relativa, representando pouco menos de um terço das respostas que guardaram consistência em todas as regiões.

É notável o fato de que só 13 e 12 instituições, respectivamente, atribuíram a maior importância à exportação ou importação comercial de programas, de um lado, assim como à criação de campi no exterior. Duas vezes maior foi o número de respostas atribuindo a maior importância ao desenvolvimento de programas de “associação geminada”. Esses números podem parecer baixos, à luz da expansão desse tipo de atividade, que aparece com tanta frequência na mídia; mas na verdade não surpreendem dada a natureza da amostra que recebeu o questionário, ou seja, os membros na Associação Internacional de Universidades, composta predominantemente de instituições de educação superior públicas ou privadas sem fins lucrativos.

Com relação às disciplinas mais “internacionalizadas”, os resultados da pesquisa não são conclusivos. No entanto, as respostas oferecem uma indicação inequívoca de que está crescendo a demanda por cursos e programas com conteúdo internacional significativo e por línguas estrangeiras – resultado que se repete em todo o mundo.

4.5 Fatores de facilitação e obstáculos à internacionalização

O questionário indagava de onde provinha o ímpeto para a internacionalização nas instituições, e também quem demonstrava

a maior resistência a esse processo. No primeiro caso, 51% das instituições indicaram que a demanda por atividades relacionadas à internacionalização provém dos professores, 25% citam a administração e 21% os estudantes. Só 3% deixaram de responder. No que se refere à resistência, os números são muito diferentes, com 44% deixando a pergunta sem resposta, 35% citando os professores, 12% a administração e 7% os estudantes. É possível que a grande proporção de “falta de resposta” à segunda parte da pergunta admita uma interpretação positiva, conforme as palavras escritas em um dos questionários: “Não há nenhuma resistência!”.

O obstáculo que aparece em primeiro lugar na escala de importância relativa é a falta de apoio financeiro, identificado em oitenta respostas. Só dois outros obstáculos receberam uma indicação significativa, com um número moderado de respostas, nos dois casos muito inferior ao das referências à falta de recursos: a existência de outras prioridades e a falta de política ou estratégia com esse objetivo, nesta ordem.

4.6 Benefícios e riscos

Entre os benefícios mais importantes e citados com maior frequência encontramos um consenso absoluto no aperfeiçoamento e fortalecimento da qualidade da educação oferecida aos estudantes. Este benefício é citado quase sempre isoladamente, mas com relativa frequência é feita referência também à qualidade da pesquisa. Nesse convite em aberto feito às instituições para indicar os benefícios derivados da internacionalização, encontramos também referência à percepção e compreensão intercultural, à tolerância e ao diálogo, assim como ao melhor preparo dos estudantes para um mundo internacional mais globalizado. Vários outros benefícios são mencionados, inclusive de caráter econômico, e o aumento da competitividade institucional, mas nenhum deles tem grande importância estatística.

Os riscos mostram maior especificidade regional nas instituições da África, da América Latina e do Caribe, assim como de alguns

países europeus em transição, e o caso da “evasão de cérebros” é citado de forma consistente. De modo geral, menos instituições responderam à pergunta sobre os riscos, mas excetuado o tema “evasão de cérebros”, só duas ou três revelaram alguma forma de consenso a respeito da perda de valores locais, da diversidade lingüística e cultural e dos temas em torno do financiamento, incluindo o risco de uma dependência excessiva com relação aos estudantes que pagam taxas.

4.7 Novos desenvolvimentos na internacionalização

Reconhecendo a rapidez com que estão mudando as estratégias que visam à internacionalização, a pesquisa indagou também, mediante uma pergunta que deixava a resposta em aberto: quais instituições podiam ser identificadas como novos desenvolvimentos importantes nesta área. Aqui também, uma análise mais extensa precisará ser feita a respeito das respostas recebidas, mas é notável que o aumento da presença das Tecnologias de Informação e Comunicação, do aprendizado virtual, os cursos conjuntos baseados na tecnologia de informação e a Internet sejam mencionados várias vezes como um importante novo fator no processo de internacionalização. Um segundo grupo de respostas expressou claramente a noção de crescimento e expansão em todos os sentidos – o número de estudantes em movimentação, o número das oportunidades internacionais, o aumento da percepção da necessidade de internacionalizar, etc. Ao mesmo tempo, algumas das respostas se referiram a um deslocamento da quantidade para a qualidade, e não à expansão dos esforços de internacionalização. Para muitas instituições européias, o Processo de Bolonha, ECTS, os vários programas da União Européia, incluindo o Quinto e o Sexto Programas do Quadro de Pesquisa representam um novo desenvolvimento de importância.

5. Desafios, áreas para pesquisa e debate adicionais

Nem sempre é fácil extrapolar, com base em um exame dos temas e desafios levantados pelas instituições, para chegar a um nível

macro, mais genérico. Da mesma forma, essa extrapolação nem sempre pode ter comprovada a sua precisão ou proporciona resultados apropriados, pois os desafios quotidianos dos líderes da educação superior podem não coincidir com as noções de “interesse nacional”, nem refletir tendências importantes no país, na região ou no contexto internacional. Contudo, o ponto de vista institucional é necessário quando buscamos identificar tendências mais amplas, em nível mais macroscópico, pois as ações e táticas escolhidas para a internacionalização começam quase sempre neste ponto. Assim, a seção que segue está baseada em parte nos resultados da nossa pesquisa, mas também, e possivelmente mais ainda, no debate vibrante que tem acontecido em vários foros desde a Conferência de 1998.

Devido à sua natureza global, baseando-nos apenas em reuniões ocorridas recentemente na UNESCO, e especialmente nas duas reuniões do Fórum Global, assim como no debate sobre a internacionalização da educação superior durante a Oitava Consulta UNESCO/NGO sobre Educação Superior, realizada em janeiro de 2003, podemos identificar poucos desafios, que devem servir para estimular uma discussão continuada em um encontro internacional de especialistas em educação superior.

Esses temas são: 1) financiamento; 2) reconhecimento, garantia da qualidade e um quadro internacional de políticas para regulamentar a educação através das fronteiras ou a educação transnacional; 3) interrupção da “evasão de cérebros”, cooperação Norte-Sul e desenvolvimento da capacitação. E, talvez o mais importante, porém menos articulado: 4) a proteção dos valores acadêmicos e dos princípios de cooperação no processo de internacionalização.

5.1 Financiamento

Quando nos referimos seja ao sistema de educação superior, de modo geral, ou especificamente ao processo de internacionalização, o apoio inadequado do setor público à educação superior é um refrão repetido na maior parte da literatura e da discussão sobre o tema.

Essa falha é considerada também como a razão principal para o crescimento das estratégias de internacionalização com motivação comercial, tais como o recrutamento de estudantes pagantes, a exportação de programas e cursos e a criação de franquias ou campi auxiliares. O financiamento insuficiente é também o motivo por que existe nos países em desenvolvimento uma demanda não atendida, que contribui para a importação desses programas ou para o fenômeno do brain drain, a “evasão de cérebros”, quando não há programas disponíveis localmente.

Além da insistência junto aos governos para cumprirem suas responsabilidades, oferecendo educação superior de qualidade mediante a atribuição de recursos públicos adequados a esse setor, serão necessárias pesquisas adicionais e mais debate para encontrar a melhor forma de “explorar” a educação superior privada, não só para o desenvolvimento econômico, mas também para o desenvolvimento humano social sustentável, o que é tão necessário dentro dos sistemas nacionais que contam com instituições privadas com e sem fins lucrativos, assim como para a educação através das fronteiras ou transnacional, onde o investimento privado, visando lucros, desempenha um papel crescente. A pesquisa deve determinar se o crescimento na oferta internacional da educação superior privada aumenta efetivamente o acesso a essa educação. Paralelamente, é preciso analisar se o custeio público da educação superior está sendo mantido e é utilizado para desenvolver a capacitação nas áreas onde a educação superior privada tende a faltar: estudos no campo da saúde, por exemplo. E também mais estratégias de internacionalização movidas pelo mercado precisam ser examinadas para garantir que não estarão prejudicando a capacidade das instituições públicas locais de aprimorar sua qualidade e aumentar sua capacidade ou, ao contrário, se não estariam drenando o sistema público dos professores mais qualificados e dos melhores alunos.

O financiamento da internacionalização e da cooperação internacional é também um requisito absoluto à luz da crescente

importância que tem esta dimensão para a qualidade do currículo e as pesquisas no campo da educação superior. Os resultados da pesquisa da Associação identificam alguns programas de financiamento existentes em nível nacional e regional para apoiar os estudantes e professores e para desenvolver projetos conjuntos ou pesquisas. Ao mesmo tempo, muitas respostas indicam que o financiamento é a principal limitação ao desenvolvimento e à ampliação da internacionalização, a despeito da sua importância.

Muitos dos programas de financiamento mencionados são de natureza regional e valeria a pena questionar se o fato de que as instituições de educação superior enfatizam acima de tudo, de forma significativa, a cooperação regional derivaria da existência desse financiamento regional ou se o seu interesse existiria de qualquer forma na ausência de tal apoio.

Outro aspecto da questão do financiamento que vale a pena examinar mais detidamente é a aparente separação entre os programas financiados pela assistência oficial ao desenvolvimento, que associam instituições de educação superior a outros tipos de mecanismos de financiamento para a internacionalização. Com poucas exceções, esses esquemas cooperativos para a capacitação não são mencionados como uma fonte de apoio. É preciso que haja uma análise corrente do modo como esses tipos de atividade se ajustam às estratégias e aos processos de internacionalização, particularmente tendo em vista a expansão das atividades com apoio comercial orientadas também para os países em desenvolvimento.

5.2 Reconhecimento, garantia de qualidade e um contexto internacional

A expansão da internacionalização e em especial a expansão da educação transnacional ou através das fronteiras nacionais apresenta novos desafios à preocupação com o reconhecimento oficial dos períodos de estudo e das qualificações acadêmicas obtidas fora do país – preocupação que hoje é bem conhecida. Embora essa preo-

cupação não tenha perdido a sua importância, existem cinco Convenções de Reconhecimento regionais, que proporcionam um quadro dentro do qual podem ser feitos progressos para facilitar a mobilidade acadêmica por todo o mundo. No entanto, não há um conjunto semelhante de convenções relativas ao tratamento e reconhecimento de cursos, programas ou mesmo de instituições, enquanto estas cada vez mais se deslocam de um país para outro.

O advento e a expansão da educação transnacional e dos numerosos novos tipos de fornecedores de educação, inclusive universidades virtuais, têm resultado em uma série de novos problemas ligados ao reconhecimento, à regulamentação e à garantia de qualidade dessas instituições, sobretudo quando associados à forma altamente diferenciada como e por quem as instituições de educação superior são autorizadas a funcionar e a conceder graus, nacionais ou estrangeiros.

Há concordância geral entre os especialistas e os interessados na educação superior no sentido de que os mecanismos existentes para regulamentar a educação superior, quase sempre baseados nos países, são inadequados quando abordam novas formas de intercâmbio educacional através das fronteiras. Nesse debate, a opinião de um importante especialista é a seguinte: “O que é preciso é um quadro de política sustentável e genuinamente internacional para tratar com os fornecedores privados e transnacionais, conciliando interesses dos governos nacionais, do tradicional setor público da educação superior, dos fornecedores empresariais, que visam o lucro, e as necessidades da demanda dos estudantes assim como do interesse do público em geral” (Van Damme, 2002, p. 27).

Em certa medida, a inclusão da educação superior como um serviço comercializado pela Organização Mundial de Comércio está estabelecendo o mercado ainda mais firmemente como a principal força regulatória para esse tipo de intercâmbio internacional. No entanto, essa possibilidade encontra forte resistência por parte de muitas organizações, inclusive as principais associações de instituições, além de professores e estudantes para quem o Acordo Geral

sobre o Comércio de Serviços (GATS) não é o meio apropriado para regular esse intercâmbio, primordialmente porque o regime de comércio e o mercado não podem lidar adequadamente com trocas sem motivação comercial, e em boa parte a cooperação internacional nesse terreno recai precisamente fora dessa arena. Além disso, os opositores desse mecanismo regulatório movido pelo mercado temem o seu impacto a longo prazo, e a probabilidade do reforço da tendência de considerar a educação superior como mercadoria, que prejudicará ainda mais o papel que ela desempenha como bem público. Para os que se opõem com mais força à inclusão da educação superior no GATS, um quadro internacional de política baseado na discussão e no empenho dos interessados é uma alternativa que vale a pena perseguir².

De modo geral o desenvolvimento de novas convenções, práticas ou quadros regulatórios relacionados com o reconhecimento internacional ou a garantia de qualidade e intercâmbio requer um debate corrente e abrangente que respeite a diversidade e permita examinar os impactos de longo prazo de certos desenvolvimentos, em uma variedade de contextos. O direito, a responsabilidade, a capacidade e também a necessidade da regulamentação governamental do sistema de educação superior podem diferir de um país para outro, como diferem as abordagens e interesses nacionais, em vários pontos – inclusive a validação de créditos e a garantia de qualidade. Ao tratar deste assunto, os interesses do “país-meta” (quase sempre um país em desenvolvimento) precisam ser levados em conta, tendo possivelmente um papel central e determinante. Também neste debate é preciso encontrar o lugar apropriado para o mercado, que pode ser adequado à regulamentação dos supridores privados de educação superior, em contraste com as medidas de política governamental,

² Atualmente, as seguintes organizações estão elaborando um projeto de Quadro Internacional de Políticas a Respeito da Educação Superior Através das Fronteiras: *American Council on Education (ACE)*, *Association of Universities and Colleges of Canada (ACC)*, *European University Association (EUA)*, *Commission of Higher Education Accreditation (CHEA)* e *International Association of Universities (IAU)* – esta última a responsável por este trabalho.

estas últimas mais aptas à proteção do público e ao atendimento das necessidades sociais. Encontrar esse lugar apropriado significa “escolher se a garantia da qualidade internacional será baseada na ética do mercado, que toma como referência o acordo contratual entre a vontade dos compradores e dos vendedores de educação superior, ou se será movida pelo espírito do internacionalismo na educação superior, cuja premissa é a cooperação entre as diferentes partes envolvidas ...” (Singh, 2002, pp. 186-7)

5.3 Contenção da “evasão de cérebros”, cooperação Norte-Sul e desenvolvimento da capacitação

A diversificação das formas da internacionalização, e em particular a expansão do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação e da educação através de fronteiras, que diminuem potencialmente a necessidade de se deslocar por longos períodos de estudo fora do país, podem proporcionar respostas parciais ao problema atual da “evasão de cérebros”. No entanto, não é certo que esse “contrapeso” baste para combater o advento de um mercado global da educação superior, uma vez que a maioria dos países da OCDE estão assistindo ao declínio da sua população e a uma escassez de acadêmicos. Por outro lado, até hoje não foi possível demonstrar que quando as instituições universitárias criam filiais do seu campus ou se associam localmente para proporcionar cursos e programas em um país em desenvolvimento possam atender a demanda desse país ou contratar professores locais de forma significativa, evitando assim que muitas pessoas já qualificadas ou que estão em busca de uma educação superior deixem o país.

Com efeito, a evasão de pessoas de alta qualificação e competência é o risco trazido pela internacionalização mais citado em todas as respostas provenientes da África. Particularmente no continente africano, onde a “evasão de cérebros” e também a epidemia de HIV-Aids têm devastado literalmente muitas regiões, atingindo o setor educacional (em todos os níveis) de forma especialmente severa,

há necessidade urgente de examinar todas as medidas e iniciativas que possam interromper esse fluxo, se ele não for revertido. Embora muitos se queixem da escassez de dados reais sobre o “brain drain”, há evidência avassaladora de que são em grande maioria as pessoas altamente educadas que estão deixando os países africanos, quase sempre os que têm educação terciária.

Dois relatórios recentes indicam que cada ano cerca de vinte mil profissionais deixam a África, sendo substituídos por estrangeiros, o que custa ao continente 4 bilhões de dólares por ano. O segundo desses relatórios afirma que a África já perdeu um terço dos seus profissionais capacitados. Cerca de 23.000 profissionais acadêmicos qualificados emigram cada ano em busca de melhores condições de trabalho, ou para escapar de perseguição³. Não é só a África que experimenta essa evasão. A situação é semelhante nos países em desenvolvimento da América Latina, Ásia e Europa do Leste. Até a China e a Índia expressam preocupação com o “brain drain”, embora nesses países os efeitos possam não ser tão devastadores, e a probabilidade do retorno ao país seja melhor (Solomon, Akerblom, Thulstrup, 2003).

A mobilidade acadêmica internacional exige a plena participação de estudantes e acadêmicos dos países em desenvolvimento, que enriquecem tanto as instituições que visitam como aquelas às quais retornam. No entanto, um exame crítico e uma avaliação das metas e razões por trás da concessão de bolsas de estudo, do intercâmbio e da associação de instituições, ou mesmo dos programas vinculados de capacitação, podem evidenciar a necessidade de garantir como o planejamento desses mecanismos leva em consideração o risco de que os seus beneficiários, estudantes ou jovens professores, permaneçam no exterior. Poder conter a “evasão de cérebros” é um pré-requisito para o impacto sustentável de qualquer projeto de desenvolvimento e deve haver uma ênfase muito maior na criação de

³ Comentário da BBC sobre relatório da Universidade de Natal (África do Sul), em 17 de outubro de 2001.

programas que impeçam a evasão de pessoas qualificadas, propiciando incentivos para que os beneficiários permaneçam no seu país de origem, fortalecendo assim a capacidade local de forma sustentável.

Reconhecendo que nenhum incentivo terá êxito de forma duradoura a não ser que melhorem as condições locais dos acadêmicos, pesquisadores e estudantes graduados, mais pesquisas precisam ser feitas para que os projetos e programas de internacionalização, envolvendo instituições de países em desenvolvimento, atendam aos seus objetivos de capacitação e fortalecimento institucional, contribuindo desta forma para tornar os países em desenvolvimento mais atraentes a seus próprios estudiosos e acadêmicos, mesmo os que já estejam há algum tempo no exterior. Essas pesquisas precisam ser feitas pelos especialistas dos mesmos países e instituições que sofrem com o êxodo de profissionais. É preciso obter resposta urgente às seguintes perguntas:

- 1) As condições das bolsas de estudo oferecidas a estudantes e pesquisadores dos países em desenvolvimento são concebidas de forma a desestimulá-los a permanecer fora do seu país, já que o objetivo desses programas é desenvolver a capacidade nacional?
- 2) Incluídos nesses programas há meios suficientes para garantir que tais programas estão associados à carreira profissional ou científica do estudante no seu próprio país?
- 3) Que incentivos podem ser utilizados, e o são, para estimular o retorno do estudante à instituição de origem?
- 4) Que mecanismos permitem estabelecer e manter contato com as instituições onde os bolsistas estudaram sem que estes fiquem no exterior em caráter permanente?
- 5) Quais os programas existentes que conseguem trazer de volta a seus países bolsistas africanos, latino-americanos e asiáticos altamente qualificados?
- 6) Deve continuar o recrutamento ativo de estudantes, cientis

tas e profissionais que trabalham em setores onde os países em desenvolvimento exigem a sua presença? Em caso afirmativo, deve-se pensar em uma compensação para esse processo de “extração de recursos”?

- 7) Os países industrializados estão aplicando atenção e recursos suficientes nos programas de desenvolvimento da capacitação na educação superior?
- 8) Qual o apoio existente para a cooperação regional Sul-Sul e para a criação de redes e centros de excelência com massa crítica de recursos para atrair e manter estudantes graduados e cientistas dos países em desenvolvimento da região?

Além disso, um aspecto crítico consiste em promover um diálogo mais freqüente dos que trabalham na área de capacitação e na cooperação para o desenvolvimento internacional com os que planejam programas de mobilidade, desenvolvem a educação transnacional ou através das fronteiras e estabelecem universidades virtuais nos países em desenvolvimento. Parece haver um divisor na comunidade acadêmica, separando os que trabalham com temas relativos à internacionalização dos que contribuem para o desenvolvimento internacional e a capacitação nos países em desenvolvimento, ou que analisam o papel do conhecimento no processo de desenvolvimento. Esse divisor é um hiato prejudicial à criação de estratégias apropriadas de internacionalização, que incluam também o desenvolvimento de instituições nacionais de educação superior, suas necessidades e a sua contribuição. Como todos os hiatos, será muito vantajoso construir pontes de cooperação frutífera para atravessá-lo.

5.4 Salvaguardando os valores acadêmicos e os princípios de cooperação na internacionalização

É evidente que a internacionalização da educação superior que atribui a maior ênfase à sensibilidade intercultural e à percepção internacional na experiência oferecida aos estudantes em sala de aula

ou no laboratório, e entende a necessidade de que os seus serviços funcionem também em uma dimensão internacional, acentua ao máximo os valores acadêmicos. O intercâmbio recíproco de estudantes e o desenvolvimento de currículos conjuntos, assim como os programas de graduação dupla, parecem também integrar princípios de cooperação e parceria.

Assim, por que nos preocupamos com os valores acadêmicos e os princípios da cooperação? O motivo principal, e talvez único, é a competição. Quando, por qualquer razão, as instituições desenvolvem estratégias de internacionalização motivadas também por razões financeiras, a vigilância no sentido de que os valores acadêmicos não sejam sacrificados passa a ser uma necessidade real, porque, de certo modo, a medida do sucesso dessas metas muda. No recrutamento dos estudantes que pagam taxas, a participação no mercado se torna importante, como a eficiência em termos de custo e possivelmente também em economias de escala na oferta de programas de educação a distância e na criação de filiais no exterior do campus principal. Além disso, a competição pela excelência ou pela receita tende também a deslocar a natureza cooperativa e de colaboração do intercâmbio internacional que caracteriza as estratégias tradicionais de internacionalização; e embora isto possa expandir a inovação e a experimentação, pode também inadvertidamente criar exclusão.

A globalização exerce sua influência sobre todas as atividades, inclusive na educação superior e também fortalece o ambiente competitivo em todas as esferas. E assim como o Acordo GATS trouxe a educação para a política comercial, pode-se argumentar que a educação superior se encontra agora mais claramente na esfera da política econômica e não da política educacional ou social, particularmente devido ao aumento dos tipos de supridores privados. Outra vez essa mudança exige que lembremos continuamente os valores tradicionais e fundamentais que sustentam a maioria das instituições educativas: um compromisso com a busca do conhecimento e a excelência científica, o acesso baseado no mérito e a

aceitação das responsabilidades sociais que incluem o sentido de solidariedade com as instituições de educação superior dos países menos desenvolvidos.

Neste contexto, e sem que fiquem no primeiro plano esses valores e princípios de cooperação visando alcançar benefícios mútuos, parece impossível atingir a espécie de cooperação e as parcerias internacionais propostas em 1998 pela Declaração e pelo Plano de Ação e reiteradas desde então em numerosas oportunidades. Pelo contrário, há o perigo de que ao contrário da internacionalização erigida sobre essas premissas, que procura abrir as instituições universitárias para o mundo, movidas pela compreensão, pelo diálogo e pelo respeito das outras maneiras de pensar, as instituições de educação superior se tornem mais e mais globalizadas ou adotem táticas mais apropriadas a uma megaempresa de programas de computação ou a uma companhia mundial de seguros de vida do que a uma universidade. Como essas táticas poderão admitir os valores tradicionais e os princípios da educação superior e se deixarão espaço e recursos para expandir programas de mobilidade, mudança de currículo, cooperação para o desenvolvimento e projetos de capacitação são questões que precisam também ser examinadas continuamente nas diferentes partes do mundo.

6. Conclusões

O presente trabalho sobre a internacionalização oferece uma breve análise dos desenvolvimentos recentes e das tendências gerais que ocorrem na educação superior e que estão influenciando a forma como as instituições se internacionalizam. Levando em conta o fato de que a internacionalização da educação superior é apenas um conceito, usado pelos especialistas neste campo para descrever a variedade crescente de abordagens ao intercâmbio internacional, são discutidos alguns aspectos das definições desses conceitos e abordagens.

Os resultados e conclusões do trabalho se baseiam no exame dessas tendências, mas são suplementados pelos resultados preliminares

da pesquisa institucional, realizada pela Associação Internacional de Universidades com respeito às estratégias de internacionalização dos seus membros. Com base nesses resultados, um segundo conjunto de conclusões, relativas aos desafios e às questões que estão exigindo a atenção de todos os interessados na comunidade, é apresentado no nível macro, incluindo problemas que os responsáveis pelas políticas, os líderes do campo da educação superior e os especialistas precisam continuar a examinar em conjunto, e na medida do possível em um fórum global como o oferecido pela UNESCO.

É essencial que essas discussões abarquem verdadeiramente todos os interessados, e que sejam internacionais, porque, em suma, cada vez mais podemos falar de um setor da educação superior internacional ou de uma comunidade global da educação superior. Muitos dos impactos de longo prazo de ações universitárias isoladas ou adotadas por um conjunto de países serão sentidos bem longe, nos lugares para os quais são enviados estudantes, programas ou ambos. Além disso, o Processo de Bolonha introduziu, entre outras mudanças, programas acadêmicos estruturados da mesma forma e práticas para a transferência de créditos em mais de trinta países – o que é apenas um exemplo da concessão feita pelas autoridades nacionais à fixação de políticas internacionais no campo da educação superior, embora seja o mais profundo. Há outros exemplos, mais modestos, e outros ainda se seguirão.

Pode-se afirmar com segurança que, tanto no mundo acadêmico como no governo, todos consideram a internacionalização da educação superior como uma direção para o desenvolvimento ulterior desse nível educacional. As oportunidades apresentadas pela educação internacional, a co-participação no conhecimento, a formação de redes acadêmicas e o enriquecimento curricular são alguns dos benefícios usualmente citados com respeito à internacionalização. No entanto, nem tudo é positivo, e à medida que o processo de globalização exerce sua pressão, alguns desafios se tornam também mais visíveis. O financiamento pode resultar em uma erosão da idéia

da educação superior como bem público; o fortalecimento da competição pode reduzir a cooperação entre as instituições, em lugar de ampliá-la; a promoção da diversidade cultural será prejudicada pela expansão da língua mais forte e da cultura dominante; a chamada “evasão de cérebros” aumentará à medida que o mercado de trabalho acadêmico se unifique: estes são alguns dos possíveis perigos, mais evidentes, de uma maior internacionalização.

Ao mesmo tempo, ao crescer em importância, a internacionalização se desloca da margem para o centro das preocupações institucionais. Nesse deslocamento, porém, assume novas formas, de caráter empresarial, como este trabalho mostra, e se enreda com outros processos tais como a transformação em mercadoria, a privatização, a competição e a formação de alianças entre vários setores; precisa então ser analisada e discutida juntamente com essas tendências. Por meio dessa abordagem, teremos condições de verificar que a internacionalização da educação superior, como uma das formas criativas com que o setor e suas instituições respondem à globalização, na verdade, aproximou-se do que chamaríamos mais apropriadamente de “globalização” da educação superior, especialmente se as estratégias de internacionalização mais empresariais continuarem a se desenvolver. Quando isso vai ocorrer (se podemos saber que ocorreu, e como) são questões que vale a pena explorar.

REFERÊNCIAS

- ALTBACH, P. G. Globalization and the University: myths and realities in an unequal world, *Current Issues in Catholic Education*, n. 23, p. 5-25, winter, 2003.
- BOND, S. L. et al. *A New World of Knowledge*. Ottawa: IDRC, 1999.
- BRETON, G. et al. *Universities and Globalization: private link-*

ages, public trust. Paris: UNESCO, IAU, World Bank, OECD, PUL, 2003.

CURRIE, J. et al. (Eds.). *Globalizing Practices and University Responses: European and Anglo-American Differences*. [n.p.]: Praeger, 2003.

DE WIT, H. *Changing Rationales for the Internationalization of Higher Education*, Papers in Higher Education. Bucharest: UNESCO/CEPES, p. 9-21, 2000.

EGRON-POLAK, E. *Universities in the New Global Economy: actors or spectators?* Toronto: University of Toronto Press, 2003. (mimeografado).

GAILLARD, J. et al. *Africa*. In: UNESCO. *World Science Report*, 2002. Paris: UNESCO, 2003.

KNIGHT, J.; DE WIT, H. *Internationalization of Higher Education in Asia Pacific Countries*. Amsterdam: European Association for International Education, 1997.

MARQUEZ, A. M. *The Impact of Globalization in Higher Education: the Latin American context*. In: TRUMBIC, S. U. (Ed.). *Globalization and the Market in Higher Education*. Paris: UNESCO, 2002. p. 83-94.

MOHAMEDBHAI, G. *Globalization and its Implications on Universities in Development*. In: BRETON, G. et al. *Universities and Globalization: private linkages, public trust*. Paris: UNESCO, IAU, World Bank, OECD, PUL, 2003.

MOJA, T. *Globalization Apartheid: the role of higher education in development*. In: BRETON, G. et al. *Universities and Globalization: private linkages, public trust*. Paris: UNESCO, IAU, World Bank, OECD, PUL, 2003.

SOLOMON, T. et al. *Chemistry in the Developing World*. *Analytical Chemistry*, p. 107-113, 1 Mar. 2003.

UNESCO. Higher Education in the 21st. Century: vision and action; final report. Paris: UNESCO, WCHE, 1998.

VAN DAMME, D. Outlooks for the International Higher Education Community in Constructing the Global Knowledge Society. In: FIRST GLOBAL FORUM ON INTERNATIONAL QUALITY ASSURANCE, ACCREDITATION AND THE RECOGNITION OF QUALIFICATIONS IN HIGHER EDUCATION, Paris, Oct. 2002. Annals. Paris: UNESCO, 2002.

VAN DER WENDE, M. Internationalizing the Curriculum in Dutch Higher Education: an international comparative perspective. Netherlands, University Utrecht, 1996.

ANEXO

Rumo a um século de cooperação:
a internacionalização da educação superior
(Declaração da Associação Internacional de Universidades)

1998

Preâmbulo

Muitas vezes se tem admitido implicitamente que as universidades são por sua natureza internacionais. O caráter universal do conhecimento, uma longa tradição de cooperação e colegiado internacional na pesquisa, os deslocamentos de professores e estudantes desde a Antigüidade têm criado essa impressão. Conscientes de que ela só em parte reflete a realidade quotidiana das instituições de educação superior em todo o mundo, e observando que a internacionalização da educação superior é hoje, mais do que nunca, um objetivo meritório, a Associação Internacional de Universidades

deseja reafirmar seu compromisso com esse esforço e conclamar todos os interessados a contribuir para a sua realização.

Ao nos aproximarmos do século XXI, os homens e as mulheres de todo o mundo enfrentam muitos desafios importantes, à medida que interagem com indivíduos, com grupos e a natureza. A globalização do comércio, da produção e das comunicações criou um mundo altamente interconectado. No entanto, os tremendos fossos existentes entre os ricos e os pobres continuam a se ampliar tanto dentro das nações como entre elas. O desenvolvimento sustentável continua a ser uma meta evasiva, de longo prazo, sacrificada muitas vezes por ganhos de curto prazo.

É imperioso que a educação superior proponha soluções para os problemas existentes, e inove com o objetivo de evitar problemas futuros. Espera-se que a educação superior contribua nos terrenos econômico, político e social para elevar a qualidade de vida em todo o mundo. Preencher esse papel de forma efetiva e manter a excelência exigem que a educação superior se torne bem mais internacional; ela precisa acolher uma dimensão internacional e intercultural nas funções de ensino, pesquisa e serviço.

A preparação dos futuros cidadãos e líderes de um mundo marcado por grande interdependência exige um sistema de educação superior no qual a internacionalização promova a diversidade cultural e o entendimento entre as culturas, o respeito e a tolerância entre os povos. Essa internacionalização da educação superior contribui para formar blocos regionais politicamente poderosos e economicamente competitivos; representa um compromisso com a solidariedade internacional e a segurança humana e contribui para formar um clima de paz global.

Os progressos tecnológicos nas comunicações são instrumentos poderosos que podem servir para promover a internacionalização da educação superior e para democratizar o acesso às oportunidades. No entanto, na medida em que o acesso às novas tecnologias de informação permanece distribuído desigualmente no mundo, os

efeitos secundários adversos causados pela difusão do seu uso podem ameaçar a diversidade cultural e ampliar os hiatos existentes na produção, difusão e apropriação do conhecimento.

Em todo o mundo, contar com pessoal altamente educado e fazer pesquisa no nível mais alto são elementos essenciais para um desenvolvimento baseado cada vez mais no conhecimento. A internacionalização e a cooperação internacional podem servir para aprimorar a educação superior, mediante maior eficiência no ensino e no aprendizado, assim como na pesquisa, por meio de esforços compartilhados e ações conjuntas.

Fundada para promover a cooperação internacional entre instituições de educação superior, a Associação Internacional de Universidades observa que, a despeito da universalidade do conhecimento, que sempre serviu para afirmar a natureza internacional da educação superior, o seu nível de internacionalização continua baixo e desigual. Além disso, a cooperação internacional tem tido um impacto relativamente pequeno na riqueza global e na distribuição de recursos no mundo, mesmo no campo da educação superior. Pior ainda, a “evasão de cérebros” para o exterior e outras conseqüências negativas de atividades de cooperação mal planejadas têm chegado às vezes a exacerbar as condições em que se encontram as nações em desenvolvimento. Mais recentemente, os interesses comerciais e financeiros ganharam preeminência no referido processo de internacionalização, e ameaçam deslocar os aspectos menos utilitaristas, embora igualmente valiosos, dessa transformação necessária e enriquecedora da educação superior.

ANEXO

Recomendações

Reconhecendo a urgência de tomar ações positivas, a Associação Internacional de Universidades recomenda que:

1. ao determinar suas ações, as instituições de educação superior tomem a iniciativa no processo de internacionalização, em lugar de reagir às forças externas globalizadoras, como o mercado;
2. com o apoio ativo de todos os níveis da comunidade acadêmica, os líderes da educação superior desenvolvam políticas institucionais claras de internacionalização, assim como programas vistos como parte integrante do funcionamento da instituição, e nessa condição contem com financiamento interno e externo adequado;
3. esse apoio seja facilitado pela criação de um Fórum sobre a Política de Internacionalização, pela Associação Internacional de Universidades e seus Membros e Parceiros institucionais, para intercâmbio de idéias e experiência;
4. o currículo da universidade reflita a preparação de cidadãos internacionais, por meio da facilitação da competência em línguas; a compreensão dos temas globais, internacionais e regionais; a preparação de especialistas em áreas necessárias tais como a tecnologia e a ciência da informação, a paz e solução de conflitos e o desenvolvimento sustentável, assim como as necessidades curriculares especiais dos estudantes internacionais;
5. focalizada, como é o caso, no desenvolvimento de recursos humanos, a cooperação Norte-Sul na educação superior seja reconhecida como um instrumento importante da luta contra a desigualdade entre as nações, os povos e os grupos, e receba apoio e financiamento adequados das agências nacionais de desenvolvimento, das organizações intergovernamentais e das fundações privadas;
6. os programas de mobilidade acadêmica desenvolvidos dentro de determinadas regiões (Europa, Ásia, América do Norte), altamente exitosos e de grande valia, continuem a servir como catalistas e modelos para expandir esses fluxos

- mais amplamente a um número sempre crescente de indivíduos e instituições, em nível global. Devem ser feitos esforços para promover a expansão dos programas de mobilidade acadêmica nas outras regiões do mundo (África, Oriente Médio, América Latina), e para ampliar os programas inter-regionais de cooperação entre universidades;
7. as instituições de educação superior adotem medidas ativas para garantir a qualidade do processo de internacionalização, usando a competência existente na avaliação da qualidade desenvolvida por várias organizações, e que a Associação Internacional de Universidades divulgue entre os seus membros a existência desses projetos e contribua para o desenvolvimento de um grupo de especialistas disponível para participar em equipes de revisão;
 8. a expansão do desenvolvimento da exportação da educação seja conduzida dentro de códigos éticos internacionais de boas práticas acompanhada por pesquisas para avaliar seu impacto educacional e econômico, bem como para sustentar o controle de qualidade;
 9. a competência e a experiência dos professores aposentados e dos estudiosos seja mobilizada e compartilhada através da divisão Norte-Sul em um programa voluntário de Acadêmicos sem Fronteiras, a ser facilitado pela Associação Internacional de Universidades e pela UNESCO;
 10. a UNESCO, os governos nacionais e as instituições educacionais demonstrem seu compromisso com a cooperação internacional no campo da educação superior, dentro das respectivas áreas, implementando políticas que removam obstáculos à mobilidade, tais como normas muito rigorosas para a concessão de visto, práticas restritivas ao reconhecimento acadêmico e outras normas que impeçam o fluxo de estudantes e acadêmicos; e

11. a fundamentação de todos os programas de internacionalização no princípio da parceria entre iguais, com a promoção da competência intercultural e de uma cultura de paz entre cidadãos globais.

* * *

REUNIÃO DOS PARCEIROS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO SUPERIOR +5

Unesco, Paris, 23-25 de junho de 2003

Relatório Geral

Apresentado pelo Sr. Jacques Proulx

Membro do Comitê Internacional de Seguimento da Conferência Mundial sobre Ensino Superior

26 de junho de 2003

*Senhoras e Senhores,
Distintos Parceiros na Educação Superior
Senhor Presidente,*

É minha honra e responsabilidade apresentar-lhes, em forma sumária, os preparativos preliminares, as intervenções, debates e recomendações desta reunião. As mensagens que emergem das suas deliberações são por vezes claras e convergentes, enquanto em outros casos são mais diversificadas, refletindo o mundo plural que representamos.

Mais de 400 representantes de 120 países participaram da Segunda Reunião dos Parceiros na Educação Superior realizada em Paris, na sede da UNESCO, entre 23 e 25 de junho de 2003. Eles representavam os pontos focais nacionais para o prosseguimento da Conferência Mundial sobre Educação Superior, várias Organizações Intergovernamentais e ONGs, membros da comunidade acadêmica mundial, estudantes e responsáveis por decisões políticas. Os membros dos Comitês de Acompanhamento Internacional e Regional estavam também presentes, assim como membros do Secretariado da UNESCO, lotados na sede e no campo.

Os participantes tomaram nota do amplo trabalho desenvolvido pela UNESCO na preparação da Reunião, mais especialmente dos documentos elaborados tendo em vista facilitar os debates.

A abertura da reunião

No seu discurso de abertura, o Senhor Koichiro Matsuura, Diretor-Geral da UNESCO, lembrou os objetivos da Reunião: rever o caminho coberto durante os cinco anos transcorridos desde a adoção da Declaração Mundial sobre a Educação Superior e reforçar o Quadro de Ação prioritária, adotado em 1998.

A questão da qualidade continua a ser uma preocupação importante, à luz das rápidas mudanças ocorridas na educação superior, notadamente a sua massificação, a adoção de novos métodos e instrumentos de ensino, a emergência de novos supridores e o aumento da comercialização da educação desse nível.

A educação superior precisa reforçar sua contribuição para alcançar as metas estabelecidas pelo programa Educação para Todos, especialmente através da pesquisa, do treinamento de professores, da renovação de programas e do emprego das tecnologias de informação e comunicação. Com respeito à sua contribuição ao desenvolvimento, ela precisa ser concebida no contexto da globalização, que solicita ligações estreitas entre os níveis de ação local, nacional, regional e mundial.

As necessidades urgentes dos países em desenvolvimento e dos países em transição com respeito à educação superior e à pesquisa exigem uma abordagem integrada, baseada em ampla cooperação internacional. A reunião dos Parceiros na Educação Superior poderia ajudar a definir a forma como essa ação seria concebível.

As estruturas e os mecanismos estabelecidos e as iniciativas tomadas pela UNESCO, notadamente o Fórum Global sobre Garantia de Qualidade, Validação de Créditos e Reconhecimento de Qualificação na Educação Superior, os Recursos Educacionais Livres (OER), o Fórum sobre o Conhecimento e a Pesquisa na Educação Superior, o Programa de Cátedras UNITWIN/UNESCO oferecem

uma plataforma para o diálogo e são ao mesmo tempo instrumentos de ação para alcançar os objetivos fixados.

Sua Alteza Sheika Mozah bint Nasser Abdallah Al-Misnad, Embaixadora da UNESCO para a Educação Básica e Superior, enfatizou no seu discurso a estreita relação existente entre democracia e educação, insistindo na contribuição da educação superior nesse domínio. A educação superior deveria educar cidadãos plenamente comprometidos com a promoção do desenvolvimento, da paz, do entendimento entre as nações e a democracia. A democracia deveria basear-se no espírito crítico e na criatividade, valores fundamentais que estão sendo levados em conta na reforma da educação em Qatar, em sincronia com a herança da tradição islâmica. Propôs fosse criado um fórum internacional devotado à relação entre educação e democracia, para fortalecer a potencialidade e facilitar a integração nesse domínio.

Sua Alteza sugeriu também a criação de um Fundo Internacional para proporcionar assistência imediata e de longo prazo à educação superior no Iraque. Qatar fará a primeira contribuição para esse Fundo, aberto a doadores interessados de todo o mundo, e o Japão já anunciou seu apoio. A administração do Fundo está posta sob a responsabilidade conjunta da UNESCO e dos vários doadores.

No discurso principal da reunião, o Professor Cristovam Buarque, Ministro da Educação do Brasil, propôs uma profunda renovação da universidade, baseada no princípio fundamental de que “o conhecimento não é uma mera acumulação de dados, fatos, capacitação e competência; é um fluxo contínuo e, portanto, inerentemente efêmero”. Como em qualquer momento, o conhecimento tem vida curta, os diplomas universitários não podem mais servir como um “passaporte para toda a vida” dos seus possuidores. Sua validade exige constante renovação da competência.

O próprio conceito de universidade precisa ser alterado. As universidades precisam mudar sua natureza elitista e isolada; precisam deixar a sua torre de marfim para aproximar-se da maioria da

população. As universidades precisam ser globais e regionais, assim como nacionais em suas preocupações; seu ambiente é a totalidade do planeta.

Para reconquistar o seu dinamismo, as universidades têm que antecipar o futuro no uso de métodos e instrumentos educativos, mas não devem ser transformadas em meras “fábricas de conhecimento”, porque correriam assim o risco de embrenhar-se em um caminho que levaria à exclusão de parte da humanidade.

Para construir essa nova universidade, o mundo espera muito da juventude. Não uma juventude conservadora, mas uma “juventude rebelde”, que pode alimentar e promover essa renovação.

É necessário proclamar um dia internacional de reflexão sobre o futuro da universidade. É necessário desenvolver a solidariedade entre os países ricos e os pobres para o desenvolvimento da educação superior. É necessário mudar de direção com respeito à universidade, para mudar o rumo da humanidade.

Apresentações e debates em sessão plenária

As apresentações em sessão plenária pelos representantes das várias regiões e pelos parceiros da UNESCO acentuaram a persistente relevância da Declaração Mundial adotada em 1998 e identificaram mudanças importantes no contexto da educação superior ocorridas desde então. Dessas apresentações e dos debates subseqüentes, um certo número de tensões foi identificado no mundo da educação superior, a saber, tensões entre:

- a permanência e a mudança;
- a unidade e a diversidade;
- a abertura ao mundo circunjacente e o recolhimento em si mesma;
- as preocupações globais e locais;
- as instituições públicas e privadas;
- o papel do estado e o papel do mercado.

Foram também focalizados desafios relacionados com o finan-

ciamento, a necessidade de garantir a qualidade, a persistência das barreiras ao intercâmbio, os temas relativos à propriedade intelectual, a necessidade de reforçar a capacidade de pesquisa no Sul e a maior equidade no recrutamento de pessoal.

As apresentações e os debates salientaram que há dois caminhos abertos para a educação superior no mundo:

- continuar em um sentido que gera a exclusão, abandona o sistema às forças do mercado e debilita a democracia;
- proceder a uma mudança de rumo, de modo a fortalecer o papel da educação superior na construção de uma civilização que integre a modernidade sem o efeito oposto da exclusão social, com ação concertada a serviço das populações e do desenvolvimento sustentável, movendo-se no sentido de uma distribuição justa e tomando decisões que não ignorem os interesses da maioria.

Cinco anos depois da Conferência Mundial sobre Educação Superior, esses debates nos permitem reafirmar a visão adotada pela Conferência Mundial e reforçar a ação em resposta a novas mudanças e desafios. Várias direções importantes para a ação podem ser identificadas, e as principais são as apresentadas adiante:

1. O papel crescente da educação superior nas sociedades modernas

A Conferência Mundial enfatizou o papel da educação superior como um fator fundamental e uma força motriz do desenvolvimento nas sociedades de conhecimento intensivo. Desenvolvimentos posteriores à Conferência reforçaram a percepção desse papel, que é agora reconhecido unanimemente. Em nenhuma época da história da humanidade, o bem-estar das nações dependeu de forma tão direta da qualidade e da abrangência dos seus sistemas e instituições de educação superior.

Todos os países precisam de sistemas viáveis de educação superior para enfrentar os desafios de um mundo competitivo e cada vez mais globalizado. Esses sistemas são particularmente importantes para os países em desenvolvimento, que continuam a exibir uma defasagem considerável com relação aos países desenvolvidos industrialmente, no que se refere à educação superior e à pesquisa: eles precisam com urgência expandir sua educação superior de forma maciça para evitar a marginalização e a exclusão.

Tendo em vista, de um lado, o papel mais importante da educação superior no desenvolvimento econômico, político, social e cultural e, de outro lado, a precariedade da sua situação nos países em desenvolvimento e nos países em transição, há uma crescente percepção da necessidade de adotar ação concertada e integrada, em nível global, em favor do desenvolvimento dessa educação. O que poderia levar a um Programa para o Desenvolvimento e Cooperação na Educação Superior, de caráter global, que poderia basear-se no compromisso dos governos, da comunidade internacional e de todos os interessados. A UNESCO deveria tomar a iniciativa de lançar esse Fundo, formando alianças com os principais IGOs, dentro e fora do sistema das Nações Unidas, com as Organizações Não-Governamentais e a comunidade acadêmica de modo geral. O Programa deveria beneficiar-se da experiência obtida por meio da Educação para Todos, esforço ao qual está indicado a contribuir de forma direta.

2. Ampliando o papel da educação superior no desenvolvimento sustentável

A Conferência Mundial enfatizou o papel da educação superior no desenvolvimento sustentável nos níveis local, nacional, regional e global. A proclamação, em 2002, da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014) proporciona um quadro favorável para essa ação renovada com todos os parceiros relevantes, inclusive a Parceria Global da Educação Superior para a Sustentabilidade

e o Grupo da Declaração de Ubuntu, ambos lançados na Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (Johannesburg, 2002), com apoio ativo da UNESCO.

Dentro desse contexto desafiador, recomenda-se o lançamento de uma iniciativa de larga escala, com o propósito de mobilizar as instituições de educação superior de todo o mundo para criarem, em conjunto, um espaço de aprendizado global para o desenvolvimento sustentável, baseado em centros locais e regionais e núcleos de excelência, que deveriam reunir todos os níveis e setores da educação, inclusive a educação não-formal e a não-regular.

3. Movendo-se rumo a um espaço para a educação superior global mediante a cooperação e a co-participação

Os processos de globalização impulsionam a educação superior e a pesquisa para que se tornem também globais. Em todas as regiões, notam-se tendências convergentes na educação superior; algumas regiões (por exemplo, a Europa) se desenvolvem mais depressa do que outras. Em conseqüência, a “educação superior sem fronteiras” surge como uma realidade. Trata-se de um processo histórico objetivo que traz consigo um grande potencial, envolvendo também certos riscos. Em todo o mundo, essa convergência pode ajudar a melhorar a qualidade da educação superior e, de modo geral, facilita o reconhecimento dos estudos e qualificações, aumentando assim a mobilidade e a cooperação internacional. A UNESCO deveria, portanto, encorajar e promover as tendências convergentes que valorizam a qualidade na educação superior, nos níveis regional e mundial. No entanto, de forma alguma essa convergência deveria afetar ou reduzir a diversidade da educação superior em todo o mundo, que deriva de necessidades específicas nacionais e locais, da história e das tradições.

O principal desafio da nossa época consiste em garantir que a educação superior mundial e as áreas de pesquisa em cuja direção estamos encaminhando preservem a diversidade, rejeitem a unifor-

midade e estimulem a cooperação e a co-participação, fortalecendo deste modo os sistemas e instituições nacionais.

As ações práticas destinadas a desenvolver uma educação superior e uma área de pesquisa no mundo deveriam ter por objetivos:

- Reforçar o ensino, o treinamento e a capacidade de pesquisa das instituições de educação superior nos países em desenvolvimento, mediante um esforço cooperativo e várias formas de cooperação Sul-Sul e Norte-Sul.
- Preencher o hiato de conhecimento, mediante estruturas e mecanismos apropriados, tais como o Programa de Cátedras UNITWIN/UNESCO, que associa iniciativas institucionais e individuais, reforçando assim a ação.
- Aliviar a “evasão de cérebros”, conforme a iniciativa dos Acadêmicos sem Fronteiras, que está sendo desenvolvida pela UNESCO, juntamente com o esquema de “voluntários da universidade”.

4. O papel das tecnologias de informação e comunicação na educação superior

O impacto das tecnologias de informação e comunicação na educação superior mostrou ser mais rápido, mais complexo e abrangente do que se esperava cinco anos atrás. O seu potencial de aumento do acesso à educação superior, de redução de custos, de renovação das formas de fornecimento e dos métodos de ensino/aprendizado é reconhecido unanimemente pela capacidade de fortalecer a função de pesquisa da educação superior e de facilitar a cooperação e os vínculos internacionais.

No entanto, usar plenamente esse potencial exige medidas para garantir o amplo acesso às tecnologias de informação e comunicação pelas instituições de educação superior dos países em desenvolvimento.

A UNESCO assistirá também os Estados Membros e as instituições, particularmente nos países em desenvolvimento e nos países em transição, a usar plenamente os recursos das tecnologias de informação e comunicação, especialmente através da iniciativa Recursos Educacionais Livres, que tem por objetivo servir como mecanismo de capacitação tecnológica para o uso livre, não-comercial, de recursos educacionais. Essa iniciativa será expandida e transformada em um movimento de larga escala e em uma campanha internacional em favor da educação superior dos países em desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, recomenda-se seja dado um apoio vigoroso às instituições baseadas nas tecnologias de informação e comunicação (universidades abertas e virtuais, nacionais e regionais) criadas nos países em desenvolvimento, de modo que sua potencialidade seja plenamente utilizada.

5. O desenvolvimento das relações entre a educação superior, o Estado e o mercado. A educação superior como um bem público

A redução dos recursos do setor público e as idéias econômicas prevalecentes tendem a atribuir ao Estado e aos governos um papel menos importante nos assuntos relacionados com a educação superior. Ao mesmo tempo, o papel e a contribuição do setor privado ao seu desenvolvimento têm crescido de forma considerável. O papel do mercado na educação superior também se desenvolve rapidamente, levando à criação de um “mercado da educação superior” que tende a assumir dimensões globais. Esses novos desenvolvimentos precisam ser investigados em profundidade.

Preservar o status da educação superior como um bem público é necessário e prioritário. É necessário examinar os aspectos legislativos propostos pelo desenvolvimento da relação entre a educação superior, o Estado e o mercado. Estados e governos devem preservar suas prerrogativas na definição das políticas da educação superior, garantindo sua qualidade e fazendo com que ela cumpra todas as missões e funções que tem na sociedade.

Os participantes na reunião reforçaram a posição adotada pela Conferência em 1998, ou seja, que embora busquem a contribuição de todos os interessados no desenvolvimento da educação superior (inclusive o setor privado), os Estados e os governos devem preservar integralmente sua responsabilidade e empenho nesse apoio. Seria muito arriscado deixar que a educação superior fosse modelada exclusivamente pelas leis do mercado.

6. O comércio dos serviços educativos. As implicações do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS) para a educação superior

Atualmente, o comércio existente no campo da educação superior transnacional é um tema que provoca intenso debate. Movidos basicamente por motivação comercial, têm surgido numerosos “novos supridores” (empresas universitárias, instituições com fins lucrativos, empresas da mídia) muitas vezes de status e qualidade pouco claros, impondo uma abordagem comercial na provisão de educação superior através das fronteiras nacionais. Os debates havidos na reunião refletiram a tensão que existe entre o quadro desenhado nas negociações do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS) e os princípios compartilhados pela comunidade acadêmica internacional, em toda a sua diversidade.

Os participantes da reunião salientaram que a educação superior não pode ser objeto de comércio como qualquer mercadoria. Tornase necessário um quadro que facilite e garanta a transparência e o tratamento equitativo entre as nações e que leve em conta considerações relativas às necessidades dos Estados nacionais, mas garanta as prerrogativas soberanas das políticas educacionais com respeito à educação superior e à pesquisa. Esse objetivo, que adquiriu uma alta prioridade na estratégia de acompanhamento da Conferência de 1998, pode ser alcançado mediante negociações transparentes, baseadas em princípios claros e com a participação de todas as partes interessadas, inclusive representantes da comunidade acadêmica.

Nesse contexto, e em resposta aos desafios levantados à educação superior pela globalização, a UNESCO focalizará as implicações da liberalização do comércio no campo da educação superior, particularmente do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços, com ênfase na forma de garantir qualidade no fornecimento da educação superior fora das fronteiras nacionais. Embora fortalecendo sua representatividade, o Fórum Global sobre a Garantia de Qualidade, Validação de Créditos e o Reconhecimento de Qualificações na Educação Superior será mais fortalecido como uma plataforma para o intercâmbio de pontos de vista e a tentativa de alcançar acordo em um conjunto de princípios que possam promover práticas comerciais equitativas, transparentes e justas. Esse comércio deve ser acompanhado necessariamente por medidas concretas, tendentes a promover a cooperação internacional na educação superior, com base em parcerias e co-participações genuínas.

7. Atendendo à demanda por maior acesso à educação superior

A educação superior tem continuado a crescer, com taxas ainda mais altas do que durante o período que precedeu a Conferência de 1998, havendo já ultrapassado o limiar histórico de cem milhões de estudantes em todo o mundo. As matrículas têm aumentado em todos os países, inclusive nos países em desenvolvimento. A diversificação das formas e estruturas na educação superior, especialmente através do estudo aberto ou a distância, contribuiu consideravelmente para esse resultado.

Não obstante, persiste um importante hiato a separar os países em desenvolvimento dos países desenvolvidos industrialmente, no que concerne ao acesso à educação superior. No caso de certos países, especialmente na África ao Sul do Saara, esse hiato vem se alargando.

Persistem também problemas de equidade, especialmente no que diz respeito à participação das mulheres nas atividades de ensino, pesquisa e administração no campo da educação superior.

São necessários esforços adicionais no nível nacional para garantir um amplo acesso à educação superior com base no mérito, especialmente para os jovens dos países em desenvolvimento. É preciso uma ação especial para facilitar o acesso dos grupos marginais da sociedade, para eliminar a discriminação de gênero e a estereotipagem, assim como para garantir a participação efetiva das mulheres no ensino, na pesquisa e administração da educação superior, em todos os níveis.

8. O financiamento da educação superior

Em todos os países, tanto nos desenvolvidos como nos que se encontram em processo de desenvolvimento, há limites para o financiamento público da educação superior. Esta situação sugere um maior rateio dos custos entre todos os interessados e beneficiários do sistema: o Estado, os estudantes e suas famílias, a indústria e o comércio.

A diversificação do financiamento da educação superior é uma realidade reconhecida tanto pelos governos como pelas instituições. Contudo, é preciso que todos os interessados e todos os setores da sociedade, o público e o privado, estejam prontos a contribuir para sistemas de educação superior viáveis, como condição necessária tanto para o desenvolvimento individual como social. Esquemas de apoio aos estudantes (subsídios, empréstimos estudantis, etc.) devem ser instituídos para garantir equidade no acesso a esse nível educacional.

Os participantes da reunião indicaram unanimemente que os Estados e governos devem manter sua responsabilidade em garantir o necessário financiamento, com recursos para a educação superior, a fim de permitir que ela execute suas funções e cumpra suas missões na sociedade.

Ao mesmo tempo, as instituições de educação superior precisam intensificar a sua busca de financiamento, com recursos adicionais obtidos mediante uma atitude empreendedora, conforme recomen-

dados pela Conferência Mundial sobre Educação Superior. Deve ser ampliado o apoio financeiro internacional por meio de empréstimos do Banco Mundial e dos bancos regionais de desenvolvimento, com a expansão do apoio dos doadores e da cooperação bilateral e multilateral para as instituições dos países em desenvolvimento e dos países em transição.

9. A relevância das necessidades sociais: a educação superior e o mundo do trabalho

A relevância social da educação superior abrange todos os campos e setores, inclusive o econômico, o social, o cultural e o do desenvolvimento científico. Suas relações com o mundo do trabalho passam por uma mudança radical. As instituições de educação superior não podem mais oferecer a seus estudantes uma formação que lhes sirva durante toda a sua vida; precisam dar aos futuros graduados a capacitação que lhes permita atender melhor às demandas das sociedades de conhecimento.

Em muitos países, o desemprego dos indivíduos formados pelas universidades é um tema espinhoso para a educação superior, tanto nos países em desenvolvimento como nos desenvolvidos. O desemprego está aumentando em muitos países. As principais economias do mundo vivem uma fase de pouco crescimento, enquanto a maioria dos países em desenvolvimento e em transição enfrenta sérias dificuldades em sua economia. Para o futuro imediato, não é boa a perspectiva de aumento do nível de emprego dos formados pelas universidades. No entanto, há um consenso generalizado de que a educação superior de qualidade, que esteja plenamente integrada nos sistemas nacionais de conhecimento, contribui diretamente para o crescimento econômico, aumentando o emprego. De seu lado, os governos não podem abandonar sua responsabilidade de garantir o aumento do emprego para os graduados em universidades.

As instituições de educação superior devem formar parcerias e alianças com os governos e com os empregadores potenciais, tanto no

setor público como no privado. E a cooperação internacional pode também ajudar. É necessário, em especial, examinar de forma mais imaginativa os meios e modos como se pode transformar em realidade a recomendação feita pela Conferência de 1998 no sentido de que os graduados se tornem não simples postulantes a um emprego, mas criadores de emprego.

10. A educação superior e a pesquisa nas sociedades de conhecimento

Nas atuais sociedades de conhecimento, as instituições de educação superior, especialmente as universidades, contribuem de forma significativa para ampliar a capacidade de pesquisa dos países. Desenvolvimentos posteriores a 1998 refletem esforços feitos pelas universidades para aproveitar essas vantagens. Por outro lado, persistem muitos problemas no campo da educação superior com respeito à sua função de pesquisa.

A educação superior precisa utilizar melhor seu potencial de pesquisa, ajustando-o às necessidades da sociedade mediante o desenvolvimento de novas parcerias. Isto permitiria não só apreender melhor os novos desafios (por exemplo, a AIDS) e as expectativas que eles trazem, mas também identificar formas aptas a solucionar esses problemas.

Além disso, os resultados da pesquisa devem ser difundidos e postos a serviço da melhoria das condições de vida e da redução da pobreza – não só da pobreza econômica e social, mas também da pobreza cultural.

O desafio mais importante no campo da pesquisa continua a ser o hiato de conhecimento entre as nações em desenvolvimento e as desenvolvidas. Nas ações subseqüentes à Conferência de 1998, ênfase especial será dada à contribuição para fortalecer o papel da pesquisa na educação superior, aprimorar a sua qualidade e reduzir o referido hiato de conhecimento. Isto se fará em primeiro lugar através do Fórum Mundial sobre a Educação Superior, Pesquisa e

Conhecimento, da UNESCO, como uma plataforma aberta para o diálogo e o intercâmbio de pontos de vista e experiência entre pesquisadores, responsáveis pelas políticas educacionais e especialistas em educação.

11. Renovação e reforma da educação superior

A renovação e a reforma da educação superior têm continuado em ritmo mais rápido e em escala mais ampla depois da Conferência de 1998. Os quadros nacionais de política e planejamento educacional estão sendo redirecionados. Fatores externos e internos levam a ampliar a diversificação das formas e estruturas, assim como a mudanças inovadoras com respeito ao conteúdo, à prática e aos métodos da educação superior. Com efeito, está havendo atualmente uma mudança de paradigma na educação superior.

Currículos e programas são redefinidos, centralizando-se cada vez mais nos estudantes e focalizando os resultados almejados em termos de aprendizado. A modulação das estruturas curriculares e o emprego do sistema de crédito tornam mais fácil responder de forma mais flexível tanto às necessidades da sociedade e do mercado de trabalho como às necessidades específicas dos próprios estudantes.

O seguimento da estratégia adotada na Conferência de 1998 deve ter seu foco na continuação do processo de promoção e generalização dessas tendências inovadoras, por meio do intercâmbio de experiência e da cooperação internacional voltada para a assistência às instituições da educação superior nos países em desenvolvimento.

12. O status dos professores e pesquisadores na educação superior

A Recomendação sobre o Status do Pessoal Docente da Educação Superior, de 1997, adquire maior importância para o fortalecimento do status e das condições de trabalho desse pessoal. Os participantes recomendaram que a UNESCO fizesse um esforço adicional para garantir a implementação efetiva das suas provisões,

visando em especial fortalecer a liberdade acadêmica e a autonomia institucional. As conclusões do estudo da UNESCO sobre a situação da liberdade acadêmica no mundo, que se encontram em andamento, serão largamente difundidas, e usadas para orientar as futuras ações neste particular.

Ao mesmo tempo, a devida atenção será dada à reforma do treinamento de professores, que é não só um componente importante e uma função da educação superior, mas também o principal veículo pelo qual ela pode contribuir para melhorar a educação em todos os níveis. A educação superior precisa assumir mais ativamente as suas crescentes responsabilidades para treinar um número importante de professores, o que é necessário para alcançar as metas da Educação para Todos, assim como uma das metas do Milênio das Nações Unidas.

O desenvolvimento dos funcionários da educação superior será promovido e assistido nos níveis nacional e regional.

13. Garantia da qualidade, validação de créditos e reconhecimento dos estudos e qualificações

Vários fatores convergentes, notadamente a expansão quantitativa e a correspondente diversificação das instituições, estruturas, programas e modos de fornecimento; procedimentos mais estritos e mais formais e regulamentações orçamentárias; e maiores pressões do mercado, que exigem que as instituições se esforcem para posicionar-se nacional e internacionalmente, tornaram a segurança da qualidade e a validação de créditos temas altamente relevantes no período posterior à Conferência de 1998. Isto é particularmente urgente no caso da educação através das fronteiras, para a qual não há atualmente regulamentação que garanta a segurança e o cumprimento de padrões estabelecidos.

Os participantes na reunião acentuaram a necessidade da UNESCO, como a organização intergovernamental no Sistema das Nações Unidas responsável pela educação superior, assumir a

liderança na busca de soluções para temas complexos, tais como os padrões de qualidade e a garantia de segurança, validação de créditos e reconhecimento de estudos e qualificações.

A UNESCO procurará promover o diálogo e a cooperação entre as autoridades nacionais e as comunidades acadêmicas, para alcançar quadros comumente aceitáveis e padrões de normas éticas, particularmente através do Fórum Global sobre Garantia de Qualidade, Validação de Créditos e Reconhecimento de Qualificações na Educação Superior.

As convenções regionais da UNESCO sobre o reconhecimento de estudos, diplomas e graus serão fortalecidas, ajustando-se aos novos desenvolvimentos.

14. O papel da UNESCO

A UNESCO continuará como ponto focal das ações de acompanhamento da Conferência de 1998, nas direções onde a sua contribuição é mais prática e direta:

- servindo como plataforma para o diálogo, e para o intercâmbio e a co-participação de experiência e informação sobre os aspectos salientes da educação superior no século XXI;
- assistindo os Estados Membros a desenvolver a sua capacidade e a formular políticas e estratégias de educação superior.

Os participantes da reunião enfatizaram que o maior reconhecimento das funções vitais da educação superior e da pesquisa nas sociedades modernas exige um programa mais visível e mais abrangente para a educação superior, dentro da ação geral da UNESCO.

* * *

Finalmente, o trabalho nas Comissões produziu uma série de propostas e recomendações que foram apresentadas à Conferência, sugerindo ações concretas a ser incluídas, conforme apropriado no quadro das ações prioritárias da Conferência. Essas recomendações serão incluídas no Relatório final.

Senhoras e Senhores,

A Segunda Reunião dos Parceiros da Educação Superior trouxe à superfície a complexidade dos desafios e a variedade das perspectivas abertas para a educação superior. Avaliou o caminho percorrido desde a Conferência de 1998. Mais importante, porém, foi ter permitido avaliar as ações à nossa frente. A tarefa de todos nós – Estados, Organismos Governamentais Internacionais, ONGs, demais parceiros e a comunidade acadêmica de modo geral – é mostrar mais sabedoria, sensibilidade e criatividade e juntar esforços para abrir “a grande porta” da educação superior de qualidade, tornando-a acessível ao maior número possível de pessoas.

O Relatório, juntamente com os relatórios e as recomendações feitas pelas quatro Comissões, será submetido ao Comitê Internacional de Acompanhamento da Conferência, que deverá se reunir imediatamente depois deste encontro. Conforme as recomendações do Comitê, o Relatório será submetido em sua forma final ao Diretor-Geral da UNESCO e difundido amplamente entre os Estados Membros, os Parceiros da UNESCO no acompanhamento da Conferência e as instituições de educação superior de todo o mundo.